

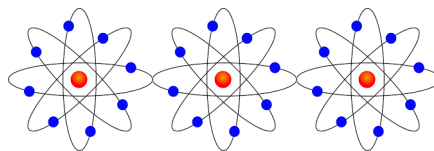


Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguaris, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



## FACULDADE DA ALTA PAULISTA - FAP

# I CONGRESSO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DA ALTA PAULISTA





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



DIAS 28, 29 E 30 DE SETEMBRO DE 2022.  
ONLINE

**Diretor: Carlos Eduardo Abarca e Messas**

**Coordenadora: Edna Aparecida Cavalcante**

**Comissão Organizadora**

Prof<sup>a</sup> Caroline Penteadó Emanuel, mestre, coordenadora do curso de Administração

Prof. Fernando Borges Ferreira, coordenador do curso de Fisioterapia

Prof. Íuri Yerving Müller da Silva, doutor, coordenador do curso de Psicologia

Prof. José Marcos Garcia, mestre, coordenador do curso de Enfermagem

Prof<sup>a</sup> Rita de Cássia Nunes Alves, doutora, coordenadora do curso de Biomedicina

Prof. Roberto Bernardo, doutor, coordenador do curso de Engenharia Civil

Prof. Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, mestre, coordenador do curso de Direito



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



# CADERNO DE RESUMOS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAP

I Congresso de Pesquisa e Iniciação Científica da FAP

Tupã/SP/2022



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguaris, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



## FACULDADE DA ALTA PAULISTA - FAP

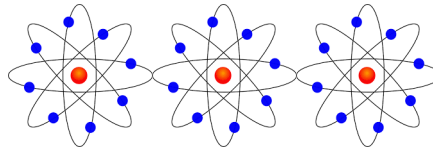


## I CONGRESSO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DA ALTA PAULISTA

Realização: Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FAP



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



## Comitê Científico

Prof. André Sanches, mestre, professor do curso de Direito (FAP)

Profª Gabriel Salum, doutor, professor do curso de Direito (FAP)

Profª Edna Aparecida Cavalcante, doutora, coordenadora pedagógica (FAP)

Prof. José Marcos Garcia, mestre, coordenador do curso de Enfermagem (FAP)

Profª Juliana Edwiges Martinez Spada, doutora, professora do curso de Fisioterapia (FAP)

Prof. Iúri Yrving Müller da Silva, doutor, coordenador do curso de Psicologia (FAP)

Profª Rita de Cássia Alves Nunes, doutora, coordenadora do curso de Biomedicina (FAP)

Publicação anual.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



### Ficha Catalográfica

**I Congresso de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade da Alta Paulista (28, 29 e 30/9: 2022, Tupã, SP)**

**Caderno de Resumos de Pesquisa e Iniciação Científica da FAP, Vol. 1, n.2 (2022). Tupã, SP, 2022, 33 p.**

Publicado em meio eletrônico ([www.fadap.br/cadernos\\_de\\_resumosdepesquisaeiniciacaocientificadafap@fadap.br](http://www.fadap.br/cadernos_de_resumosdepesquisaeiniciacaocientificadafap@fadap.br)) a partir de 2021.

Anual.

ISSN:

Saúde 1. Ciências Humanas e Sociais 2. Ciências Exatas e da Terra 3.





## Expediente

Os trabalhos apresentados no I CONGRESSO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DA ALTA PAULISTA estão organizados e dispostos por área temática, neste caderno de resumos. O **Caderno de Resumos de Pesquisa e Iniciação Científica da FAP** (ISSN: ) de periodicidade anual é uma publicação eletrônica da Faculdade da Alta Paulista, ligada à graduação. Sua missão é veicular, divulgar e promover a produção científica de professores e alunos. Ele está organizado por área do conhecimento: Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e da Terra.

Quanto à autoria, em primeiro lugar, está registrado o nome do aluno, logo abaixo do título, na sequência, vem o nome do professor orientador.

As informações complementares estão dispostas no final do texto, assinaladas com \* (asterisco).



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguaris, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... p. 14

PALESTRAS ..... p. 15

ALTERAÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (8429/92),  
CONTRARIEDADES À MORALIDADE ADMINISTRATIVA E POSICIONAMENTOS  
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. .... p. 16

Fernando Otávio do Vale Bacheta

Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID- 19 EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO  
DE TUPÃ ..... p.19

Gabriele Cristine Bernardes Rocha

Paula Alves de Brito Cipriano

Nicoli Carolini de Lázari Hatano

COMPOSTOS FARMACÊUTICOS NO ESGOTO DOMÉSTICO: CONSEQUÊNCIAS  
E MÉTODOS DE TRATAMENTO ..... p. 20

Mateus Pichinelli San Pedro

Larissa Simone da Silva

Jean Fernandes Caunetto

Gustavo Belardo do Prado





ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM IDOSOS COM RELAÇÃO  
AO EQUILÍBRIO ..... p. 22

Jaqueline Pereira

Luiz Fernando Pattaro

AS NOVAS TENDÊNCIAS NO MERCADO DIGITAL ..... p. 31

Heitor Jorge Rodrigues

Tamiris Bortolato Gazeta

Allan Leon Casemiro da Silva

Jeferson Teixeira de Novaes

XENOFOBIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO CONTRA DESCENDENTES  
DE ASIÁTICOS: ANÁLISE CRÍTICA DE ASPECTOS  
DISCRIMINATÓRIOS REFORÇADOS PELO ADVENTO DA PANDEMIA  
DA COVID-19 ..... p. 34

Luana Asami Miyata

Gabriel Cunha Salum

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: ANÁLISE DE ASPECTOS  
IMPORTANTES NA CONJUNTURA DA PANDEMIA DE COVID-19 ..... p. 36

Bianca Xavier Pessoa

Eliana Kátia Pupim

Gabriel Cunha Salum

COMPORTAMENTO DE COMPRA PELO CONSUMIDOR DE  
*E-MARKETPLACES* ..... p. 37

Edna Aparecida de Souza Figueiredo

Allan Leon Casemiro da Silva

Jeferson Teixeira de Novaes

EXPERIÊNCIA DE GRADUANDOS DE PSICOLOGIA EM UM PROJETO  
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ..... p. 39

João Vitor Porto Oliveira

Sâmea Victória Pacola Pimenta

Débora Chiararia de Oliveira

O MOMENTO EM QUE O JUÍZ DETERMINA A INVERSÃO DO ÔNUS DA  
PROVA, EM PROCESSOS DISCIPLINADOS PELO CÓDIGO DE  
DEFESA DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO ..... p. 41

lasmin dos Santos Cândido

Carlos Augusto de Almeida Troncon

Aplicação do erro de tipo no crime de estupro de vulnerável e



posicionamentos dos tribunais superiores .....	p. 45
Levi de Moura Silveira	
Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti	
O PLÁGIO DE OBRAS MUSICAIS NAS REDES SOCIAIS .....	p. 46
Rodolfo Rizatto Silva	
Shauma Schiavo Schimidt	
RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA DAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE POR ATRASO NA AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA .....	p. 47
Eduarda Boldrin Simões Martins	
Carlos Augusto de Almeida Troncon	
DIREITO SINDICAL E CONVENÇÕES .....	p. 49
José André Manoel Rodrigues	
Matheus Porfirio	
Eliana Kátia Pupim	
A IMPORTÂNCIA DA LEI DE DROGAS PARA COMBATER O TRÁFICO NAS FRONTEIRAS DO BRASIL .....	p. 51
Layres Zanon Rocha	
Eliana Kátia Pupim	
Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti	
A CONTINUIDADE HISTÓRICA DO CRIME DE XENOFOBIA CONTRA ASIÁTICOS .....	p. 52
Ligy Bauer De Marchi Araújo	
Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti	
Eliana Kátia Pupim	
A SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO TRABALHISTA .....	p. 53
Pamela Aleixo dos Santos	
Matheus Henrique Porfírio	



Eliana Kátia Pupim

A EXIGÊNCIA DA CONFISSÃO PARA A PROPOSITURA DO ACORDO DE  
NÃO PERSECUÇÃO PENAL É CONTRÁRIO AO PRINCÍPIO  
CONSTITUCIONAL DA AUTOINCRIMINAÇÃO?

..... p. 56

Matheus Campos

Eliana Kátia Pupim

MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, NA  
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NOS  
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....p. 57

Laís Ramos Trisoglio

Eliana Kátia Pupim

Gabriel Cunha Salum

A DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA USUCAPIÃO ..... p. 55

Beatriz de Oliveira Bussola

Livia Maria Macagnan Ciciliati

Eliana Kátia Pupim

HOLDING FAMILIAR: PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO DE SUCESSO ..... p. 59

André Luis Gomes Pato

Juliana Ortiz Minichiello Palú

Eliana Kátia Pupim

A GUARDA COMPARTILHADA NA PREVENÇÃO DA ALIENAÇÃO  
PARENTAL .....p. 62

Geovana Tripode

Carlos Augusto Troncon

Eliana Katia Pupim

CRIME DE STALKING: CONCEITO E APLICAÇÃO LEGAL .....p. 64

Denis Carriel Otávio

José Luis Junqueira de Andrade Filho

O ACESSO A JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA PROTEÇÃO DOS  
DIREITOS HUMANOS ..... p. 67

Caio Cesar Martins Frazão



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM IDOSOS COM RELAÇÃO  
AO EQUILÍBRIO ..... p. 69

JAQUELINE PEREIRA

LUIZ FERNANDO PATTARO

INCIDÊNCIA DE DOR LOMBAR E QUALIDADE DE VIDA EM PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS ..... p.75

Mikaély Oliveira Fernandes

Ariane Bustilho Mazzo Galvani

Monik Adrielly da Silva Pastrez

Thiago Aparecido Alves

PESQUISA DE CAMPO DE PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM COVID-19 NO  
MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP: SEMIOLOGIA E PRINCIPAIS ALTERAÇÕES  
LABORATORIAIS ..... p.79

Letícia Gabrielle dos Reis

Adriane Gasparino S. M. Uribe

ADESÃO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM MEIO A PANDEMIA DA  
COVID-19 ..... p.82

BRUNA LUÍSA AGUILERA DA ROCHA

PAOLA GODINHO DE SOUZA

JULIANA EDWIGES MARTINEZ SPADA

INFLUÊNCIA DA EQUOTERAPIA NA VIDA DA CRIANÇA AUTISTA: UM ESTUDO  
DE CASO ..... p.90

JÉSSICA EMANUELLY CAETANO DA SILVA

LAIS CAMILO DE PADUA

JULIANA EDWIGES MARTINEZ SPADA

MÉTODO ABA COMO FACILITADOR NO ATENDIMENTO

FISIOPEDIÁTRICO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO

DO ESPECTRO AUTISTA ..... p.100

KAREN DE ALMEIDA BATISTA SOUZA

AMANDA STECCA TORRES

JULIANA EDWIGES MARTINEZ SPADA

ESTELA MARIS MONTEIRO BORTOLETTI



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



TÍTULO ANÁLISE DO ABORTO NO BRASIL ..... p.106

Michele Neves da Silva

Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti

O PRIMEIRO ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA CLÍNICA DO DISCENTE DE  
PSICOLOGIA: ANSIEDADES E A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO

DE ESTÁGIO ..... p. 110

Sara Souza Soares Dos Santos

Iúri Yrving Müller da Silva



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



## APRESENTAÇÃO

O I Congresso de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade da Alta Paulista (FAP) faz parte das atividades do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica. Sua realização é anual e tem a finalidade de estimular a prática da iniciação científica e da pesquisa, não só como atividades essenciais de formação humanística e crítica, mas também como instrumento de integração com as atividades de ensino e extensão.

ORGANIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO foi o tema abordado nas atividades desenvolvidas durante o I Congresso de Pesquisa e Iniciação Científica. Dessa maneira, foi mantida a isotopia temática no evento e foi estabelecida a coerência entre os trabalhos e a harmonia do conjunto.

Os objetivos do I Congresso de Pesquisa e Iniciação científica estabelecidos também foram:

- a) Estimular docentes e pesquisadores da Faculdade da Alta Paulista (FAP) e de outras IES, a atuarem constantemente no desenvolvimento intelectual crítico e humanístico de estudantes de graduação, promovendo atividades de iniciação científica e de cunho tecnológico e profissionalizante; e
- b) Refletir sobre questões relacionadas à organização, sustentabilidade e desenvolvimento em tempos de múltiplas condições de tarefa.

Os trabalhos apresentados, em sua maioria, são frutos das atividades realizadas pelos grupos de estudo e pesquisa, em desenvolvimento, no âmbito dos cursos da FAP. Os grupos desenvolvem estudo, pesquisa, reflexão e a discussão de problemas relacionados às áreas de conhecimento do curso, criando no aluno hábito de estudo, tornando-o conhecedor de métodos de investigação, do próprio conhecimento da área mais especializado, atualizado, complexo, além de formar o gosto pela pesquisa científica e o desenvolvimento de habilidades de produção de conhecimento e de textos científicos.

Torna-se necessário ressaltar a importância da pesquisa e da iniciação científica, aliada ao ensino e à extensão, para a formação do profissional graduado. Isso tem motivado a busca pelo desenvolvimento da investigação científica, embora haja muitos desafios, dentre eles, a inovação que desempenha a função de gerenciar ideias, desenvolver projetos, difundir conhecimentos científicos, entre outros.

Edna Aparecida Cavalcante  
Tupã, 9 de dezembro de 2022.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



## **PALESTRAS**

### **Influências da tecnologia na condição humana**

Psicólogo Rodolfo Bezerra Marques

Pedagogo de Pais no Centro de Educação Familiar de Frankfurt, Alemanha

Quarta-feira, dia 28 de setembro, às 19h, Alemanha.

Link: <https://www.even3.com.br/congressofap2022>

### **Educação Ambiental e a Reinvenção da Ação Humana**

Dr. João Antonio de Moraes

Faculdade João Paulo Segundo (Fajopa)

Quarta-feira, dia 28 de setembro, às 20h, Marília, SP

Link: <https://www.even3.com.br/congressofap2022>

### **O Discurso da Sustentabilidade na Linguagem Publicitária: coerências e contradições**

Dr. João Adalberto Campato Júnior

Universidade do Brasil

Quinta-feira, dia 29 de setembro, às 19h, Parapuã, SP.

Link: <https://www.even3.com.br/congressofap2022>

### **Inovações e Biotecnologia em Fisioterapia e Sustentabilidade**

Me. Renan Shida

Universidade de São Paulo (USP)

Sexta-feira, dia 30 de setembro, às 19h, Tupã, SP.

Link: <https://www.even3.com.br/congressofap2022>



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



## RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS POR ÁREA TEMÁTICA

Área Temática I: Desenvolvimento, sustentabilidade, cidadania, sociedade, cultura e tecnologia

### **Alterações da Lei de Improbidade Administrativa (8429/92), Contrariedades à Moralidade Administrativa e Posicionamentos do Supremo Tribunal Federal.**

Fernando Otávio do Vale Bacheta, discente do Curso de Direito da FAP<sup>1</sup>;  
Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, orientador e docente do Curso de Direito da FAP<sup>2</sup>.

#### **RESUMO**

**TEMA:** Alterações da Lei de Improbidade Administrativa (8429/92), contrariedades à moralidade administrativa e posicionamentos do Supremo Tribunal Federal.

#### **JUSTIFICATIVA**

Sabe-se que prevalece no ordenamento constitucional o princípio da moralidade administrativa, o qual deve orientar a atuação dos servidores públicos e também o funcionamento dos órgãos integrantes da administração pública em geral. Referido pilar de assento constitucional está epigrafado, no artigo 37 da Constituição Federal que, diga-se de passagem, se sobressai sobre todo o escalonamento jurídico pátrio.

No entanto, no ano de 2021, a lei de improbidade administrativa sofreu algumas alterações, em decorrência da entrada em vigor da Lei 14230/2021, algumas que, a nosso pensar, não se harmonizam com o princípio acima mencionado, visto que as mesmas não surgiram para proteger e escudar a probidade administrativa, ao contrário, nasceram, nitidamente, para beneficiar interesses pessoais de políticos, os quais, não raras as vezes, cometem, lamentavelmente, atos de corrupção, enriquecendo-se ilicitamente, causando prejuízos ao patrimônio público e ferindo



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



aos mandamentos constitucionais, na maior parte das vezes, os princípios insculpidos no referido artigo 37 da Carta Magna.

O presente artigo demonstrará a insegurança jurídica oriunda das alterações na lei de improbidade administrativa, mormente no que diz respeito a não caracterização de improbidade administrativa, na modalidade culposa e, também, no que diz respeito à prescrição, que é a perda do direito de responsabilizar aqueles que incidirem nos atos de imoralidade qualificada pela desonestidade.

Cumprindo ainda expor que o presente artigo explanará as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à retroatividade das sobreditas alterações, tendo em vista os interesses reprováveis de alguns “representantes do povo” em se beneficiarem das entenebrecidas modificações.

## **OBJETIVOS**

A presente dissertação possui a finalidade de demonstrar/apresentar as contrariedades, em algumas alterações da lei de improbidade administrativa pela lei 14230/2021, face à moralidade administrativa, bem como apresentar as últimas decisões do Poder Judiciário, STF, frente à eventual problemática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Prefacialmente convém esclarecer que se espera do administrador/legislador a capacidade de atuação com máxima honestidade e competência, pois o mesmo atenderá aos interesses da população, que os elegeram, exercendo o sufrágio, corolário do Estado Democrático de Direito, entretanto, o que a lei 14230/2021 expõe se perfaz em verdadeira afronta à moralidade, via de consequência, surge a irresponsabilidade pelos atos praticados, que é inadmissível em uma república, mesmo porque a irresponsabilidade é fruto de um regime monárquico, onde o administrador/monarca não precisava prestar contas e mais, atuava de acordo com suas convicções, sem qualquer possibilidade de se responsabilizar pelos prejuízos deixados no seu reinado.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDOBCEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Nesse sentido, entendemos que não merece permanecer vigente a exclusão da modalidade culposa de prática de improbidade e também, no mesmo sentido, a possibilidade de responsabilização somente, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, sob pena de irresponsabilidade e balbúrdia no gerir/administrar da República Federativa do Brasil.

A discussão do presente reside na ofensa à Constituição Federal e o acerto das decisões exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, no ano em curso.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para a feitura do presente artigo foi utilizado o método dedutivo, por meio de pesquisas doutrinárias, e também, jurisprudências do Supremo Tribunal Federal.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se que a moralidade administrativa deve prevalecer frente às inovações legislativas, mesmo porque, a imparcialidade também deve se sobressair aos interesses pessoais de parlamentares e dos administradores do Poder Executivo.

Não se podem relegar ao esquecimento, os princípios republicanos norteadores da nação, pois tal condição traria consequências devastadoras para o interesse público, prejudicando muitas áreas resguardadas pela atual Carta Magna, como os direitos de primeira, segunda e terceira geração.

Bem verdade que o direito necessita de modificações frente a tantas inovações de caráter social, no entanto, a Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento pátrio dever ser escudada/protegida, pois caso ocorra o oposto, pasme-se, imperaria o absolutismo, que é inadmitido em uma República, por óbvio.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2005.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional esquematizado*. São Paulo, Método, 2007.

MORAIS, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2006.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2005.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

## O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID- 19 EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE TUPÃ

Gabriele Cristine Bernardes Rocha, discente do Curso de Administração da FAP<sup>1</sup>  
Paula Alves de Brito Cipriano, discente do Curso de Administração da FAP<sup>1</sup>  
Nicoli Carolini de Lázari Hatano, docente do Curso de Administração da FAP<sup>2</sup>

**RESUMO. INTRODUÇÃO:** A pandemia do Covid-19 provocou impactos em diversas áreas da sociedade. As empresas tiveram que lidar com as mudanças e dificuldades relacionadas ao quadro de funcionários, diminuição de receitas, adaptação na estrutura física e tecnológica. **OBJETIVO:** O trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da pandemia de Covid-19, em empresas de Tupã. Especificamente, busca-se identificar mudanças na forma de gestão das empresas, em decorrência da pandemia de Covid-19 e descrever as ações adotadas pelas empresas, considerando as áreas da administração. **METODOLOGIA:** Como apoio metodológico, a pesquisa será estruturada com base em um estudo de casos múltiplos, com 03 (três) empresas de ramos diferentes. Será utilizada a ferramenta *Google Forms* para aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Este questionário tem como foco coletar dados sobre as mudanças nas principais áreas de gestão, como recursos humanos, marketing, finanças e produção e operação e sobre as medidas adotadas como forma de reação ao cenário pandêmico. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Espera-se discutir estratégias de empresas de diferentes segmentos frente aos efeitos da pandemia. Durante as buscas na base de dados Scielo, foram selecionados textos que pudessem embasar essa etapa inicial da presente proposta. Notou-se a ênfase dada por autores, como Castro et al (2020), sobre a importância de estratégias minimizem impactos desfavoráveis, como ter uma boa comunicação, planejamento do trabalho, aprimoramento digital e suporte para adaptação e manutenção organizacional e atuação em *home office*. Já Oliveira (2020) abordou um estudo de caso em uma clínica de saúde, em que foi constatado aumento de custos, principalmente em função do aumento do preço dos insumos, e redução de atendimentos devido à exigência de adequação para segurança dos clientes e funcionários. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observou-se a importância de estratégias gerenciais no planejamento para o enfrentamento de uma crise econômica para a adaptação e sobrevivência das empresas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia. Gestão Empresarial. Estratégias. Crise econômica. Planejamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VITÓRIA, M. F. C.; MEIRELES, E. O microempreendedor em tempos de pandemia:



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



uma análise do impacto econômico em cenário de crise. **Brazilian Applied Science Review**, n.1, p.313-327. 2021. Disponível em:  
<<https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BASR/article/view/23518/19420>>.  
Acesso em: 17 mar. 2022.

CASTRO, B. L. G.; OLIVEIRA, J. B. B.; MORAIS, L. Q.; GAI, M. J. P. COVID-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho (rPOT)**, v. 20, n. 3, p. 1059-1063. 2020. Disponível em : < <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.3.20821> .>. Acesso em: 05 set. 2022.

OLIVEIRA, S. S. Os desafios de gerir uma empresa em tempos de pandemia: estudo de caso em uma clínica de saúde. **Revista Valore**, v. 5 (edição especial), p. 98-113. 2020. Disponível em:  
<<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/859>>. Acesso em: 05 de set.2022.

## COMPOSTOS FARMACÊUTICOS NO ESGOTO DOMÉSTICO: CONSEQUÊNCIAS E MÉTODOS DE TRATAMENTO

SAN PEDRO, Mateus Pichinelli , Discente do Curso de Engenharia Civil da FAP,  
Tupã, SP;<sup>1</sup>

SILVA, Larissa Simone da, discente do Curso de Engenharia Civil da FAP, Tupã,  
SP;<sup>1</sup>

CAUNETTO, Jean Fernandes, discente do Curso de Engenharia Civil da FAP, Tupã,  
SP;<sup>1</sup>

PRADO, Gustavo Belardo do, orientador e professor do Curso de Engenharia Civil  
da FAP, Tupã, SP.<sup>2</sup>

**RESUMO.** O uso de medicamentos faz parte do cotidiano das pessoas em qualquer local do mundo, porém, o corpo humano nem sempre é capaz de metabolizar as substâncias. Aquelas que não são absorvidas pelo organismo retornam para o meio ambiente e podem entrar em contato com outros humanos ou animais, podendo causar uma série de problemas ambientais e de saúde. Metais e compostos orgânicos ficam retidos no tratamento de esgoto tradicional, mas este tipo de tratamento não é capaz de filtrar compostos farmacêuticos. Pesquisas descobriram que essas substâncias podem ser filtradas por meio de adsorção com cogumelos, como o champignon e o shiitake. Esse método faz parte do tratamento terciário do esgoto. Por se tratar de um recurso natural e renovável, a biossorção é uma técnica sustentável e com baixo custo de operação. Outras biomassas, como bagaços da cana-de-açúcar e do malte, as cascas de frutas como a laranja e a banana, também podem ser utilizadas. Os resultados de diversas pesquisas na área foram satisfatórios graças às propriedades poliméricas com alta capacidade de adsorção. Apesar da abundância de métodos, eles não são eficientes o suficiente

<sup>1</sup> Discente do quarto ano do curso de engenharia civil da Faculdade da Alta Paulista (FAP)

<sup>2</sup> Engenheiro civil; mestre em estruturas e construção civil; docente do curso de engenharia civil da Faculdade da Alta Paulista (FAP).





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



para se realizar em larga escala, ou ainda são realidade apenas em países de primeiro mundo, dado o problema ser relativamente recente. O Brasil está engatinhando no processo, mas já mostra bons resultados. Apesar de não se conhecer todas as consequências relacionadas à exposição crônica dessas substâncias, é necessária a continuidade do estudo para conscientizar a população e as autoridades sobre os riscos. Diante disso, é fundamental saber e conhecer a quantidade de todos esses contaminantes, que afetam os seres de corpos subaquáticos também através de efluentes das estações de tratamento de esgoto e saber sobre toda a eficácia de sua remoção por elas.

**Palavras-chave:** Fármacos. Esgoto. Tratamento. Adsorção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Merck Sharp and Dohme, **Glândulas endócrinas**. Manual MDS. 2019. Disponível em: [https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/distúrbios-hormonais-e-metabólicos/biologia-do-sistema-endócrino/glândulas-endócrinas#:~:text=O%20sistema%20endócrino%20é%20composto,de%20outra%20parte%20do%20corpo](https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/distúrbios-hormonais-e-metabólicos/biologia-do-sistema-endócrino/glândulas-endócrinas#:~:text=O%20sistema%20endócrino%20é%20composto,de%20outra%20parte%20do%20corpo.). Acesso em 16 ago 2022.

Universidade Federal do Vale do São Francisco, **Descarte de medicamentos vencidos**: como e onde descartar corretamente. Portal UNIVASF. 2018. Disponível em: [https://portais.univasf.edu.br/sustentabilidade/noticias-sustentaveis/descarte-de-medicamentos-vencidos-como-e-onde-descartar-corretamente#:~:text=Existem%20técnicas%20de%20remoção%20de,geralmente%20sobras%20de%20medicamentos%20vencidos](https://portais.univasf.edu.br/sustentabilidade/noticias-sustentaveis/descarte-de-medicamentos-vencidos-como-e-onde-descartar-corretamente#:~:text=Existem%20técnicas%20de%20remoção%20de,geralmente%20sobras%20de%20medicamentos%20vencidos.). Acesso em 16 ago 2022.

GUEDES, Camila Delanesi. PAGANINI, Wanderley da Silva. **A remoção do fármaco paracetamol dos esgotos comparando três processos de tratamento biológico em nível secundário**. Portal Tratamento de Água. 2017. Disponível em <https://tratamentodeagua.com.br/artigo/remocao-farmaco-paracetamol-tratamento-biologico/>. Acesso em 16 ago 2022.

PROFETA, Guilherme. **Cogumelos têm potencial para a REMOÇÃO DE FÁRMACOS DA ÁGUA DE ESGOTO**. Uniso Ciência. 2019. Disponível em <https://uniso.br/unisociencia/r6/cogumelos-biossorcao-farmacos-agua-esgoto.pdf>. Acesso em 16 ago 2022.

SIMONATO, Maurício. **Estudo acha Hormônio sexual em água na região de Campinas**. Folha de São Paulo, Campinas, 09 de dez 2006. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129198.shtml>. Acesso em 02 de set 2022.

**Pesquisa da Unicamp revela substâncias prejudiciais à saúde na água da região de Campinas**. G1, [s.l.], 09 de ago 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/08/09/pesquisa-da-unicamp->



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



revela-substancias-prejudiciais-a-saude-na-agua-da-regiao-de-campinas.ghtml.  
Acesso em 02 de set 2022.

## **ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM IDOSOS COM RELAÇÃO AO EQUILÍBRIO**

JAQUELINE PEREIRA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP,  
Tupã/SP;<sup>1</sup>

LUIZ FERNANDO PATTARO orientador e docente do Curso de Fisioterapia  
da FAP/Tupã/SP <sup>2</sup>

**RESUMO:** O envelhecimento é definido como um processo progressivo e irreversível, acompanhado de mudanças físicas, fisiológicas e psicológicas que influenciam na qualidade de vida do idoso. Das queixas mais comuns, as alterações do equilíbrio corporal são as mais frequentes entre os idosos, pois o equilíbrio corporal está diretamente ligado às quedas em idosos. A alteração da capacidade funcional é provocada em maior parte pelo sedentarismo, o que pode ser melhorado pela prática regular de atividade física, adiando os danos causados pelo processo envelhecimento. **OBJETIVO:** Analisar a importância da atividade física na vida do idoso em relação ao equilíbrio. **METODOLOGIA:** estudo de revisão de literatura que seguiu a sequência: definição do tema e organização dos critérios de inclusão e exclusão para a seleção literária. As fontes escolhidas para pesquisa foram as bases de dados Scielo, Bireme e Google acadêmico, por meio de palavras-chave: Equilíbrio, Exercício físico, Idosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Equilíbrio; Exercício físico; Idosos.

### **1. INTRODUÇÃO**

O envelhecimento pode ser definido como um processo progressivo e irreversível, acompanhado de mudanças físicas, fisiológicas e psicológicas que influenciam na qualidade de vida do idoso. Esse processo é influenciado não apenas pela idade, mas pode estar relacionado a fatores genéticos e ambientais, incluindo o



estilo de vida de cada indivíduo (MOURÃO; SILVA, 2010); (PARK; HAN; KANG, 2014).

O processo de envelhecimento inicia-se na infância e a forma como vamos vivenciá-lo está diretamente ligado ao modo como vivemos toda nossa vida, somos o que construímos, portanto um idoso que não se importa com a saúde terá uma velhice difícil e ao longo da vida as consequências irão surgindo. Já um idoso que leva uma vida saudável ativa, irá retardar a progressão do processo degenerativo (BERGAMIN, 2012).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o indivíduo com mais de 60 anos já é considerado idoso e a cada ano esse grupo tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil, sendo que, entre os períodos de 2012 a 2017, a população idosa teve um aumento de 18% (IBGE, 2017).

Com o envelhecer, as modificações físicas podem agredir diversas estruturas e funções corporais, como a diminuição da força, redução do número de sarcômeros, diminuição do metabolismo, diminuições das taxas hormonais, redução do equilíbrio, dores, medo para realizar algumas atividades dentre outras (FECHINE; TROMPIERI, 2003).

Uma das principais alterações verificadas na velhice é a perda de força muscular, decorrente da perda de massa muscular, essas alterações afetam diretamente a capacidade funcional e a mobilidade, o que acarreta a perda de autonomia do idoso (GONÇALVES et al., 2005).

Na época atual, o estilo de vida mais observado na população idosa é o sedentarismo, estilo este que prejudica a qualidade de vida do idoso e coloca em maior vulnerabilidade a sua saúde. A inatividade traz vários prejuízos à saúde, podendo acarretar diversos acidentes, o mais comum deles é a queda (REJESKI; BRAWLEY, 2006).

Das queixas mais comuns, as alterações do equilíbrio corporal são as mais frequentes entre os idosos. A alteração do equilíbrio corporal está diretamente ligada às quedas em idosos (BITTAR et al., 2000). Os idosos com idade mais avançada entre 65 e 74 anos estão 30% mais vulneráveis a quedas e os idosos com 75 anos ou mais estão 40% mais vulneráveis a quedas (O'LOUGHLIN et al., 1993).

Os mecanismos responsáveis pelo equilíbrio são 3 sistemas perceptivos: vestibular, visual e proprioceptivo. Porém devido o envelhecimento, há uma



perda no equilíbrio, decorrente de desgastes e patologias que afetam os sistemas responsáveis pelo equilíbrio (FERREIRA et al., 2012). A falha desses sistemas de forma individual ou conjunta pode acarretar desequilíbrio, conseqüentemente, o indivíduo está mais propenso a quedas, gerando prejuízos funcionais e fisiológicos (SILVA; SILVA, 2015).

A prática diária de atividade física é essencial para a terceira idade (CIVINSKI; MONTIBELLER; BRAZ, 2001), pois traz diversos benefícios, por exemplo, a prevenção de doenças, melhoria das estruturas ósseas e musculares, além de proporcionar bem-estar psicológico, melhora da postura entre outros (COELHO; BURINI, 2009).

Para um resultado mais eficaz, se faz necessária a inclusão regular de exercícios físicos, porque é um tratamento não medicamentoso, eficiente que auxilia nas mudanças corporais, decorrentes do envelhecimento (MIRANDA et al., 2016).

Além disso, a atividade física regular e sistemática é uma das opções bem-sucedidas para aumentar ou manter a aptidão física da população idosa, além de melhorar o bem-estar funcional e, conseqüentemente, diminuir a taxa de morbidade e de mortalidade entre a população geriátrica (OKUMA, 1998).

A alteração da capacidade funcional é provocada em maior parte pelo sedentarismo, o que pode ser melhorado pela prática regular de atividade física, adiando os danos causados pelo processo envelhecimento (NAHAS, 2006).

Dessa forma a prática de atividade física regular e sistemática é uma alternativa eficiente que previne e mantém uma boa capacidade funcional, conseqüentemente, melhora o desempenho na realização das atividades da vida diária e maior independência e autonomia (GEREZ et al., 2010) (BUSSE et al., 2009).

Levando-se em consideração o contexto acima, esta pesquisa parte do seguinte interrogatório: Como a atividade física poderá contribuir na melhora do equilíbrio em idosos?

A atividade física tem um papel fundamental na população geriátrica, pois decorrente do envelhecimento, os idosos estão mais vulneráveis a desenvolver alterações funcionais, como alterações do equilíbrio corporal que durante o envelhecimento causam interferência na marcha, aumentando o risco de quedas, e tornando-se uma das queixas mais comum entre os idosos.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Através de atividade física, pode-se prevenir e reabilitar disfunções decorrentes do envelhecimento, e contribuir com a melhora do equilíbrio, pois ela demonstra ser uma alternativa eficaz para preservar uma boa capacidade funcional, estimula os receptores proprioceptivos presentes no corpo, os quais desenvolvem consciência cenestésica e controle corporal, auxiliando também no controle de doenças degenerativas, melhorando o desempenho nas atividades diárias e preservando as funções locomotivas, conseqüentemente, diminuindo a incidência de lesões e quedas, aumentando a eficiência dos movimentos e o idoso permanece ativo com uma boa qualidade de vida, com um envelhecer saudável e com maior independência.

## 1.2 OBJETIVO

Buscou-se com este trabalho compreender e apresentar, através de análise, a importância do exercício físico em idosos com relação ao equilíbrio e a melhoria de sua qualidade de vida diária.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão literária que seguirá a seguinte sequência: definição do tema, organização dos critérios de inclusão e exclusão para a seleção literária.

### 2.1 PROCEDIMENTO

As fontes escolhidas para serem estudadas e analisadas a fim de que se responda à problemática apresentada foram encontradas nas bases de dados Scielo, Bireme e Google acadêmico e Pubmed por meio de palavras-chave: Exercício físico; Idosos; Equilíbrio.

Em seguida, foram pré-estabelecidos critérios de inclusão e exclusão da literatura pesquisada, para poder realizar um levantamento preciso.

### 2.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



Para os fundamentos de inclusão, foram selecionados artigos publicados a partir de periódicos indexados, trabalhos veiculados no idioma português e revisão de literatura acerca do tema.

Deixando claro que foram analisados e são apresentados agora, na etapa de discussão e apontamento de dados: artigos primários e secundários publicados entre os anos de 2009 a 2017, trabalhos completos (não bloqueados pelas fontes de pesquisa) e resumos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados dos artigos analisados mostraram que a atividade física é de suma importância na qualidade de vida do idoso, ela promove, saúde, bem-estar, independência, melhora a autoestima, previne e diminui a depressão.

De acordo com (ASSIS, J.M.F. et al.; 2009) os idosos praticantes de atividade física apresentaram melhor equilíbrio, marcha e independência nas AIVD e AVD, ou seja, menor probabilidade de queda; já os indivíduos idosos não-praticantes de atividade física apresentaram como consequência maior propensão a queda, a queda traz para o idoso consequências, tais como o medo de realizar algumas atividade e com isso os torna dependentes, para conseguir realizar tarefas mesmo que sejam simples, por isso é importante preservar o equilíbrio e a marcha dos idosos, para uma maior independência e melhor qualidade de vida diária.

No primeiro artigo, foi discutido sobre a influência do exercício físico em idosos com relação ao equilíbrio, marcha e atividade de vida diária. Pode ser concluído que diante dos resultados obtidos, os idosos que praticam atividade física mostram melhor equilíbrio, marcha e independência nas AVDS, com isso tem uma menor probabilidade a quedas, já os indivíduos sedentários, consequentemente têm maior propensão a quedas. A queda provoca medo no idoso o medo e o aumento de dificuldade e de dependência para realização das atividades de vida diária (AVD).

Na segunda pesquisa, pode-se constatar a importância da atividade física para idosos como mecanismo importante na prevenção, promoção e educação em saúde. A prevenção de doenças, independência funcional, melhora da qualidade de vida e os benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais são entendidos como fatores de suma importância na vida do idoso, pois decorrente da velhice todos apresentam





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



essas funções afetadas e com a atividade física é possível ter uma qualidade de vida melhor (HENRIQUE, P. V.O.S et al.; 2016)

O segundo artigo relata que foi constatado, em estudos, que a atividade física de idosos e a promoção da saúde nas unidades básicas são importantes mecanismos de prevenção, promoção e educação em saúde.

Já (QUEZIA, K.D.B. et al.; 2016) relata que a incapacidade funcional está diretamente ligada à prática regular de atividade física e que o sobrepeso é um fator que interfere diretamente no equilíbrio e capacidade funcional do indivíduo, por isso é recomendado ações de prevenção, principalmente, em nível primário, que retardem e previnam o surgimento de incapacidades e doenças em idosos.

O próximo artigo trata-se da incapacidade funcional: condições de saúde e prática de atividade física em idosos, de acordo com os estudos realizados, são recomendadas ações de prevenção que retardem o surgimento de incapacidades, pois através da atividade física pode se criar um trabalho de prevenção ao surgimento das incapacidades funcionais.

Segundo (AUGUSTO, G. B. M. et al.; 2016) a prática regular de atividade física pode melhorar o condicionamento físico, a regulação hormonal e é alternativa eficaz para convívio em grupos sociais. Além disso, conclui-se que a prática regular de exercícios físicos por pessoas idosas tem papel fundamental na prevenção e diminuição dos sintomas depressivos. Portanto é importante destacar que para ter um envelhecimento ativo é necessário garantir, além de saúde, a segurança, a participação social e a autonomia dos idosos. A atividade física é uma forma de contribuir para um envelhecimento com menos agravos à saúde mental, em especial a depressão.

No seguinte artigo, discutiu-se a Relação entre atividade física e depressão em idosos, após as revisões foi concluído que a prática regular de atividade física pode melhorar o condicionamento físico, a regulação hormonal e é alternativa eficaz para convívio em grupos sociais, por isso e outros motivos a atividade física tem um papel fundamental na prevenção e diminuição dos sintomas depressivos, não somente nos idosos mais em qualquer outro indivíduo também.

No último trabalho pode se concluir que existem diferenças importantes entre a QV de idosos que vivem nos meios rural e urbano, e que os níveis de atividade física, tanto no meio rural quanto no urbano, estão associados a melhores



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



escores de QV. O sedentarismo está associado a baixos níveis de autonomia por isso é importante que o indivíduo mantenha sempre uma vida ativa para ter uma maior autonomia e independência funcional. Desta forma, cabe destacar a grande importância da manutenção de um estilo de vida ativo, independentemente de local de residência, para manutenção e/ou melhora da qualidade de vida (Grontowski, C. R et al. 2017).

O último artigo, a qualidade de vida em função do nível de atividade física em idosos urbanos e rurais, constatou que existem diferenças importantes entre a QV de idosos que vivem nos meios rurais e urbanos e que as atividades diárias tanto no meio rural quanto no urbano estão associadas a melhores escores de QV. Decorrente disso vale ressaltar a grande importância da manutenção de um estilo de vida ativo independente do local.

#### **4. CONCLUSÃO**

Diante desses resultados encontrados podemos observar que a atividade física tem um papel fundamental na vida de idosos inclusive melhoram a marcha, qualidade de vida, equilíbrio, entre outras coisas. Já os idosos não praticantes de atividade física tem maior probabilidade a quedas como consequências ao sedentarismo.

Esta revisão bibliográfica se propôs, como objetivo geral, realizar uma pesquisa sobre análise da influência do exercício físico em idosos com relação ao equilíbrio descrevendo os benefícios do exercício físico para qualidade de vida de idosos. Após a revisão bibliográfica concluiu-se que a atividade física para idosos é de suma importância, é uma modalidade preventiva, tem como objetivo trazer saúde física, melhoria do funcionamento imunológico, além de manter o fortalecimento de massa muscular. As práticas de atividade física trazem benefícios para a terceira idade, agindo ativamente na prevenção e tratamento como hipertensão arterial, enfermidade coronariana, osteoporose etc. melhorando a qualidade de vida do indivíduo e sua independência.

#### **ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF PHYSICAL EXERCISE IN THE ELDERLY IN RELATION TO BALANCE**



**ABSTRACT:** Aging is defined as a progressive and irreversible process, accompanied by physical, physiological, and psychological changes that influence the quality of life of the elderly. Of the most common complaints, changes in body balance are the most frequent among the elderly, as body balance is directly linked to falls in the elderly. The change in functional capacity is mostly caused by a sedentary lifestyle, which can be improved by regular physical activity, postponing the damage caused by the aging process. **OBJECTIVE:** To analyze the importance of physical activity in the life of the elderly in relation to balance. **METHODOLOGY:** literature review study that followed the sequence: definition of the theme and organization of inclusion and exclusion criteria for literary selection. The sources chosen for research were the Scielo, Bireme and Google academic databases, using keywords: Balance, Physical exercise, Seniors.

**KEYWORDS:** Balance; Physical exercise; Seniors.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, N.A.; SOUZA JUNIOR, J.V.; ARAGÃO, J.C.B.; FERREIRA, M.A.; DANTAS, E. Nível de atividade física, autonomia funcional e qualidade de vida em idosas ativas e sedentárias. **Fisioterapia e Movimento**. Curitiba. Vol. 23. Num. 3. 2010. p. 473-481.

ALTERMANN, C.D.C.; MARTINS A.S.; CARPES F.P.; MELLO-CARPES P.B. Influence of mental practice and movement observation on motor memory, cognitive function and motor performance in the elderly. **Brazilian Journal Physical Therapy**. Vol. 18. Num. 2. 2014. p. 201-209

ASSIS, J. M. et al. **Análise da influência do exercício físico em idosos com relação a equilíbrio, marcha e atividade de vida diária**, rev. bras. geriatr. Gerontol, São Paulo, maio/2009.

AUGUSTO, G. B. M. et al. **relação entre atividade física e depressão em idosos: uma revisão integrativa** Rev. Aten. Saúde, São Caetano do Sul, v. 15, n. 53, p. 110-116, jul./set., 2017.

BERGAMIN, S.Z.; WERLEN, E.; SIEGENTHALER, E. The Relationship between Flexible and Self-Regulated Learning in Open and Distance Universities. **International Review of Research in Open and Distributed Learning**. Vol.13, Number 2, April 2012. <https://www.erudit.org/en/journals/irrod/2012-v13-n2-irrod105114/1067246ar.pdf>



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



BITTAR RSM, PEDALINI MEB, SZNIFER J, FORMIGONI LG. Reabilitação vestibular: opção terapêutica na síndrome do desequilíbrio do idoso. **Gerontologia**. 2000; 8:9-12.

Brito KQD, Menezes TN, Olinda RA. Functional disability: **health conditions and physical activity practice in older adults**. Rev Bras Enferm [Internet]. 2016;69(5):773-80. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690502>

BUSSE, A.L. et al. Atividade física e cognição em idosos: uma revisão. **Neuropsicologia de Dementos**. v. 3, n. 3, 2009. 204-208.

COELHO, C. F.; BURINI, R. C.; Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 937-943, 2009.

FECHINE BRA, TROMPIERI N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Rev Cient Int** 2012;20(1):106-32.

FERREIRA, J. et al. Efeitos do treino de equilíbrio e coordenação motora em idosos: ensaio clínico randomizado. **Revista de Geriatria e Gerontologia**. Recife, volume 6, nº 2, p. 183-191, jun/2012.

GEREZ, A. G. et al. **Educação física e envelhecimento: uma reflexão sobre a necessidade de novos olhares e práticas**. v. 16, n. 2, 2010. 485-495.

GONÇALVES, AK. **Qualidade de vida e estilo de vida ativo no envelhecimento**. Novo Tempo, 2005.

GRONTOWSKI, C. R.; FERRETI, F.; ANTONIO, C. S.; **Qualidade de vida em função do nível de atividade física em idosos urbanos e rurais**, abril/2017 <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562017020.160110>.

HENRIQUE, P. V. O. S. et al. **Atividade física de idosos e a promoção da saúde nas unidades básicas**, Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 14 n. 2, p. 545-558, maio/ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade> . Acesso em 21 de jul. de 2022.

MIRANDA, L. et al. Efeitos de 9 semanas de treinamento funcional sobre índices de aptidão muscular de idosas. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 10, n. 59, p. 386-394, jun. 2016.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 4 ed. Paraná: Mediograf, 2006.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física: Fundamentos e Pesquisa.** Campinas:Papirus, 1998.

O'LOUGHLIN JL, ROBITAILLE Y, BOIVIN JF, SUISSA S. **Incidence of and risk factors for falls and injuries falls among the community-dwelling elderly.** Am J Epidemiol. 1993; 137:342-54. PMID:8452142.

REJESKI, W.J.; BRAWLEY, L.R. Functional Health: Innovations in research of physical activity with older adults. **Medicine Science in Sports Exercise.** Vol. 38. Num. 1. 2006. p. 93- 99.

SILVA, V.; SOUZA, G. Benefícios do exercício físico sobre as alterações fisiológicas, aspectos sociais, cognitivos e emocionais no envelhecimento. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida** | Vol. 7 | Nº. 3| Ano 2015 | p. 2.

## AS NOVAS TENDÊNCIAS NO MERCADO DIGITAL

Heitor Jorge Rodrigues, discente do curso de Administração da FAP<sup>1</sup>;  
Tamiris Bortolato Gazeta, discente do curso de Administração da FAP<sup>1</sup>;  
Allan Leon Casemiro da Silva, docente do curso de Administração da FAP<sup>2</sup>;  
Jeferson Teixeira de Novaes, docente do curso de Administração da FAP<sup>2</sup>.

**RESUMO.** O mercado digital vive em constante transformação, avanços tecnológicos não param e oferecem para as empresas uma série de recursos que prometem impulsionar experiência de consumo dos clientes (EDITORIAL, 2022). O mercado digital surgiu como um campo novo a ser explorado, com grandes oportunidades de negócio, afetando todos os nichos de consumo (PATEL, 2022).O objetivo do trabalho foi identificar as tendências que esse novo mercado apresenta e como as empresas podem se beneficiar com estratégias mercadológicas. Assim identificar as oportunidades desse mercado norteará o empresário sobre ações para auxiliar as tomadas de decisões. O trabalho se utilizou de uma abordagem quantitativa, com pesquisa bibliográfica em bases de dados e em sites relacionados com o tema. Como resultados, levantou-se que o marketing digital deve ser composto por quatro ações estratégicas, sendo elas: a) Marketing de conteúdo: conteúdo dos sites e as ferramentas de busca e palavras-chave (TORRES, 2018); b) *Mobile marketing*: Com usuários únicos atingindo 5,31 bilhões até o início de 2022, em smartphones, *tablets*, *notebooks* e até *smartwatches*, as ferramentas de e-mail marketing, comunicação via SMS e WhatsApp, aplicativos e *QR Code*, para as estratégias, são extremantes personalizáveis e responsivo ao cliente; c) Vídeo marketing: O impacto causado pelo formato em vídeo chama a atenção do mercado publicitário, cujos esforços nesse tipo de conteúdo seguem a mesma tendência, que pode ser utilizada para entreter e fidelizar o cliente; d) Redes sociais: O TikTok, Instagram, Facebook e Twitter estão entre as principais ferramentas de consumo de





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



conteúdo audiovisual, sendo funcionamento das mídias e investir em ações nelas é essencial para uma boa estratégia de marketing digital (TORRES, 2018; PATEL 2022). Assim conclui-se que as ações em marketing digital apresentam oportunidades estratégicas para as empresas, que devem se atualizar e estar presentes, com suas ações mercadológicas, onde está o consumidor.

**Palavras-Chaves:** marketing digital, redes sociais, estratégias empresariais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EDITORIAL. P., **Crescimento do mercado digital gera oportunidades para novos negócios por empresa regional.** Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/publieditorial/2022/crescimento-do-mercado-digital-gera-oportunidades-para-novos-negocios-por-empresa-regional//>. Acesso em 15 ago. 2022.

PATEL, N.. **Marketing Digital:** prática de fichamentos, resumos, resenhas. O Que É, Como Fazer e Estratégias. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/mercado-digital/>. Acesso em 18 ago. 2022.

TORRES, C.. **A Bíblia do Marketing Digital**, 2.ed. São Paulo: Novatec Editora, 2018.

## XENOFOBIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO CONTRA DESCENDENTES DE ASIÁTICOS: ANÁLISE CRÍTICA DE ASPECTOS DISCRIMINATÓRIOS REFORÇADOS PELO ADVENTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Luana Asami Miyata, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;  
Gabriel Cunha Salum, orientador e professor do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP.<sup>2</sup>

**RESUMO.** O advento da globalização, das novas tecnologias e de sociedades multiculturais no mundo contemporâneo tem trazido desafios difíceis sobre a sociabilidade e a regulação jurídica das relações humanas. O incremento e a disseminação de ideias, discursos e comportamentos discriminatórios de cunho xenofóbico, racista ou sexista contra minorias sociais e nacionais têm demonstrado problemática importante no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, em diferentes sociedades pós-tradicionais. Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar criticamente aspectos da discriminação contra descendentes de asiáticos ante o advento da pandemia mundial da COVID-19. Constitui objetivo específico dessa investigação: examinar concepções estereotipadas acerca do fenótipo, dos costumes e da cultura dos povos asiáticos. Entende-se que a pesquisa é relevante pela propagação de discursos de ódio e de comportamentos preconceituosos e discriminatórios contra descendentes de asiáticos no Brasil e no mundo, durante o cenário pandêmico, violando direitos humanos e negando a cidadania e a dignidade dessas pessoas. Para tanto, no método, realiza-se investigação sistemática, crítica e multidisciplinar do objeto de investigação, especialmente nas áreas do Direito e das Ciências Sociais, com revisão da literatura em bases de dados, além do exame de legislações nacionais e internacionais. A hipótese de pesquisa levantada é a de que a xenofobia contra descendentes de povos asiáticos não envolveria apenas determinados casos isolados que têm sido noticiados, ocasionalmente no Brasil e





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



em outros países e que teria sido motivada, unicamente, pelo início da pandemia mundial da COVID-19, na cidade de Wuhan, na China, mas abrangeria também fatores históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais numa complexa conjuntura cuja mentalidade perpassa a ação de indivíduos e instituições. Resultados preliminares têm contribuído para sistematização e execução dos objetivos da pesquisa, conquanto a confirmação ou negação da hipótese, a partir da análise crítica pretendida, dependa ainda de maior aprofundamento teórico.

**Palavras-Chave:** Xenofobia. Minorias Sociais e Nacionais. Descendentes de Asiáticos. Pandemia da COVID-19. Direitos Humanos e Reconhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 22 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_. Lei n. 7716, de 05 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em 22 de julho de 2021.

CORRÊA, Lays Matias Mazoti. Em tempos de pandemia,(des) oriente-se. **Cadernos De Campo (São Paulo 1991)**, v. 29, n. supl, 2020, p.135-143.

DA SILVA, Angelita Duarte et al. DESMISTIFICANDO UM POUCO DA CULTURA ORIENTAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE CHINA, COREIA DO SUL E JAPÃO!. **Anais da Semana de Licenciatura**, v. 1, n. 1, 2019, p. 80-83.

FALA UNIVERSIDADES. **Por que muitos não acreditam que exista discriminação contra asiáticos**, 2020. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/por-que-muitos-nao-acreditam-que-exista-discriminacao-contra-asiaticos/>. Acesso em 22 de julho de 2021.

IGARASHI, Renato. **Algumas reflexões sobre o passado e o presente da comunidade nipo-brasileira como minoria racial.** Disponível em: <https://rtigarashi.jusbrasil.com.br/artigos/635664102/algumas-reflexoes-sobre-o-passado-e-o-presente-da-comunidade-nipo-brasileira-como-minoria-racial> .Acesso em: 22 de julho de 2021.

JAPONESSES são todos iguais: **entenda porque essa frase é preconceituosa.** 2021. Disponível em: <https://coisasdojapao.com/2021/03/japoneses-sao-todos-iguais-entenda-porque-essa-frase-e-racista/> . Acesso em 22 de julho de 2021.

KHALIL, Omar Arafat Kdudsi; DA SILVA KHALIL, Sara; JUNIOR, Edmilson Caetano. Xenofobia: um velho sintoma de um novo Coronavírus. **Revista Thema**, v. 20, 2021, p. 132-142.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



PROJETO COLABORA: **crece o ódio contra asiáticos**, 2020. Disponível em <https://projetocolabora.com.br/ods3/crece-o-odio-contra-asiaticos/>. Acesso em 22 de julho de 2021.

REVISTA TRIP: **Meu nome não é japa**, 2020. Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/trip/meu-nome-nao-e-japa-o-preconceito-amarelo> Acesso em 22 de julho de 2021.

URBANO, KRYSTAL; MELO, Maria Elizabeth Pinto de. **A representação dos asiáticos na TV brasileira: apontamentos iniciais**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1713-1.pdf> . Acesso em 22 de julho de 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Pandemia e estigma: nota sobre as expressões “vírus chinês” e “vírus de Wuhan”. **Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19**, 2020, p. 95.

VITTORINO, Cleide Aparecida; VITTORINO, William Rosa Miranda. **Xenofobia: política de exclusão e de discriminações**. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/Rev-Pensamento-Jur\\_v.12\\_n.2.04.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Pensamento-Jur_v.12_n.2.04.pdf). Acesso em 22 de julho de 2021.

## **JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: ANÁLISE DE ASPECTOS IMPORTANTES NA CONJUNTURA DA PANDEMIA DE COVID-19**

Bianca Xavier Pessoa, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>  
Elia Kátia Pupim, orientadora e docente do Curso de Direito da Faculdade da Alta Paulista, Tupã, SP;<sup>2</sup>  
Gabriel Cunha Salum, coorientador e docente do Curso de Direito da Faculdade da Alta Paulista, Tupã, SP.<sup>3</sup>

**RESUMO.** A Constituição Federal brasileira de 1988 assegura o direito à saúde a todos os cidadãos brasileiros, tendo sido incluído no rol dos direitos fundamentais como direito social de singular importância, porque é imprescindível à dignidade humana e pressuposto para a cidadania plena. Apesar disso, conquanto a efetivação do direito à saúde seja entendida hoje como dever do Estado brasileiro, são recorrentes, em nosso país, afirmações referentes à suposta existência de uma série de fatores que restringem ou negam o direito à saúde a uma parcela significativa da população - situação essa que teria sido agravada pela pandemia de

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/FFC-Marília-SP. Docente na Faculdade de Direito da Alta Paulista – FAP. Líder do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Reconhecimento e Justiça” na Faculdade de Direito da Alta Paulista – FAP. Email: [gabriel\\_salum@yahoo.com.br](mailto:gabriel_salum@yahoo.com.br).



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



COVID-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 – contribuindo para a judicialização da saúde: um fenômeno que faz referência a um conjunto de ações judiciais ajuizadas contra o *Sistema Único de Saúde (SUS)* de modo a exigir o fornecimento de tratamentos médicos com fundamento no direito constitucional à saúde. Neste contexto, considerando a relevância e a atualidade do tema, essa pesquisa tem o objetivo de analisar aspectos importantes do debate a respeito da judicialização da saúde no Brasil, na conjuntura da pandemia de COVID-19. Assim, com a finalidade de sistematização da investigação, constituem objetivos específicos dessa pesquisa: estudar a organização, os princípios e as diretrizes do *Sistema Único de Saúde (SUS)*; examinar estudos, documentos e discussões referentes ao funcionamento do *Sistema Único de Saúde (SUS)* durante a pandemia de COVID-19, inclusive a respeito do tratamento de outras doenças nessa mesma conjuntura. Para tanto, no método, realiza-se investigação sistemática e crítica do objeto de estudo, com revisão da literatura, além do exame de legislações, da jurisprudência do *Superior Tribunal de Justiça (STJ)* e do *Supremo Tribunal Federal (STF)* e de outros documentos. Resultados preliminares têm contribuído para melhor apreender a história de criação e a dinâmica de funcionamento do *Sistema Único de Saúde (SUS)*.

**Palavras-Chave:** Sistema Único de Saúde. Pandemia de COVID-19. Judicialização da Saúde. Direitos Humanos e Reconhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Ligia; MARTELLI, Carla. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, 2020, p. 20-25.

BARBOZA, Nilton Anderson Santos et al. A história do SUS no Brasil e a política de saúde. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, 2020, p. 84966-84985.

BOUSQUAT, Aylene et al. Pandemia de covid-19: o SUS mais necessário do que nunca. **Revista USP**, n. 128, 2021, p. 13-26.

COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. **Saúde em Debate**, v. 44, 2020, p. 289-296.

DE OLIVEIRA, André Luiz. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. **Revista Encontros Teológicos**, v. 27, n. 1, 2012.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



FREITAS, Beatriz Cristina de; FONSECA, Emílio Prado da; QUELUZ, Dagmar de Paula. A Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2020.

MASSUDA, Adriano et al. Pontos-chave para Gestão do SUS na Resposta à Pandemia COVID-19. **São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde**, 2020.

PEPE, Vera Lúcia Edais et al. A judicialização da saúde e os novos desafios da gestão da assistência farmacêutica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15,2010, p. 2405-2414.

RANGEL-S, Maria Ligia et al. SUS na mídia em contexto de pandemia. **Saúde em Debate**, v. 46, 2022 p. 599-612.

SERVO, Luciana Mendes Santos et al. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. **Saúde em Debate**, v. 44, 2021, p. 114-129.

SILVA, Welison Matheus Fontes da; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020, p. e300302.

VENTURA, Miriam et al. Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 20, 2010, p. 77-100.

## COMPORTEAMENTO DE COMPRA PELO CONSUMIDOR DE *E-MARKETPLACES*

Edna Aparecida de Souza Figueiredo, discente do curso de Administração da FAP, SP<sup>1</sup>;

Allan Leon Casemiro da Silva, orientador e docente do curso de Administração da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>;

Jeferson Teixeira de Novaes, coorientador e docente do curso de Administração da FAP, Tupã, SP.<sup>2</sup>

**RESUMO.** O comportamento do consumidor tem sofrido alterações, nos últimos anos, fator que foi agravado pela Pandemia do COVID-19. Os comerciantes de lojas físicas, diante da redução das vendas devido ao isolamento, tiveram que se reinventar, buscando novas estratégias, para se manter e continuar competindo. Muitos deles recorreram à tecnologia e vendas por *e-marketplaces* e para continuar ofertando os seus produtos (SENHORAS, 2020). Os *e-marketplace* beneficiam tanto fornecedores quanto compradores, proporcionando uma base eficaz para a divulgação e diminuição de despesa. Os consumidores se beneficiam de uma redução do tempo de compra, facilidade no acesso às mercadorias, na



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



personalização dos itens disponibilizados e nos preços finais dos produtos (BAKOS, 1998). O objetivo deste trabalho foi compreender o comportamento do consumidor de *e-marketplaces*, como eles compram e quais fatores e facilidades são considerados na tomada de decisão de compra. A metodologia do trabalho foi de natureza qualitativa, de maneira exploratória. Para levantamento dos dados utilizou-se de um questionário com 14 perguntas fechadas, de múltipla escolha e de escala *likert* de 1 a 5, aplicados online via *google forms*. Os resultados parciais do trabalho apontam que o modelo de distribuição realizada pelas gigantes empresas brasileiras, varejistas como a Americana, Magazine Luiza, Mercado Livre, estão facilitando as compras dos consumidores. Os consumidores também se mostraram atraídos por plataformas internacionais como Aliexpress, Shopee e Shein, que apresentam preços baixos em relação às nacionais. Os consumidores ainda apresentam restrição à compra de mercadorias que precisam ser experimentadas, como sapatos, e compra em sites onde o prazo de entrega é demorado. Conclui-se que os *e-marketplaces* são uma grande estratégia de comercialização que pode ser usado por grandes e pequenos negócios, no entanto o consumidor ainda precisa se adaptar e aumentar o nível de confiabilidade nas compras online.

Palavras-Chaves: marketing digital, *e-marketplace*, comportamento do consumidor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SENHORAS, E. M. . Coronavírus e Educação: análise dos impactos assimétricos . **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, 2020, p.128-136.

BAKOS, Yannis. The emerging role of electronic marketplaces on the Internet. **Communications of the ACM**, v. 41, n. 8, 1998, p. 35-42.

## EXPERIÊNCIA DE GRADUANDOS DE PSICOLOGIA EM UM PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.

João Vitor Porto Oliveira,  
discente do Quarto ano do Curso de Psicologia da Faculdade da Alta, Tupã, SP,  
E-mail: 229133@fadap.br;<sup>1</sup>

Sâmea Victória Pacola Pimenta, discente do quinto ano do Curso de Psicologia  
da Faculdade da Alta Paulista, Tupã, SP, E-mail: 229782@fadap.br<sup>1</sup>; <sup>11</sup>

Débora Chiararia de Oliveira, psicóloga e docente do Curso de Psicologia da  
Faculdade da Alta Paulista (FAP) de Tupã/SP, E-mail: deborachiararia@gmail.com<sup>2</sup>

**RESUMO.** A iniciação científica (IC) desenvolvida na Faculdade da Alta Paulista de Tupã (FAP) caracteriza-se como uma atividade de formação extracurricular que, ao longo de dois anos, possibilita aos estudantes participantes, maior aprofundamento sobre uma temática específica, relacionada com o curso de graduação que estão





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



inseridos. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo versar sobre a experiência de dois graduandos do curso da Psicologia da FAP, enquanto participantes do projeto de IC que pesquisa sobre a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, inseridos no ensino superior. Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, apoiado na vivência e processo de aprendizagem dos respectivos graduandos, durante o desenvolvimento de uma revisão integrativa de literatura sobre a perspectiva de estudantes com deficiência, acerca das práticas de acessibilidade e inclusão, nas instituições de ensino superior (IES) no contexto brasileiro, a qual embasou teoricamente os estudos da IC. Os resultados encontrados apontaram que as principais dificuldades dos estudantes com deficiência nas IES são: a falta de acessibilidade, na estrutura física das universidades, na formação de professores e demais profissionais. Tais dificuldades podem contribuir para a desistência da conclusão dos cursos de graduação desses estudantes. Os resultados encontrados chamaram a atenção e, promoveram aos participantes da IC um novo olhar para a realidade dos estudantes com deficiência nas IES, bem como as diversas dificuldades que enfrentam. Pôde-se concluir que IC trouxe um pensamento crítico sobre acessibilidade e inclusão e, a falta de ambas dentro das IES e o questionamento sobre a temática, no contexto em que estão inseridos. Também foi possível estimular a reflexão sobre como sua futura atuação, enquanto psicólogos, pode levar em consideração a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, em diversos níveis educacionais.

**Palavras-chave:** Iniciação Científica. Graduandos de Psicologia. Relato de Experiência.

Este trabalho teve financiamento próprio e não houve conflito de interesse entre os autores durante seu desenvolvimento.

#### **Referências Bibliográficas:**

TONDIN, C. F.; NARDON, D. N.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Relações interpessoais e recursos de adaptação para acadêmicos com deficiência na universidade. **Psicol. Educ.**, São Paulo, n. 43, dez., 2016, p. 23-33. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752016000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752016000200003&lng=pt&nrm=iso)>.

GARCIA, R. A. B; BACARIN, A. P. SILTRÃO; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicol. Educ.**, São Paulo, 2018, p 33-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/n9MVpKJ5r7fTknh9rVv9rdc/abstract/?lang=pt>





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



## Área Temática II: Desenvolvimento, organização do acesso à justiça, segurança e formação técnico-jurídica

O MOMENTO EM QUE O JUÍZ DETERMINA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM PROCESSO DISCIPLINADOS PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

lasmin dos Santos Cândido, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã/SP<sup>1</sup>;

Carlos Augusto de Almeida Troncon, orientado e professor do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**RESUMO.** Introdução: TEMA: O estudo se debruça sobre a inversão do ônus da prova, no direito do consumidor. JUSTIFICATIVA: A importância de saber se a inversão do ônus da prova, no direito do consumidor, trata-se de matéria de instrução ou de técnica de julgamento, ou seja, depende de todo o contexto probatório. Inversão do ônus da prova prevista no Código de Defesa do Consumidor se dá no momento do julgamento e avalia quem deveria ter provado tal fato, em face do acesso à prova. O Código de Defesa do Consumidor prevê uma hipótese de inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, se presentes os requisitos ali disciplinados. OBJETIVO: O objetivo deste trabalho é analisar as três principais correntes doutrinárias que defendem a possibilidade de o juiz aplicar a regra ao despachar a inicial, na sentença ou na fase de saneamento do processo. METODOLOGIA: Foi desenvolvida uma pesquisa na base de dados: Google, pesquisas de notícias sobre o tema. O resultado e levantamento bibliográfico resultaram: 6 documentos. Após a análise do título e resumo, foi feita a leitura. RESULTADOS E DISCUSSÕES: O tema ganha enorme relevância nos tempos atuais, de modo que, há muita divergência entre doutrina e jurisprudência a respeito do momento e de quais são os requisitos legais para a decretação deste instrumento processual pelo juiz, pois a questão probatória é ponto crucial e fundamental em nosso sistema processual, vez que é ela que irá demonstrar a veracidade dos fatos



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



narrados pelas partes conflitantes, de maneira que não contrariem as disposições protecionistas do consumidor. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a inversão do ônus da prova no Direito do Consumidor, matéria de instrução por entender ser seu momento mais apropriado de aplicação, no despacho saneador. Tal entendimento desprende-se da regra de distribuição do ônus da prova no processo civil por já ser de amplo conhecimento das partes.

Palavras-chaves: Consumidor. Inversão. Ônus. Prova. Momento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fabrício. 3. Conceituação da Relação Jurídica de Consumo e Sua Configuração Diante da Comunicação Publicitária In: ALVES, Fabrício. **Direito Publicitário: Proteção do Consumidor**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais 2021. Disponível em:

<https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1197132591/direitopublicitario-protECAo-do-consumidor>. Acesso em: 13 de Setembro de 2022.

BENJAMIN, Antônio; MARQUES, Claudia; BESSA, Leonardo. III. Campo de Aplicação do Cdc In: BENJAMIN, Antônio; MARQUES, Claudia; BESSA, Leonardo. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2021. Disponível em:

<https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1250397051/manual-de-direito-doconsumidor>. Acesso em: 16 de Outubro de 2022.

MARQUES, Claudia; BENJAMIN, Antônio; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em:

<https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1440743357/comentarios-ao-codigode-defesa-do-consumidor>. Acesso em: 13 de Setembro de 2022.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



MEDINA, José. **Constituição Federal Comentada**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em:

<https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1540359570/constituicao-federalcomentada>. Acesso em: 7 de Novembro de 2022.

MARQUES, Claudia; BENJAMIN, Antônio; MIRAGEM, Bruno. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais In: MARQUES, Claudia; BENJAMIN, Antônio; MIRAGEM, Bruno. **Direito do consumidor: princípios gerais e defesa do consumidor em juízo**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2015. Disponível em: <https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1499781117/direito-do-consumidorprincípios-gerais-e-defesa-do-consumidor-em-juizo>. Acesso em: 15 de Novembro de 2022.

### **Aplicação do erro de tipo no crime de estupro de vulnerável e posicionamentos dos tribunais superiores**

Levi de Moura Silveira, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, orientador e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Inicialmente é necessário destacar que a prática do delito de estupro é reprovada, desde os tempos mais remotos da humanidade, por óbvio, tendo em vista que atinge, violentamente, a dignidade humana, a qual é um dos pilares do estado democrático de direito.

Nesta senda, atualmente, o código repressivo penal prevê o crime de estupro (Art.213 do CP) e o crime de estupro de vulnerável (Art. 217-A), o qual é fruto da evolução jurídica/social, mesmo porque os costumes estão em constante evolução, via de consequência, o Direito, que também deve acompanhar, sob pena de lamentável insegurança jurídica.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



O artigo 217-A, do Código Penal antevê aqueles que são considerados vulneráveis, dentre eles, os menores de 14 (quatorze) anos de idade, no entanto o presente trabalho irá demonstrar a falibilidade do legislador, ao editar o presente texto legal, em oposição à realidade social/fática, situação profundamente triste e lamentável, a qual muitas vezes geram processos que ensejam condenações absurdas por existir uma suposta presunção de “vulnerabilidade absoluta” no delito epigrafado, e diga-se de passagem, no presente, há muitos menores de 14 anos que iniciam a vida sexual, possuindo capacidade de determinação para tanto, pois a evolução tecnológica proporcionou, feliz ou infelizmente, a possibilidade de obtenção de informações ilimitadas por esses, ensejando, conseqüentemente, o amadurecimento intelectual de crianças e adolescentes.

Além disso, existem menores de 14 anos que não aparentam possuir essa tenra idade, dada circunstâncias comportamentais/fisiológicas, as quais levam o suposto sujeito ativo do crime de estupro de vulnerável a erro, circunstância que gera a exclusão da tipicidade, a qual até o presente momento não foi jurisprudencialmente assentada/firmada, no entanto os tribunais superiores vêm reconhecendo e aplicando o instituto previsto no Art. 20 do Código Penal, o qual elimina o dolo da conduta, ensejando a exclusão do fato típico, prejudicando a ocorrência do delito, noutra via, há posicionamentos que não aceitam referida tese, causando lamentavelmente uma verdadeira, pasme-se, balburdia jurídica.

Diante do exposto, entendemos que a legislação penal referida acima deve, rápida e urgentemente, ser reformada, seja por meio da edição de nova lei ou pela jurisprudência, em face de desatualização gritante presente no artigo 217-A do Código Penal.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo do presente trabalho é apresentar, sinteticamente, a evolução histórica do crime de estupro e a aplicação do instituto do erro de tipo nos casos de estupro de vulnerável, e ainda, demonstrar os problemas da presente presunção absoluta de vulnerabilidade e da desatualização legislativa face a evolução social, apontando soluções e expondo casos notórios ocorridos no Brasil.



## 2. MATERIAL E METÓDOS

Para a concretização do trabalho será utilizado o método dedutivo, por meio de pesquisas bibliográficas, e também posicionamentos do STJ relativos à aplicabilidade da excludente, da tipicidade de erro do tipo, nos casos de estupro de vulnerável, o qual se perfaz com o erro sobre as circunstâncias fáticas, ou seja, o indivíduo nessas condições não possui a vontade/dolo de consumir o delito, ao contrário, se encontra em uma situação na qual acredita, sincera e honestamente, estar praticando um fato legal, jamais cogitando se encontrar em desarmonia com a legislação repressiva penal, em outras palavras, “Erro para o Direito Penal é a falsa percepção de algo, o engano acerca de alguma coisa. Erro de tipo, por sua vez, é a **falsa percepção, pelo agente, da realidade que o cerca**” (Avelar, 2022).

Além disso, a problemática restará demonstrada através de publicações jornalísticas, matérias notórias e sabidas, em confronto com a legislação penal vigente, aptas a demonstrar a utopia criada pelo legislador, em tratar menores de 14 anos como vulneráveis absolutos.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ordenamento pátrio adota, acertadamente, o princípio da legalidade, este que determina que a lei deve ser prévia, certa, estrita e escrita, entendemos que a lei deve se adequar socialmente, não nos parece adequado punir alguém por fatos aceitos ou que já estão impregnados no meio social como ocorre em situações de relações sexuais consentidas por menores de 14 anos, os quais muitas vezes são capazes de praticar segura e eficazmente conjunção carnal, ou qualquer ato de cunho sexual, ou seja, referida vulnerabilidade deve, como medida de segurança jurídica, ser relativizada, tendo em vista que podem gerar consequências desastrosas para uma pessoa.

É necessária a compreensão de que a sociedade está em constante evolução, seja tecnológica, fisiológica, psicológica etc, e que a lei deve caminhar no mesmo sentido para que se possa almejar a tão abrilhantada segurança jurídica.

Nesse caminho, os legisladores devem atuar de forma preventiva não somente para combater o crime, mas, também, para que não existam injustiças no seio democrático, devendo antever possíveis injustiças e saná-las por meio de um controle preventivo. Não sendo assim, cabe aos magistrados aplicarem e firmarem



jurisprudência reconhecendo a possibilidade de erro de tipo, devendo haver, repete-se, por necessidade, a relativização da vulnerabilidade prevista no Artigo 217-A do Código Penal.

Cumpra esclarecer, por importante, que a discussão ora apresentada se perfaz tanto nos posicionamentos jurisprudenciais que não condizem, repete-se, com a realidade social/fática, quanto na taxação do conceito de vulnerável absoluto pelo critério etário, pois como se verá, não se sustenta real e socialmente.

Diante disso, constata-se que ainda há, lamentavelmente, insegurança jurídica no tocante à aplicação do instituto do erro de tipo, a qual via de consequência enseja processos indesejáveis e injustos, ensejando condenações injustas, fatos, concorde-se, contrários ao Direito e a Justiça, por motivos mais do que óbvios.

#### 4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a evolução social/fática exige que o legislador se adeque sob pena de se tornar um carrasco ao invés de representar os cidadãos, que é a sua real função. Como já explanado alhures, não concordamos com que o legislador venha se atualizando juntamente com a sociedade, cabendo, por necessidade, aos juízes interpretarem às leis e aplicar o Direito, nos moldes da Justiça, ao caso concreto.

No crime de estupro de vulnerável, além de buscar a proteção de crianças e adolescentes, fazem-se necessárias mudanças, principalmente, no que diz respeito à caracterização da vulnerabilidade, pois nos moldes que se encontram previstas na legislação podem e conduzem a um cenário de injustiças, por óbvio, não admitida pelo direito.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Michael. **Manual de direito penal**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

ALMEIDA, André. **Erro e concurso de pessoas no Direito Penal**. Curitiba: Juruá,

2010. BITENCOURT, Cezar. **Código penal comentado**. 10. ed. São Paulo:

Saraiva, 2019.

JÚNIOR, Amilcar; ALMEIDA, Carlos; FILHO, Gilberto; SENA, Humberto; FILHO,





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



José; COUTINHO, Luiz; PINHEIRO, Luiz; SILVA, Maria; FRANCO, Paulo; DOMINGOS, Radamés; FILHO, Roberto; XAVIER, Wilson. **Código penal comentado e sua interpretação pelos tribunais**. 2. ed. Campo Grande: Contemplan, 2015.

NUCCI, Guilherme. **Manual de direito penal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

\_\_\_\_\_, Guilherme. **Manual de direito penal**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

## O PLÁGIO DE OBRAS MUSICAIS NAS REDES SOCIAIS.

Rodolfo Rizatto Silva, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Shauma Schiavo Schimidt, orientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP.<sup>2</sup>

**RESUMO.** O respectivo trabalho tem como objeto de estudo o plágio praticado dentro das redes sociais, por pessoas que se apropriam de forma indiscriminada de composições musicais sem remunerar seus compositores. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando os conceitos de direitos autorais e plágio sobre obras musicais, no Código Penal, no Código Civil e leis esparsas. O crescimento do uso das redes sociais apresenta um aumento gigantesco da prática do plágio, principalmente, com a reprodução de obras musicais utilizadas para a autopromoção dos plagiadores dentro destas plataformas, como trilhas sonoras para vídeos de dancinhas, momentos do cotidiano, como academias, baladinhas, etc., sempre visando o ganho de seguidores e curtidas em seu perfil, com o intuito de obter um faturamento monetário com esta prática. Reproduzir obras musicais sem creditar o autor é plágio, um crime que se caracteriza como uma forma de roubo de ideias, o que viola as leis que regulamentam a comunicação no Brasil, especificamente a Lei dos Direitos Autorais n. 9.610/98, que protege a propriedade intelectual. Sob a proteção dessa lei, o autor é detentor dos direitos morais e patrimoniais sobre a obra musical nos termos do parágrafo IV da referida Lei. Uma solução para este problema seria a utilização de trilhas sonoras livres de direitos autorais, elas são disponibilizadas, gratuitamente, na internet para qualquer um que queira utilizá-las. E também a utilização de obras as quais tenham passado 70 anos do falecimento do seu autor, tornando-a em obra de domínio público. O plágio é uma prática socialmente e moralmente reprovável, e deve ser combatida. As redes sociais são ambientes para interagir e se relacionar, porém, requer cuidados para o uso correto de suas publicações.

**Palavras-chave:** Plágio. Obras Musicais. Redes Sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Manual de direitos autorais / Carolina Panzolini, Silvana Demartini. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Administração, 2017. 100 p.

Direito Autoral: perguntas e respostas / organização: Eliane Cordeiro de Vasconcellos Garcia Duarte e Edmeire Cristina Pereira – Curitiba:UFPR, 2009.

Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez, 1940.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA DAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE POR ATRASO NA AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA**

Eduarda Boldrin Simões Martins, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Carlos Augusto de Almeida Troncon, orientador e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP.<sup>2</sup>

**Resumo. Introdução:** o presente estudo trata-se da aplicação da responsabilidade civil preventiva das operadoras de planos de saúde em virtude do atraso nas autorizações de procedimento de urgência, estudo esse que discorre de uma circunstância costumeira na sociedade, visto que os atrasos diante das operadoras em autorizar procedimentos de caráter urgente e suas consequências jurídicas, ou seja, abordando ainda o papel da responsabilidade civil, de modo preventivo dentro do âmbito jurídico. **OBJETIVO:** apresentar a evolução da matéria da responsabilidade civil, deixando de atuar como apenas uma indenização de dano causado, apresentando, portanto, a maneira para proteger a vida do consumidor. **METODOLOGIA:** Por se tratar de um assunto de percepção de um problema, foi utilizado o método de abordagem de maneira hipotética e dedutiva, buscando sempre a compreensão da responsabilidade civil preventiva, entendida como resposta dos problemas em que está sendo dissertado. Os materiais utilizados para essa pesquisa foram pesquisas bibliográficas, selecionadas através da base de dados SciELO; Google Academy, buscando sempre o aprofundamento sobre o assunto e a finalidade de um estudo atual. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Análise da relação entre as operadoras de planos de saúde e de seus associados, tratando de uma relação de consumo entre ambos, onde as operadoras prestam o



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



serviço que é o objeto de contratação entre ambos, enquadrando-se no conceito dos fornecedores, conforme previsto no §2º do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor.

**CONCLUSÃO:** Foi abordada, portanto, a análise da responsabilidade civil preventiva das operadoras de planos de saúde por danos causados pela demora das operadoras dos planos de saúde, na autorização de procedimentos de urgência, considerados danos de gravidade, podendo ser muitas vezes até irreparáveis. Ressalte-se que a análise referiu-se, principalmente, ao papel da responsabilidade civil. Também é interessante observar que se trata de assunto recente que requer reflexão.

**Palavras-chave:** Procedimento de urgência. Plano de saúde. Danos irreparáveis. Responsabilidade civil preventiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Roberto Paulino de. Notas sobre a teoria da responsabilidade civil sem danos. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 6, Jan-Mar, 2016, p. 89 - 103.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm) Último acesso em 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Medida Provisória n. 1.730-7, de 7 de dezembro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1730-7.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1730-7.htm) . Último acesso em 10 de setembro de 2022.

NUNES, Antônio Rizzatto. O código de defesa do consumidor e os planos de saúde: o que importa saber. **Revista de Direito do Consumidor**, n. 49, Jan-Mar, 2004. São Paulo: Edição e Distribuição: Revista dos Tribunais. P. 127.

## DIREITO SINDICAL E CONVENÇÕES

José André Manoel Rodrigues, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;  
Matheus Porfirio, orientador e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>;  
Elia Kátia Pupim, coorientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**RESUMO.** O presente artigo é resultado dos estudos do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito da FAP, tem como objetivo analisar e discutir as alterações da lei 13.467/2017, no Governo Temer, pois elas impactaram as relações do trabalho e relações sindicais, determinaram a extinção da contribuição sindical e a



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



obrigatoriedade da anuência firmada ao mesmo que acarretaram uma grande redução das negociações coletivas, e proporcionaram uma diminuição nos direitos, relacionados aos trabalhadores, levando em conta a grande diminuição de sindicatos bem conhecidos no campo do direito, uma vez que a organização das relações sindicais no Brasil viveu um período de mais de oitenta anos de estabilidade, e sobreviveu por três mudanças constitucionais e a diversas formas de organização política, com a diminuição do poder da esquerda na política, tivemos essa grande reforma referente à lei n. 13.467/2017, que provocou a maior queda de sindicatos registrados no Brasil, grandes centrais sindicais foram fechadas, ou com seu poder regional diminuído, tendo em si não só uma perda política, mas também social relacionada ao Trabalhador. Começaram a surgir instabilidades jurídicas sobre entendimentos de Convenções Coletivas que dificultaram a livre negociação entre Sindicatos, a fragilização das entidades sindicais e a consequente redução da abrangência das proteções trabalhistas individuais não proporcionou o esperado aquecimento da economia no país, em período de crise onde o esperado, segundo as alterações, é que seriam benéficas tanto ao trabalhador, quanto à economia do País. **METODOLOGIA:** Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando os conceitos Organização Sindical, Convenção Coletiva/Acordo Coletivo, nas bases de dados SciELO, Biblioteca Digital da FAP. Este artigo teve motivação aplicada e exploratória. Utiliza-se de métodos de pesquisa bibliográfica e documentos sobre o assunto por meio de pesquisa documental. **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS:** O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a análise de como as leis do trabalho afetam a mobilização sindical e social. Além disso, também permitiu levantar teorias em relação à necessidade de mudanças no sistema trabalhista brasileiro. Enquanto a CLT regrida quem paga são os próprios trabalhadores, as convenções coletivas são dificilmente negociadas e o trabalhador não tem voz para a própria negociação individual. Sindicatos perderam as forças para continuar prezando pelos direitos adquiridos de anos com apenas 5 anos de mandato da direita, o País não está preparado para se desvincular de um problema social enraizado em nosso território há séculos.

**Palavras chave:** Convenções coletivas. Reforma Trabalhista. Organizações. Sindicato.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



**ABSTRACT.** This article aims to analyze and discuss the changes to law 13.467/2017 in Temer's Government, where it impacted labor relations and union relations. The extinction of union dues and the mandatory signed lead to a large reduction in collective negotiations, and provided a decrease in the rights related to workers, taking into account the large decrease of well-known unions in the field of law. The organization of union relations in Brazil lived a period of more than eighty years of stability, where it survived. three constitutional changes and various forms of political organization. With the decrease in the power of the left winged politicians, we had a law reform, referring to the new law 13.467/2017, where we had the biggest drop in registered unions in Brazil. The reform, brought a large union centers to close or had their power decreased, having in itself not only a political but also a social loss related to the workers, where legal instabilities began. In understandings of Collective Agreements and made free negotiation between unions difficult, the weakening of union entities and the consequent reduction in the scope of individual labor protections did not provide the expected heating in the economy during the period of crisis in the country where, according to the changes, would be beneficial to both: the worker and the country's economy.

Palavras chave: Conventions. Collective. Work Law Reform. Organizations. Trade Union.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lopes, José André Manoel Rodrigues. **UNION RIGHTS AND CONVENTIONS.** 2022. Completion of course work, Bachelor's degree in law– FADAP-FAP, Tupã, 2022.

## A IMPORTÂNCIA DA LEI DE DROGAS PARA COMBATER O TRÁFICO NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Layres Zanon Rocha, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP;<sup>1</sup>  
Eliana Kátia Pupim, orientadora e docente do Curso de Direito da FAP<sup>2</sup>;



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, coorientador e docente do Curso de Direito da FAP<sup>2</sup>.

**RESUMO. Introdução:** Este é um estudo realizado com fundamento na Lei 11.343 de 2006, também chamada Lei de Drogas, a qual institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) contemplando as atualizações legislativas, bem como a inserção das penas. O SISNAD prescreve as medidas para a repressão, tráfico ilícito, bem como a reinserção social dos usuários e dependentes das drogas, ademais, define os crimes e a prevenção do uso indevido. É necessário enfatizar a tipificação penal, em que é qualificado o sujeito, o qual, no procedimento realizado nas fronteiras, é nomeado como “mula”, para diferenciar os distintos papéis desempenhados pelas pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. A visibilidade da Lei na sociedade é ínfima, atingindo alta incidência da prática criminal. **OBJETIVO:** Analisar com base na Legislação pertinente a punibilidade ofertada ao agente praticante do ilícito penal, assim como é executada a sanção na Ação Penal e sua classificação hedionda. **METODOLOGIA:** Para alcançar o objetivo proposto do artigo, foi empregada a pesquisa bibliográfica, sendo que o levantamento utiliza as palavras-chave: “tráfico de drogas”; “fronteira” “Brasil”, na base de dados Portal de Periódicos da CAPES e o repositório digital da FAP que disponibiliza os livros indexados online. A fim de qualificar os critérios de inclusão, foi visada a busca de um estudo atual. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram encontrados 16 artigos no idioma português e inglês, sendo que, após a leitura, 02 foram mantidos por realizar ampla conexão e também como forma de respaldo, o livro “Lei de Drogas” de Renato Marcão. **CONCLUSÃO:** Durante a execução da pesquisa, considerou-se notória a constante mudança da Lei, a qual se tornou mais branda com as novas sanções. Faz-se necessário o conhecimento nacional de sua prolação com base na punibilidade exercida pelo Estado e o desdobramento da Ação Penal, no decurso do tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tráfico de Drogas. Fronteira. Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



MARCÃO, Renato. **LEI DE DROGAS**: Comentários e interpretação jurisprudencial da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006 (crimes, investigação e procedimento em juízo). 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

Ligya Bauer De Marchi Araújo, [ligyabauerdm@gmail.com](mailto:ligyabauerdm@gmail.com) , Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti; Orientador, [sergio.bindilatti@fadap.br](mailto:sergio.bindilatti@fadap.br), Curso de Direito, 8º semestre, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Desenvolvimento, organização do acesso à justiça, segurança e formação técnico-jurídica.

## **A CONTINUIDADE HISTÓRICA DO CRIME DE XENOFOBIA CONTRA ASIÁTICOS**

Ligya Bauer De Marchi Araújo, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>, [ligyabauerdm@gmail.com](mailto:ligyabauerdm@gmail.com);

Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, Orientador e professor do Curso de direito da FAP<sup>2</sup>, [sergio.bindilatti@fadap.br](mailto:sergio.bindilatti@fadap.br);

Eliana Kátia Pupim, coorientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>, [eliana.pupim@fadap.br](mailto:eliana.pupim@fadap.br)

**Resumo.** O presente artigo visa analisar e comparar os eventos históricos que incidiram em grandes ataques xenofóbicos e discriminatórios contra a população de origem e descendência asiática pelo mundo, aludindo um estereótipo oriental, historicamente negativo. O estudo se justifica por esta etnia oriental estar sendo afetada novamente, pelo aumento de crime de ódio frente ao advento da Pandemia, crime esse que se configura com ataque específico em razão de pertencimento a um grupo, que possibilitou a retomada da discussão. O artigo visa analisar hipoteticamente se os eventos históricos influenciaram numa narrativa xenofóbica sobre uma etnia, não sendo o fator “Pandemia COVID-19”, que se iniciou em país asiático, o estopim do ódio disseminado. Discutir o aumento de casos de crime de ódio nos Estados Unidos contra asiáticos ou descendentes com enfoque na história discriminatória com os orientais, conceituando o crime de ódio e a ascendência da xenofobia, durante a Pandemia Covid-19, abrangendo um estudo sobre o fluxo



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



migratório deste povo aos Estados Unidos, na virada do século XIX, a maneira como eventos históricos influenciaram na visão xenofóbica, apontando também, o movimento *Stop Asian Hate* de 2021. Para atingir os objetivos propostos para este artigo e obtenção de informações, fez-se necessário um levantamento teórico e histórico em base de dados, legislações nacionais e internacionais, Reasearch Gate, e plataformas online de pesquisas confiáveis; no momento seguinte, foi realizado um recorte demográfico, no período compreendido entre o início da 2ª Guerra Mundial e o pós-guerra, comparando com o período pandêmico atual. Assim, tornou-se possível delimitar o período deste estudo e consolidar as hipóteses definidas. As conclusões preliminares advindas da imersão e execução de pesquisas favorecem assertivamente a hipótese levantada na pesquisa, partindo de uma análise crítica, que depende de uma absorção e aprofundamento no conteúdo teórico.

**PALAVRAS-CHAVE.** Xenofobia. Asiáticos. Crime de ódio. Pandemia. Preconceito.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo:** imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Xenofobia:** medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

#### **A SÍNDROME DE *BURNOUT* SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO TRABALHISTA**

Pamela Aleixo dos Santos, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP, e-mail:  
229732@fadap.br<sup>1</sup>

Matheus Henrique Porfírio, orientador e professor do Curso de Direito da FAP, Tupã,  
SP<sup>2</sup>;

Eliana Kátia Pupim, coorientadora e professora do Curso de Direito da FAP, Tupã,  
SP<sup>2</sup>.

**RESUMO.** O último século tem sido marcado por patologias psicológicas, ligadas ao ambiente de trabalho, estando entre elas o *Burnout*, que foi reconhecida como síndrome pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2022. Ela tem



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



sua origem no estresse experienciado no ambiente laboral. Diante disso, tem-se como objetivo geral identificar a responsabilidade do empregador diante da síndrome de *Burnout*. Mais especificamente, busca-se apontar como as condições de trabalho podem desencadear tal síndrome; descrever quais são as obrigações legais do empregador e, por fim, identificar medidas que contribuem para a mitigação do *Burnout*. Foi elaborada uma pesquisa de natureza básica, descritiva e exploratória, quanto ao objetivo, de abordagem qualitativa. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental conduzida em livros, artigos científicos sobre o *Burnout* e documentos governamentais como a Constituição Federal e a Consolidação das Leis Trabalhistas que tratam sobre direito do trabalhador. Os resultados encontrados demonstram que as condições do ambiente de trabalho, como os comportamentos dos colegas, instabilidade do cargo, obsessão por metas e, principalmente, as más gerencias acometem diretamente a saúde física e mental do trabalhador. Diante disso, segundo a Responsabilidade Civil Objetiva, é de responsabilidade de quem cria o risco amenizar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Ainda, são descritos julgados que demonstram que o empregador deve ser penalizado em casos de dano moral aos empregados. Entre as estratégias que podem ser adotadas pelo empregador para lidar com a síndrome estão ressaltar a importância do bem-estar dentro da cultura organizacional, educar os gestores para prevenir o *Burnout*, e desenhar cargos que não sobrecarreguem os empregados. Logo, conclui-se que o empregador tem um papel fundamental na mitigação da síndrome de *Burnout*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empregador. *Burnout*. Direito do trabalho. Responsabilidade objetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

CASSAR, V. B. **Resumo de direito do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Forense Ltda, 2018.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

GALLUP. **Employee Burnout: causes and cures**. 2020. Disponível em: <https://www.gallup.com/workplace/282659/employee-burnout-perspective-paper.aspx?thank-you-report-form=1>. Acesso em: 09 set. 2022.

LEITE, C. H. B. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MARTINEZ, L. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555594775>. Acesso em: 04 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. P. de. **Responsabilidade objetiva do empregador por acidente de trabalho**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PAMPLONA FILHO, R.M.V.; SANTOS, C.M.P.G.D **Assédio moral organizacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590913/>. Acesso em: 25 de jul. de 2022.

SILVA, A. A. REZENDE, M. E. T. TAVEIRA, P. **A legislação trabalhista e as questões de saúde e segurança do trabalho: o diferencial da dupla atuação**. São Paulo: Érica, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536532431>. Acesso em: 04 jun. 2022.

TUMA, E. F. B.; VIEIRA, L. R. A síndrome de *Burnout* como degradação do meio ambiente do trabalho e a posição do TST na utilização dos princípios e conceitos ambientais. **Revista do Direito do Trabalho e meio ambiente do trabalho**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 89-105, jul./dez. 2015.

THRELKELD, K. Employee Burnout Report: COVID-19's Impact and 3 Strategies to Curb It. **Indeed for employers**. 2021. Disponível em: <https://www.indeed.com/lead/preventing-employee-burnout-report>. Acesso em: 23 abr. 2022

## **A EXIGÊNCIA DA CONFISSÃO PARA A PROPOSITURA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL É CONTRÁRIO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AUTOINCRIMINAÇÃO?**

Matheus Campos, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Eliana Kátia Pupim, orientadora e docente do curso de Direito da FAP, SP<sup>2</sup>.



**Resumo:** O presente trabalho se debruça sobre o tema **acordo de persecução penal e a autoincriminação**, busca-se discutir se há violação das normas constitucionais ao se exigir que os acusados confessem formal e circunstanciadamente a prática de infrações penais. Tendo em vista que, para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, aplicando o conceito do Acordo de não persecução penal (ANPP), nas bases de dados da CAPES, Scielo e minha biblioteca. Segundo o estudo bibliográfico desenvolvido, o artigo foi motivado com enfoque de ampliar os conhecimentos teóricos qualitativos e corresponder às necessidades do mercado de trabalho. Resultado e Discussão. A constituição não protege o direito a autoincriminação? "Assim, diante da necessidade de exercer o controle da constitucionalidade da proposta do acordo, cabe ao juiz adentrar, em cognição superficial, no caso penal trazido pelas partes, para que não sejam objetos de homologação fatos que se originam de condutas invasivas aos comandos constitucionais". (Bizoto, 2020) .“ Ainda na defesa da aplicação do instituto, assevera-se que o devido processo penal e a presunção de inocência ficam intocáveis, na medida que se dá a faculdade de escolha à defesa. Esta pode optar pelo acordo de não persecução penal com a pertinente confissão, para que a situação penal do acusado tenha um ganho com o impedimento do nascer de um processo’ (Bizoto, 2020) .O acordo diminui gastos desnecessários da “máquina pública” além de gerar economia processual e o prazo razoável do processo; uma condenação mais branda não exige a responsabilidade do indivíduo. O Acordo de Não Persecução Penal suscita algumas dúvidas em sua aplicação. A pesquisa traz algumas respostas para aqueles que têm dúvida, quanto à legalidade da confissão. A pesquisa é apenas uma pequena amostra das discussões jurídicas atuais com objetivo de auxiliar na aplicabilidade e entendimento desse novo instituto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOWER, Patrícia Eleutério Campos. Algumas Respostas sobre o Acordo de Não Persecução Penal. In: SANCHES CUNHA, Rogério; BARROS, Francisco Dirceu; SOUZA, Renee do Ó; CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira (orgs.). Acordo de Não Persecução Penal, Resolução n. 181 do CNMP. 2a ed., Salvador: JusPodivm, 2019.

BARROS, Francisco Dirceu; SOUZA, Renee do Ó; CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira (orgs.). Acordo de Não Persecução Penal, Resolução n. 181 do CNMP. 2a ed., Salvador: JusPodivm, 2019.

**Palavras-chave:** Direito Penal. Direito Processual Penal. Acordo de Não Persecução Penal, despenalização, inconstitucionalidade.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



## MÉTODOS, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Laís Ramos Trisoglio<sup>1</sup>;

Eliana Kátia Pupim<sup>2</sup>;

Gabriel Cunha Salum<sup>3</sup>.

**RESUMO.** A justiça restaurativa tem sido vista como um conjunto de métodos e práticas inovadores para a resolução consensual de distintos tipos de violência, conflitos e de transgressões criminais, no âmbito das relações intersubjetivas em sociedade, chegando ao Poder Judiciário por sua função típica de exercício da tutela jurisdicional. Desse modo, a justiça restaurativa compreende dinâmicas dialógicas e participativas entre agressores e vítimas ou ofensores e ofendidos, para fins de aproximação e entendimento mútuo, buscando a restauração do *status quo ante*. Neste contexto, considerando a relevância e a atualidade do tema, confirmadas hoje por questões, debates e publicações, que vêm sendo suscitados e realizados por juristas e estudiosos do fenômeno jurídico, essa pesquisa tem o objetivo de analisar a aplicação da justiça restaurativa, nos crimes contra a Administração Pública, em que o sujeito passivo é o Estado. Constituem objetivos específicos dessa investigação: estudar o conceito jurídico de justiça restaurativa e sua previsão legal no direito brasileiro; examinar características específicas e aspectos distintivos da justiça restaurativa em contraposição aos métodos, procedimentos e técnicas formais tradicionais de funcionamento da esfera criminal, na composição de litígios. No método, realiza-se investigação sistemática e crítica do objeto de estudo, com revisão da literatura, além do exame de legislações e de outros documentos. A hipótese de pesquisa é de que determinados métodos, procedimentos e técnicas de justiça restaurativa seriam aplicáveis a qualquer crime, inclusive nos crimes contra a Administração Pública, conquanto a vítima, nesses casos, seja *sui generis* por referir-se de imediato aos entes federados, podendo essa hipótese ser confirmada ou refutada ao final da investigação. Resultados preliminares têm indicado que a justiça restaurativa permite a reparação de danos ocasionados por transgressões criminais, de maneira célere e eficiente, em razão da colaboração entre as partes envolvidas por intermédio de um terceiro imparcial.

**Palavras-Chave:** Métodos, Procedimentos e Técnicas de Resolução de Conflitos. Justiça Restaurativa. Direito Criminal. Crimes contra a Administração Pública.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Yago Daltro Ferraro. A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DOS CRIMES FUNCIONAIS PRATICADOS POR PREFEITOS. **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2017.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



MARTINS, Neuza; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; PEREIRA, Sandra Patrícia Marques. O PARADIGMA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: PREOCUPAÇÕES ÉTICAS NA GESTÃO DE CONFLITOS. **Lex Humana (ISSN 2175-0947)**, v. 13, n. 1, 2021, p. 148-164 .

MORRIS, Alisson. Criticando os críticos: uma breve resposta aos críticos da justiça restaurativa. **Justiça restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD**, 2005.

NETO, Pedro Scuro. O enigma da esfinge. Uma década de justiça restaurativa no Brasil. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 12, n. 23, 2008, p. 03-24.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA; Caio Augusto Souza. Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à Justiça. 2012.

PALLAMOLLA, Raffaella; ACHUTTI, Daniel. Justiça Criminal e Justiça Restaurativa: possibilidades de ruptura com a lógica burocrático-retribucionista. **Sistema Penal & Violência**, v. 6, n. 1, 2014, p. 75-87.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa é possível no Brasil. **Justiça restaurativa**, 2005, p. 19.

PELIZZOLI, Marcelo L.; SAYÃO, S. A importância da Justiça Restaurativa. **Cardoso; Luna; Galdino (orgs.). Cultura de Paz: Gênero, sexualidade e diversidade. Recife: EDUFPE**, 2014.

## A DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA USUCAPIÃO

Beatriz de Oliveira Bussola, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP, e-mail: 230065@fadap.br<sup>1</sup>;

Livia Maria Macagnan Ciciliati, orientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP e-mail: livia.ciciliati@fadap.br<sup>2</sup>;

Eliana Kátia Pupim, coorientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP.<sup>2</sup>

**RESUMO:** Objetivou-se, com o presente artigo, analisar o fenômeno da desjudicialização no Brasil. Atualmente, ante o esgotamento do Poder Judiciário e a informatização, novas legislações visam estimular a composição de conflitos fora da esfera judicial, promovendo o acesso à justiça. Muito embora haja diversas formas de desjudicialização, algumas delas passam por procedimentos realizados através das serventias extrajudiciais, tais como, inventário e partilha; divórcio e retificações. O referido artigo limitou-se ao estudo e análise do instituto da usucapião



extrajudicial. A celeridade da seara extrajudicial traz diversas vantagens para aqueles que buscam maior agilidade e menor burocracia, principalmente, ao que concerne à aquisição originária de propriedade imóvel. Portanto, o presente estudo foi realizado com base nas seguintes questões: conceito, causas e vantagens da desjudicialização, bem como as funções das serventias extrajudiciais, quais sejam, os cartórios notariais e registrais, além da definição, origem, modalidades e requisitos da usucapião extrajudicial e, por fim, uma análise prática das estatísticas concernentes à quantidade de atos que são realizados judicialmente e extrajudicialmente. Adotou-se, para tanto, a pesquisa pura e quanti-qualitativa através de materiais bibliográficos, documentais e demais artigos científicos. Assim, ante a constatação de que o Poder Judiciário não pode ser o único caminho eficiente para a solução de problemas, a necessidade da desburocratização resta evidente. Logo, as serventias extrajudiciais exsurgem como meio eficiente para garantir efetivo acesso à ordem jurídica justa. Contudo, por ausência de conhecimento e também ante os obstáculos de gratuidade aos usuários, a busca pela jurisdição estatal permanece crescente.

**Palavras-chave:** Usucapião. Usucapião Extrajudicial. Desjudicialização. Serventias Extrajudiciais. Cartórios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDELLI, Leonardo. **Usucapião Administrativa**. De acordo com o novo Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502637009/pageid/0>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL, **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6015compilada.htm). Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL, **Provimento nº 65, de 14 de dezembro de 2017**. Estabelece as diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2527>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CNJ, **Justiça em números, 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-justica-em-numeros2021-12.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

CORREA, Cláudia Franco; MENEZES, Juliana Barcellos da Cunha e. A usucapião extrajudicial e a atuação do cartório de registro de imóveis: uma opção pela celeridade ou manutenção das práticas burocráticas? **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**, v. 2, n2, 2016, p. 87-105. Disponível em:



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



<https://indexlaw.org/index.php/revistaprocessojurisdicao/article/view/1599>. Acesso em: 05 set. 2022.

HILL, Flávia Pereira. Desjudicialização e acesso à justiça além dos tribunais: pela concepção de um devido processo legal extrajudicial. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**. Rio de Janeiro, v. 22, n.1, 2021, p. 379-408. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/56701>. Acesso em: 05 set. 2022.

MELLO, Henrique Ferraz Corrêa de. **Usucapião Extrajudicial**. São Paulo: YK Editora, 2018.

MIRANDA, Caleb Matheus Ribeiro de *et al.* **Usucapião Extrajudicial**. São Paulo: IRIB, 2020.

PEREIRA, Camilla Martins Mendes Pereira. A desjudicialização como forma de promoção do acesso à justiça no Brasil. **Revista Cidadania e Acesso à Justiça**, v. 6, n. 2, p. 54-71. 2020. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/acessojustica/article/view/6929>. Acesso em: 05 set. 2022.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Sotero de Mello. A desjudicialização enquanto ferramenta de acesso à justiça no CPC/2015: a nova figura da usucapião por escritura pública. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2016, p.320-353. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/26605>. Acesso em: 05 set. 2022.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ROCHA, Maria Luiza de Souza; SILVA, Rodrigo Ichikawa. Atividades notariais e registrais, judicialização e acesso à justiça: o impacto da desjudicialização para a concretização dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 18, n. 1, 2018, p. 305- 334. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/5701>. Acesso em: 05 set. 2022.

## HOLDING FAMILIAR: PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO DE SUCESSO

André Luis Gomes Pato, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP, [036862@fadap.br](mailto:036862@fadap.br), [andrepatto.materiadireito@gmail.com](mailto:andrepatto.materiadireito@gmail.com)<sup>1</sup>:

Juliana Ortiz Minichiello Palú, orientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>;

Eliana Kátia Pupim, coorientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**Resumo:** O artigo desenvolve a temática da ‘Holding Familiar’, conhecida forma de estrutura familiar, utilizada no emprego dos negócios familiares e impulsionada pelo affectio societatis. No direito brasileiro, inexistente um tipo societário específico que tenha denominação Holding, de modo que, o que existe são tipos societários



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



revestidos de suas características. A Lei n. 6.404/76, em seu artigo 2º, determina que a Holding Familiar está ligada às regras de sucessão patrimonial e que tem o condão de desenvolver um Planejamento Sucessório Familiar de Sucesso e decorrente da falta de planejamento sucessório familiar, que poderá acarretar a decadência da empresa. A partir do exposto, o objetivo do presente estudo é demonstrar que a Holding é uma empresa constituída a partir de um estatuto ou contrato Social, criada com a finalidade de controlar o patrimônio de uma ou mais pessoas físicas, de um grupo familiar, que tenham bens e participações societárias em seu nome, possibilitando que seus herdeiros assumam a posição de sócios, a fim de se evitar e conflitos familiares que possam desestabilizar ou afetar a atividade produtiva da empresa. Neste sentido, a Holding Familiar determinará que seu objeto social seja a participação societária, em uma ou mais empresas, sejam na modalidade Holding Pura, a qual se refere à sociedade criada única e exclusivamente para ter a participação no capital social de outra sociedade, ou da modalidade Holding Mista que se refere à sociedade criada para além da finalidade de participação no capital de outra sociedade e exercício da organização e circulação de bens de serviços e consumo, atividade essencialmente de empresa. O desenvolvimento do artigo teve como fonte doutrinas, artigos científicos, abordagem qualitativa das opiniões do contexto explorado. Ademais, o presente estudo busca, ainda, desenvolver e agrupar o conhecimento e formação prática para o futuro empresário e seus sucessores, colocando as diretrizes do desenvolvimento da Holding e evitar o fracasso sucessório.

**Palavra-chave:** Holding. Familiar. Sucessão. Vantagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Elaine Cristina; ROCHA JUNIOR, Arlindo Luiz. **Holding:** Visão Societária, contábil e tributária. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm)>. Acesso em: 11/07/2022.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm). Acesso em: 20/07/2022.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em: 10/05/2022.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



DONNINI, Cristina Figueiredo. Benefícios Trazidos pela Holding Familiar em Relação ao Titular do Patrimônio. 2010. Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhaII.asp?id\\_dh=4221](http://www.jurisway.org.br/v2/dhaII.asp?id_dh=4221)>. Acesso em: 25/005/2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade Marconi. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Holding Familiar e suas vantagens**: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar. São Paulo: 14<sup>o</sup>. Ed. Atlas; 2021.

DIAS, NORTON MALDONADO; BÁRBARA PIOVESA; Benefícios Da Holding Familiar Como Forma De Planejamento No Brasil; Cientific@ - Multidisciplinary Journal, 2020, Vol.6 (2), p.64-83.

MANGANELLI, DIOGO LUÍS. Holding Familiar como Estrutura de Planejamento Sucessório em Empresas Familiares. Revista de Direito, 2017, Vol. 8 (2), p.95-118.

REZENDE, ÉLCIO NACUR; OLIVEIRA, MARCELLE MARIÁ SILVA DE. A fraude como elemento subjetivo essencial à aplicação da desconsideração inversa da personalidade jurídica nas “holdings” familiares. Scientia iuris, vol. 23, 2019, p.101.

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 11 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BRASIL. **Novo Código Civil**. Organização Anne Joyce Angher. São Paulo: Rideel, 2022.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de Sociedades Anônimas**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 4. Tomo II.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



COMPARATO, Favio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. O poder de Controle na Sociedade Anônima. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. Imposto de Renda das Empresas: interpretação e prática. 34 ed. São Paulo: IR Publicações, 2009.

### **A GUARDA COMPARTILHADA NA PREVENÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Geovana Tripode, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Carlos Augusto Troncon, orientador e docente do Curso de direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>;

Eliana Katia Pupim, coorientadora e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho busca compreender a guarda compartilhada na prevenção da alienação parental, prática esta causadora de problemas psicológicos para os filhos, refletindo em sua vida adulta, em razão da separação dos seus genitores, fazendo com que a criança seja objeto de disputa entre os pais. Com a ruptura de um laço afetivo, é frequente que uma das partes se sinta atingida e como consequência desse sentimento negativo, nasce a alienação parental como uma forma de se “vingar” do ex-cônjuge. **OBJETIVOS:** Diante da problemática, objetiva-se compreender a alienação parental, danos na vida dos filhos de pais separados e quais as formas de prevenção deste fenômeno. Como objetivos específicos destacam-se: a) Evidenciar a Lei n. 12.318 de agosto de 2010 que trata da alienação parental, trazendo grande relevância ao tema; b) aprofundar o instituto jurídico da guarda-compartilhada no presente trabalho; c) indicar, formas de prevenção da alienação parental, objetivando o convívio saudável de genitores com seus filhos. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada para a elaboração do estudo foi a pesquisa bibliográfica, para o levantamento bibliográfico optou-se pela base de dados do Portal de Periódicos da CAPES pela grande quantidade de documentos que abarca, bem como por seu conteúdo ser de acesso integral e gratuito. Os descritores aplicados na busca por assunto foram: “alienação parental”, “guarda compartilhada”, filhos, genitores, “problemas psicológicos”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com o estudo do tema foram encontrados diversos trabalhos científicos, casos semelhantes ao tema e dados estatísticos que serão selecionados por meio de análise dos títulos e resumos, no decorrer da pesquisa. **CONCLUSÃO:** Em síntese, é possível concluir que essa temática tem recebido maior relevância no presente, levando-se em consideração até mesmo a atualidade de que se trata a Lei n. 12.318/2010, entretanto sendo necessário um contínuo aprofundamento teórico sobre a alienação parental e todos os seus danos.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



**Palavras-chave:** Alienação parental. Guarda compartilhada. Filhos. Genitores. Problemas psicológicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NETO, João. Novos Arranjos Familiares. Iretratos, a revista do IBGE, 6 de dezembro de 2017. Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf). Acesso em 29 de setembro de 2022.

Tabelionato de Porto Alegre, Número de divórcios no Brasil cresce 75% em cinco anos, aponta IBGE. Disponível em:

<http://www.8tabelionato.com.br/?p=311>. Acesso em 30 de setembro de 2022.

ALEXANDRIDIS, FIGUEIREDO. Georgios e Fábio Vieira. Alienação Parental. 2 Ed. São Paulo. Saraiva, 2014.

ARAÚJO, Ynderlle Marta De. A Alienação Parental no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/artigos/876/A+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental+no+Ordenamento+Jur%C3%ADdico+Brasileiro#:~:text=A%20Aliena%C3%A7%C3%A3o%20Parental%20est%C3%A1%20para,envolve%2C%20de%20forma%20negativa%2C%20>. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

BRASIL, Código Civil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)

Acesso em 04 de outubro de 2022.

CARBONERA, Silvana Maria. **A guarda de filhos na família constitucionalizada**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

RAMOS, Patricia Pimentel de Oliveira Chambers. **Poder familiar e guarda compartilhada**: novos paradigmas do direito de família. 2. ed. - São Paulo : Saraiva, 2016.

SANTOS, Isabela Cristina de Melo. Guarda compartilhada: a priorização do melhor desenvolvimento dos filhos. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 26/08/2020. Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/artigos/1540/Guarda+compartilhada%3A+a+prioriza%C3%A7%C3%A3o+do+melhor+desenvolvimento+dos+filhos#:~:text=A%20guarda%20compartilhada%20possibilita%20que,o%20melhor%20interesse%20das%20mesmas>. Acesso em 05 de outubro de 2022.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



FROES, Thalita Araujo Madureira. Guarda compartilhada como forma de prevenção da alienação parental. 8 de março de 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/341281/guarda-compartilhada-como-forma-deprevencao-da-alienacao-parental>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

BRAZILIENSE, correio. Cerca de 80% de filhos de pais separados sofrem com a alienação parental. 27/04/2014. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/27/inter\\_na\\_cidadesdf,424885/cerca-de-80-de-filhos-de-pais-separados-sofremcom-a-alienacao-parental.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/04/27/inter_na_cidadesdf,424885/cerca-de-80-de-filhos-de-pais-separados-sofremcom-a-alienacao-parental.shtml). Acesso em 14 de outubro de 2022.

MADALENO, Ana Carolina Carpes. **Alienação parental**: importância da detecção: aspectos legais e processuais. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

## **CRIME DE STALKING: CONCEITO E APLICAÇÃO LEGAL**

Denis Carriel Otávio, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

José Luis Junqueira de Andrade Filho; orientador e docente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**RESUMO.** O crime de stalking é um importante assunto a ser tratado, porque é muito corriqueiro, e muitos não sabem que sequer é considerado crime, ou o consideram como algo normal. A prática pode se dar por diversas maneiras, seja virtual ou presencialmente. De modo virtual, seria quando o autor envia diversas mensagens, curtidas, normalmente, alternando números de telefone para constranger a vítima, e presencialmente seria perseguir de modo corriqueiro, pondo em risco sua liberdade. O objetivo do artigo é conscientizar a sociedade sobre esta prática, até então desconhecida, e esclarecer sobre a tipicidade da conduta e sua aplicação em casos concretos no direito brasileiro. **MATERIAL E MÉTODOS.** O presente artigo possui uma pesquisa aplicada, quanto à motivação, pois visa esclarecer à sociedade o tema de forma prática, a abordagem é quali-quantitativa, com vários meios usados, inclusive dados estatísticos que reforçam as ocorrências do novo crime, além de doutrina sobre o assunto e jurisprudências e julgados importantes. O pesquisador acessou a base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, por meio da inserção das palavras-chave “perseguição” e “stalking”, para as



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



pesquisas, chegando à conclusão de que a prática do crime já era debatida antes mesmo de haver a tipificação penal. A coleta de dados e pesquisas será apresentada por meio de jurisprudência pertinente ao tema, consulta a especialistas no assunto, sites de estatísticas do governo (IBGE) e sites com fontes confiáveis sobre o tema, além de artigos científicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO.** O pesquisador conclui que atingiu o seu objetivo de entender sobre o que se trata o crime, bem como suas nuances, e como se dá a persecução penal do crime, que não é considerado um delito grave, dependendo da representação da vítima, não podendo o Estado agir de ofício. Tal tipificação penal ocorreu, de acordo com pesquisa do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, mais de 27 mil vezes, cujas vítimas são predominantemente mulheres, tendo inúmeras denúncias no país todo. Os resultados apontam que a atuação do Direito Penal promove a tutela de bens jurídicos essenciais, sendo assim realizando a sua função social de proteger os direitos fundamentais, e de acordo com Capez (2011), é incumbência do Direito Penal realizar o resguardo desses direitos, dentre eles: a liberdade, e a preocupação em frear a violência contra as mulheres fora também uma das motivações para a edição da Lei n. 14.132/2021 (BRASIL, 2021). **CONCLUSÃO.** Em suma, a Lei n. 14.132/2021 foi uma resposta legislativa para o problema da perseguição no Brasil, cujo estudo é importante para promover a ampliação da proteção legal. Os resultados evidenciam a inovação legislativa, além da proteção aos direitos da personalidade tem finalidade à proteção da dignidade humana, da CF/88.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLORES, Carlos Pereira Thompson. A Tutela Penal do Stalking. 1. ed. Porto Alegre: Elegancia Juris, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 6 set. 2022.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal Esquematizado - Parte Especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Código Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1940. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848compilado.htm). Acesso em: 6 set. 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

DECRETO-LEI No 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Código de Processo Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 3 de outubro de 1941. Disponível em: Acesso em: 6 set. 2022.

SERRA, Paola. Paolla Oliveira assediada: mensagens de stalker português mostram ameaças contra a atriz. Grupo Editorial O Globo. Rio de Janeiro, 2022, 18 de março de 2022. Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/rio/paolla-oliveira-assediadamensagens-de-stalker-portugues-mostram-ameacas-contra-atriz25437691%3fversao=amp>. Acesso em: 22 nov. 2022.

EVERY Breath You Take. [ Sting ]: The Police. Londres, Reino Unido, Synchronicity, 1983. Disponível em: <https://youtu.be/OMOGaugKpzs>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MALVA, Pamela. PAIXÃO OBSESSIVA: CASO REBECCA SCHAEFFER, A ATRIZ QUE FOI MORTA POR UM FÃ. Aventuras na História. São Paulo, 2020, 8 de março de 2020. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/paixao-assassina-o-casoda-atriz-que-foi-morta-por-um-fa.phtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo penal - Volume Único. 11. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2022.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Processual Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

## **O ACESSO A JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.**

Caio Cesar Martins Frazão, Bacharel em Direito e Pós-graduado em direito e processo do trabalho pela Faculdade de Belém.<sup>1</sup>

O direito à justiça é previsto no artigo 8º da Declaração Universal de Direitos Humanos, no qual assegura ao cidadão o direito de ação, de petição e de resposta ao indivíduo na busca do reconhecimento dos seus direitos e na reparação à sua violação. A prestação jurisdicional é considerada direito humano, desde a convenção Europeia de Direitos Humanos em 1950, para a proteção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais a convenção buscou a proteção dos direitos individuais e as liberdades fundamentais, permitindo um controle judiciário do respeito desses direitos. Contudo, para que tais pontos citados sejam fatos, a justiça deve ser acessível e igualitária a todos os cidadãos e que este acesso produza resultados que sejam individual e socialmente justos, o que gera um grande debate diante das iniquidades. Dessa forma, o presente trabalho tem como principal objetivo demonstrar o acesso à justiça como um dos direitos humanos fundamentais e de que forma estes atuam sobre a sociedade. Para Guilherme da Fonseca o acesso aos tribunais, é indubitavelmente um direito fundamental, significativo para o avanço e para a consolidação do Estado de legalidade democrática, sendo um direito de todo o ser humano que busca a tutela jurisdicional com o intuito de resolver conflitos presentes no dia a dia. Entretanto, não é possível atribuir ao amplo acesso à justiça o excesso de litigiosidade e de congestionamento de demandas, pois esse acesso é concentrado nas mãos de poucos e repetitivos litigantes, além disso, a pobreza, a necessidade de advogado e a demora da prestação jurisdicional também se configuram como outros entraves (jurídicos e não jurídicos). Assim, conclui-se que o acesso à justiça e as garantias processuais sempre se fizeram presentes, em nosso ordenamento jurídico, todavia, seu acesso, em muitos casos, é limitado e dispendioso para determinadas classes sociais.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Direitos humanos. Direito fundamentais.

### **Referências Bibliográficas**

ANNONI, Danielle. **O direito humano de acesso à justiça em um prazo razoável.** 2006. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguaris, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília (DF), 1988.

COSTA, Paulo Joaquim Anacleto. **O acesso à justiça como direito fundamental de todos os cidadãos.** 2013. Tese (Doutorado) - Universidade de Coimbra, 2013.

FONSECA, Guilherme da. A defesa dos direitos: o princípio geral da tutela jurisdicional dos direitos fundamentais. Sep. **Boletim do Ministério da Justiça**, 344. Lisboa, 1985.

SILVA, Juvêncio Borges. O Acesso à justiça como direito Fundamental e sua efetivação Jurisdicional. **Revista de Direito Brasileiro**, v. 4. n.3, 2013, p 478-503.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



## Área Temática III: Desenvolvimento e sustentabilidade em saúde, biotecnologia e biodiversidade

### ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM IDOSOS COM RELAÇÃO AO EQUILÍBRIO

JAQUELINE PEREIRA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã,  
SP.<sup>1</sup>;

LUIZ FERNANDO PATTARO, orientador e docente do Curso de Fisioterapia  
da FAP, Tupã/SP.<sup>2</sup>

**RESUMO:** O envelhecimento é definido como um processo progressivo e irreversível, acompanhado de mudanças, físicas, fisiológicas e psicológicas que influenciam na qualidade de vida do idoso. Das queixas mais comuns, as alterações do equilíbrio corporal é a mais frequente entre os idosos, pois o equilíbrio corporal está diretamente ligado às quedas em idosos. A alteração da capacidade funcional é provocada em maior parte pelo sedentarismo, o que pode ser melhorado pela prática regular de atividade física, adiando os danos causados pelo processo envelhecimento. **OBJETIVO:** Analisar a importância da atividade física na vida do idoso em relação ao equilíbrio. **METODOLOGIA:** estudo de revisão de literatura que seguiu a sequência: definição do tema e organização dos critérios de inclusão e exclusão para a seleção literária. As fontes escolhidas para pesquisa foram bases de dados Scielo, Bireme e Google acadêmico, por meio de palavras-chave: Equilíbrio, Exercício físico, Idosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Equilíbrio. Exercício físico. Idosos.

#### 1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento pode ser definido como um processo progressivo e irreversível, acompanhado de mudanças, físicas, fisiológicas e psicológicas que influenciam na qualidade de vida do idoso. Esse processo é decorrente não apenas pela idade, mas pode estar relacionado a fatores genéticos e ambientais, incluindo o estilo de vida de cada indivíduo (MOURÃO; SILVA, 2010); (PARK; HAN; KANG, 2014).



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



O processo de envelhecimento inicia-se na infância e a forma como vamos vivenciá-los está diretamente ligado ao modo como vivemos toda nossa vida, somos o que construímos, portanto um idoso que não se importa com a saúde terá uma velhice difícil e, ao longo da vida, as consequências irão surgindo. Já um idoso que leva uma vida saudável ativa, irá retardar a progressão do processo degenerativo (BERGAMIN, 2012).

De acordo com o instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), o indivíduo com mais de 60 anos já é considerado idoso e a cada ano esse grupo tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil, entre os períodos 2012 e 2017 a população idosa teve um aumento de 18% (IBGE, 2017).

Com o envelhecer, as modificações físicas podem agredir diversas estruturas e funções corporais, por exemplo, diminuição da força, redução do número de sarcômeros, diminuição do metabolismo, diminuições das taxas hormonais, redução do equilíbrio, dores, medo para realizar algumas atividades, dentre outras (FECHINE; TROMPIERI, 2003).

Uma das principais alterações verificada na velhice é a perda de força muscular, decorrente da perda de massa muscular, essas alterações afetam diretamente a capacidade funcional e a mobilidade, o que acarreta, conseqüentemente, a perda de autonomia do idoso (GONÇALVES et al., 2005).

Na época atual, o estilo de vida mais observado na população idosa é o sedentarismo, estilo esse que prejudica a qualidade de vida do idoso e coloca em maior vulnerabilidade a sua saúde. A inatividade traz vários prejuízos à saúde, podendo acarretar diversos acidentes, o mais comum deles é a queda (REJESKI; BRAWLEY, 2006).

Das queixas mais comuns, as alterações do equilíbrio corporal é a mais frequente entre os idosos. A alteração do equilíbrio corporal está diretamente ligada às quedas em idosos (BITTAR et al., 2000). Os idosos com idade mais avançada entre 65 e 74 anos estão 30% mais vulneráveis a quedas e os idosos com 75 anos ou mais estão 40% mais vulneráveis a queda (O'LOUGHLIN et al., 1993).

Os mecanismos responsáveis pelo equilíbrio são 3 sistemas perceptivos: vestibular, visual e proprioceptivo. Porém devido o envelhecimento há uma perda no equilíbrio, decorrente de desgastes e patologias que afetam os sistemas responsáveis pelo equilíbrio (FERREIRA et al., 2012). A falha desses sistemas de



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



forma individual ou conjunta pode acarretar desequilíbrio, conseqüentemente o indivíduo está mais propenso a quedas, gerando prejuízos funcionais e fisiológicos (SILVA; SILVA, 2015).

A prática diária de atividade física é essencial para a terceira idade (CIVINSKI; MONTIBELLER; BRAZ, 2001), pois traz diversos benefícios, por exemplo, a prevenção de doenças, melhoria das estruturas ósseas e musculares, além de proporcionar bem-estar psicológico, melhora da postura entre outros (COELHO; BURINI, 2009).

Para um resultado mais eficaz, se faz necessário a inclusão regular de exercícios físicos, porque é um tratamento não medicamentoso, eficiente que auxilia nas mudanças corporais, decorrentes do envelhecimento (MIRANDA et al., 2016).

Além disso, a atividade física regular e sistemática é uma das opções bem-sucedidas para aumentar ou manter a aptidão física da população idosa, além de melhorar o bem-estar funcional e conseqüentemente diminuir a taxa de morbidade e de mortalidade entre a população geriátrica (OKUMA, 1998).

A alteração da capacidade funcional é provocada em maior parte pelo sedentarismo, o que pode ser melhorado pela prática regular de atividade física, adiando os danos causados pelo processo envelhecimento (NAHAS, 2006).

Dessa forma, a prática de atividade física regular e sistemática é uma alternativa eficiente que previne e mantém uma boa capacidade funcional, conseqüentemente melhora o desempenho na realização das atividades da vida diária e maior independência e autonomia (GEREZ et al., 2010; BUSSE et al., 2009).

Levando-se em consideração o contexto acima, está pesquisa parte do seguinte questionamento: Como a atividade física poderá contribuir na melhora do equilíbrio em idosos?

A atividade física tem um papel fundamental na população geriátrica, pois decorrente do envelhecimento, os idosos estão mais vulneráveis a desenvolver alterações funcionais, como as alterações do equilíbrio corporal que, durante o envelhecimento, causam interferência na marcha, aumentando o risco de quedas, e tornando-se uma das queixas mais comum entre os idosos.

Porém a atividade física previne e reabilita disfunções decorrentes do envelhecimento, além disso, contribui com a melhora do equilíbrio, pois demonstra ser uma alternativa eficaz para preservar uma boa capacidade funcional, estimula os



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



receptores proprioceptivos presentes no corpo, os quais desenvolvem consciência cenestésica e controle corporal, auxiliando também no controle de doenças degenerativas, melhorando o desempenho nas atividades diárias e preservando as funções locomotivas, conseqüentemente, diminui a incidência de lesões e quedas, aumenta a eficiência dos movimentos e o idoso permanece ativo com uma boa qualidade de vida, proporcionando um envelhecer saudável e com maior independência. Buscou-se com este trabalho compreender a importância do exercício físico em idosos com relação ao equilíbrio e a melhoria de sua qualidade de vida diária.

## **1.2. OBJETIVO**

Analisar a importância da atividade física, na vida do idoso, em relação ao equilíbrio.

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão literária que seguirá a seguinte sequência: definição do tema, organização dos critérios de inclusão e exclusão para a seleção literária.

### **2.1 PROCEDIMENTO**

As fontes escolhidas para pesquisa serão as bases de dados Scielo, Bireme e Google acadêmico e Pubmed por meio de palavras-chave: Exercício físico; Idosos; Equilíbrio.

Em seguida, serão pré-estabelecidos critérios de inclusão e exclusão da literatura pesquisada, para poder realizar um levantamento preciso.

### **2.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

Para os fundamentos de inclusão, destacar-se-ão: artigos publicados a partir de periódicos indexados, trabalhos veiculados no idioma português e revisão de literatura acerca do tema.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Serão anexados artigos primários e secundários, publicados apenas entre os anos de 2016 e 2021 e, selecionados trabalhos completos (não bloqueados pelas fontes de pesquisa) e resumos.

Estes fundamentos serão estabelecidos com a finalidade de obter publicações mais atuais acerca da temática desta pesquisa.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da influência do exercício físico em idosos está sendo realizada, neste estudo. Para isso, está sendo feita a revisão da literatura levantada, necessária para fundamentar a análise proposta. A expectativa é que o estudo atinja o objetivo proposto e evidencie a importância e as vantagens do exercício físico para idosos.

### ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF PHYSICAL EXERCISE IN THE ELDERLY IN RELATION TO BALANCE

**ABSTRACT:** Aging is defined as a progressive and irreversible process, accompanied by physical, physiological, and psychological changes that influence the quality of life of the elderly. Of the most common complaints, changes in body balance are the most frequent among the elderly, as body balance is directly linked to falls in the elderly. The change in functional capacity is mostly caused by a sedentary lifestyle, which can be improved by regular physical activity, postponing the damage caused by the aging process. **OBJECTIVE:** To analyze the importance of physical activity in the life of the elderly in relation to balance. **METHODOLOGY:** literature review study that followed the sequence: definition of the theme and organization of inclusion and exclusion criteria for literary selection. The sources chosen for research were the Scielo, Bireme and Google academic databases, using keywords: Balance, Physical exercise, Seniors.

**KEYWORDS:** Balance; Physical exercise; Seniors.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, N.A.; SOUZA JUNIOR, J.V.; ARAGÃO, J.C.B.; FERREIRA, M.A.; DANTAS, E. Nível de atividade física, autonomia funcional e qualidade de vida em idosas ativas e sedentárias. **Fisioterapia e Movimento**. Curitiba. Vol. 23. Num. 3. 2010. p. 473-481.

ALTERMANN, C.D.C.; MARTINS A.S.; CARPES F.P.; MELLO-CARPES P.B. Influence of mental practice and movement observation on motor memory, cognitive



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



function and motor performance in the elderly. **Brazilian Journal Physical Therapy**. Vol. 18. Num. 2. 2014. p. 201-209

BERGAMIN, S.Z.; WERLEN, E.; SIEGENTHALER, E. The Relationship between Flexible and Self-Regulated Learning in Open and Distance Universities. **International Review of Research in Open and Distributed Learning**. Vol.13, Number 2, April 2012. <https://www.erudit.org/en/journals/irrodl/2012-v13-n2-irrodl05114/1067246ar.pdf>

BITTAR RSM, PEDALINI MEB, SZNIFER J, FORMIGONI LG. Reabilitação vestibular: opção terapêutica na síndrome do desequilíbrio do idoso. **Gerontologia**. 2000;8:9-12.

BUSSE, A.L. et al. Atividade física e cognição em idosos: uma revisão. **Neuropsicologia de Dementos**. v. 3, n. 3, 2009. 204-208.

COELHO, C. F.; BURINI, R. C.; Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, 2009, p. 937-943.

FECHINE BRA, TROMPIERI N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Rev Cient Int** 2012;20(1):106-32.

FERREIRA, J. et al. Efeitos do treino de equilíbrio e coordenação motora em idosos: ensaio clínico randomizado. **Revista de Geriatria e Gerontologia**. Recife, volume 6, nº 2, jun/2012, p. 183-191 .

GEREZ, A. G. et al. **Educação física e envelhecimento: uma reflexão sobre a necessidade de novos olhares e práticas**. v. 16, n. 2, 2010, p. 485-495.

GONÇALVES, AK. **Qualidade de vida e estilo de vida ativo no envelhecimento**. Novo Tempo, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade> . Acesso em 21 de Jul. de 2022.

MIRANDA, L. et al. Efeitos de 9 semanas de treinamento funcional sobre índices de aptidão muscular de idosas. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 10, n. 59, jun. 2016, p. 386-394.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 4 ed. Paraná: Mediograf, 2006.

OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física: Fundamentos e Pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1998.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



O'LOUGHLIN JL, ROBITAILLE Y, BOIVIN JF, SUISSA S. **Incidence of and risk factors for falls and injuries falls among the community-dwelling elderly.** Am J Epidemiol. 1993;137:342-54. PMID:8452142.

REJESKI, W.J.; BRAWLEY, L.R. Functional Health: Innovations in research of physical activity with older adults. **Medicine Science in Sports Exercise.** Vol. 38. Num. 1. 2006. p. 93- 99.

SILVA, V.; SOUZA, G. Benefícios do exercício físico sobre as alterações fisiológicas, aspectos sociais, cognitivos e emocionais no envelhecimento. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida | Vol. 7 |n. 3| Ano 2015 | p. 2.**

## **INCIDÊNCIA DE DOR LOMBAR E QUALIDADE DE VIDA EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS**

Mikaély Oliveira Fernandes, discente do curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>,  
Email: [mikaely\\_fernandes@outlook.com](mailto:mikaely_fernandes@outlook.com);

Ariane Bustilho Mazzo Galvani, discente do curso de Fisioterapia da FAP, Tupã,  
SP<sup>1</sup>, Email: [arianemazzo@gmail.com](mailto:arianemazzo@gmail.com);

Monik Adrielly da Silva Pastrez, discente do curso de Fisioterapia da FAP<sup>1</sup>, Tupã,  
SP, Email: [Nick-patrez@hotmail.com](mailto:Nick-patrez@hotmail.com);

Thiago Aparecido Alves, orientador e professor do Curso de Fisioterapia da  
FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>, Email: [Thiago.alves.fisio@outlook.com](mailto:Thiago.alves.fisio@outlook.com).

**RESUMO. INTRODUÇÃO:** A dor lombar pode se manifestar de forma aguda, pode evoluir para crônica, sendo a dor crônica mais comum e pode provocar a falta de capacidade funcional em diversas classes trabalhadoras, incluindo os professores universitários. A população de docentes apresenta uma alta incidência de lesões musculoesqueléticas, sendo a dor lombar ou lombalgia, uma das mais frequentes, podendo acometer cerca de 60 a 80% dos mesmos e ocasionar prejuízos físicos, psicossociais, econômicos, no convívio familiar e em suas produtividades laborais, comprometendo as instituições de ensino, nas quais eles estão vinculados. A lombalgia pode ser ocasionada por diversos fatores, entre eles posturas inadequadas, falta de equipamentos apropriados, sedentarismo, obesidade, entre outros. A dor lombar prejudica a produtividade no trabalho, afetando a qualidade de vida. A pesquisa está relacionada à área temática: Desenvolvimento e sustentabilidade em saúde, biotecnologia e biodiversidade. **OBJETIVO:** Caracterizar e identificar a prevalência de dor lombar e a qualidade de vida dos docentes do curso de graduação de Fisioterapia da Faculdade da Alta Paulista - FAP de Tupã. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo Transversal, quantitativo, com análise descritiva dos dados. Para a caracterização, foi utilizada uma ficha de identificação; para a incidência de dor lombar, foi utilizado o Questionário Roland-Morris; e para a análise da qualidade de vida, foi utilizado o Questionário WHOQOL-Bref. O número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é CAAE: 56059222.5.0000.5413. **RESULTADOS:** Participaram 13 professores do curso de Fisioterapia, sendo 7 homens e 6 mulheres, com idade entre 36 a 45 anos,



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



54% tinham Mestrado e exerciam a função de professor, há pelo menos 11 anos. A análise de prevalência de dor lombar, mostrou que 69% apresentaram dor, porém sem evidência de incapacidade funcional, já a análise de qualidade de vida, mostrou uma classificação de satisfação. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que apesar de apresentarem dor lombar, não foi identificada incapacidade funcional relacionada a dor, e que os participantes apresentaram satisfação em relação a qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dor lombar. Professores Universitários. Qualidade de Vida.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAÚJO et al; CARDOSO et al. Estudo da ativação neuromuscular do dorso nas lombalgias em professores da faculdade dinâmica de Ponte Nova. *Saúde dinâmica, Ponte Nova*, v.1, n.1, 2019, p. 1-15.

FERREIRA. Tratamento fisioterapêutico da lombalgia postural- estudo de caso. *Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia*, Juazeiro do Norte, v.2, n.6, 2014, p.1-4.

FIGUEIREDO. **Avaliação de dor relacionada ao comportamento em professores da rede básica de ensino durante o ensino remoto emergencial**, 2021. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Fisioterapia)- Curso de Fisioterapia, Universidade Federal do Amazonas, Coari.

GAO et al; SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Avaliação de dor relacionada ao comportamento em professores da rede básica de ensino durante o ensino remoto emergencial**, 2021. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Fisioterapia)- Curso de Fisioterapia, Universidade Federal Do Amazonas, Coari.

MARQUES et al; SILVA et al. Efeitos de um programa de orientação para adultos com lombalgia, *Acta as*, Marília, 2010 p. 127-131 .

MORAES et al. Fatores psicossociais do trabalho e dor crônica: análise em duas escolas da rede municipal de educação em Serrana\SP, *Dor*, São Paulo, 2016, p. 164-70 .

PAULA et al. A dor lombar como indicador de alteração na qualidade de vida no trabalho de docentes universitários: uma revisão de literatura, *Braz. J. of Develop. Curitiba*, v.6, n.10, 2020, p. 74905-74921.

SAHIN et al; FERREIRA, NAVEGA. Efeito de um programa cinesioterapêutico de grupo, aliado à escola de postura, na lombalgia crônica, *Fisioter Mov*, Curitiba. v.26, n.2, 2013, p.389-394.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



SALVADOR et al. Efeitos de um programa de orientação para adultos com lombalgia, **Acta Ortop Bras**, Marília, 2010, p. 127-131.

SANCHEZ et al. A dor lombar como indicador de alteração na qualidade de vida no trabalho de docentes universitários: uma revisão de literatura, **Braz. J. of Develop**, Curitiba. v.6, n.10, 2020, p. 74905-74921

SANCHEZ et al. O trabalho docente e a saúde do professor universitário: uma revisão sistemática, **Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia. v.16, 2020, p. 74905-74921.

MINISTÉRIO da Saúde. São Paulo: **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2107-qualidade-de-vida-em-cinco-passos>>. Acesso em: 11 de outubro 2021.

FLECK MPA et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref", **Saúde Pública**, São Paulo. v.34, n.2, 2000, p.178-83.

PEDROSO, et al. Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel, **Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, 2010, p. 31-36.

GOMES, J.R.A.A. et al. Aplicação do Whoqol-Bref em segmento da comunidade como subsídio para ações de promoção da saúde, **Bras Epidemiol**, Brasília, 2014, p. 495-516.

SCHAROVZKY A, Questionário de incapacidade de Roland Morris, **Acta Med Port**, Lisboa, 2010, p.761-766.

World Health Organization, Qualidade de vida em professores de Instituições de ensino superior comunitárias do Rio Grande do Sul, **Ciência & Saúde Coletiva**, Lajeado RS, 2013, p. 1019-1028.

Nusbaum, Correlação entre incapacidade, dor- Roland Morris, e capacidade funcional-SF-36 em indivíduos com dor lombar crônica não específica, **w,scientia**, v.2, n.1, 2009, p. 1-18.

Rolland M, Morris R. Questionário de Incapacidade de Roland Morris, **Acta Med Port**, Lisboa, 2010, p.761-766.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



YUE P, Liu F, Li L. The most uncomfortable chronic pain in primary school teachers differential between different body regions, **Br J Pain**, São Paulo, 2018, p 151-7 .

CARDOSO JP et al., The most uncomfortable chronic pain in primary school teachers differential between different body regions, **Br J Pain**, São Paulo, 2018 , p 151-7.

SILVA, MC et al, The most uncomfortable chronic pain in primary school teachers differential between different body regions, **Br J Pain**, São Paulo, 2018, p 151-7 .

CARVALHO, AJ, Alexandre NM, The most uncomfortable chronic pain in primary school teachers differential between different body regions. **Br J Pain**, São Paulo, 2018, p.151-7.

Araújo, TM et al., Relação entre nível geral de saúde, dor musculoesquelética e síndrome burnout em professores universitários, **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo.v.18, n.3, jul/set, 2011, p. 270-4.

Baskurt, F et al., Dor lombar e sintomas musculoesqueléticos em docentes do ensino fundamental I e II, **Fisioterapia**, São Paulo. v.15, n2, março/abril,2014.

SAMAD, NIA et al., Dor lombar e sintomas musculoesqueléticos em docentes do ensino fundamental I e II, **Fisioterapia**, São Paulo.v.15, n2, março/abril, 2014.

ARAÚJO, T.M, Carvalho, F.M. A dor lombar como indicador de alteração na qualidade de vida no trabalho de docentes universitários: uma revisão de literatura, **Braz. J. of Develop**, Curitiba.v.6, n.10, oct, 2020, p. 74905-74921.

LIMA JÚNIOR, J.P.D e Silva, T.F.A.D. A dor lombar como indicador de alteração na qualidade de vida no trabalho de docentes universitários: uma revisão de literatura, **Braz. J. of Develop**, Curitiba.v.6, n.10, oct, 2020, p. 74905-74921.

CARDOSO, JP et al., Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR), **Fisioter mov**, Curitiba.V.25, n.4, out/ dez, 2012, p.785-794.

SAMPAIO, R.F et al., Correlação entre incapacidade, dor- Roland Morris, e capacidade funcional- SF-36 em indivíduos com dor lombar crônica não específica, **E-scientia**. Belo Horizonte. V.2, N.1, 2009.

RABELO, Neri. Correlação entre incapacidade, dor- Roland Morris, e capacidade funcional- SF-36 em indivíduos com dor lombar crônica não específica, **E-scientia**, Belo Horizonte, V.2, N.1, 2009.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



KUIJER, et al.. Correlação entre incapacidade, dor- Roland Morris, e capacidade funcional- SF-36 em indivíduos com dor lombar crônica não específica, **E-scientia**, Belo Horizonte, V.2, N.1, 2009.

KOVACS et al.. Correlação entre incapacidade, dor- Roland Morris, e capacidade funcional- SF-36 em indivíduos com dor lombar crônica não específica, **E-scientia**, Belo Horizonte, V.2, N.1, 2009.

### **PESQUISA DE CAMPO DE PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM COVID-19 NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP: SEMIOLOGIA E PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LABORATORIAIS.**

Letícia Gabrielle dos Reis, discente do Curso de Biomedicina da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Adriane Gasparino S. M. Uribe, orientadora e docente do Curso de Biomedicina da FAP<sup>2</sup>.

**Resumo: Introdução:** A pandemia do SARS-CoV-2 causou uma grave crise sanitária no mundo todo, com o contágio do vírus facilitado por gotículas e secreções expelidas no ar, o vírus se alastrou pelo mundo rapidamente e de forma alarmante. **Metodologia:** A pesquisa consiste em um estudo quantitativo e retrospectivo de prontuários de pacientes atendidos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Tupã – SP de outubro de 2020 a janeiro de 2022. **Objetivo:** É analisar a semiologia e as alterações laboratoriais desses pacientes, bem como as comorbidades e problemas pós-COVID. **Discussão:** Do total de 1917 pacientes, 300 pacientes (15,6%) necessitaram de internação e desses, houve 20 pacientes que vieram a óbito. Os principais sinais e sintomas relatados foram febre (25%), baixa saturação de oxigênio (12%), tosse (12%), cefaléia (9%) e dor de garganta (9%); e as principais comorbidades foram Diabetes mellitus (24%) e hipertensão arterial sistêmica (62%). As alterações laboratoriais mais relevantes na bioquímica foi o aumento da proteína C reativa (45%), da LDH (21%) e da transaminase AST (9%). No hemograma, os parâmetros que tiveram mais variações foram presença de linfopenia (29%), desvio à esquerda (19%), neutrofilia (18%) e plaquetopenia (9%). **Conclusão:** Conclui-se que a análise epidemiológica de pacientes acometidos com a COVID-19 foi de suma importância para entender o panorama geral de atendimentos na Unidade, bem como seus sinais e sintomas, comorbidades e problemas pós-COVID. O estudo das principais alterações laboratoriais será de grande valia para as próximas pesquisas e para entender como o organismo reage frente à infecção pelo novo coronavírus. Vale ressaltar a importância da contribuição ao combate da pandemia, a fim de esclarecer dúvidas e contribuir para a ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** COVID-19, coronavirus, SARS-CoV-2, pandemia.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. **Saúde em Debate**, v. 44, 2020, p. 289-296.

SARDINHA, Luiza. COVID-19. **DescartUFF: descarte consciente de medicamentos. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.**

LOUREIRO, Camila Melo Coelho et al. Alterações pulmonares na COVID-19. **Revista Científica Hospital Santa Izabel**, v. 4, n. 2, 2020, p. 89-99.

COVID, EDIÇÃO ESPECIAL. Principais variantes do SARS-CoV-2 notificadas no Brasil. **RBAC**, v. 53, n. 2, 2021, p. 109-116.

DA SILVA DANTAS, Dalyane Laís et al. COVID-19: conceito, etiologia e terapia nutricional. **Diálogos em Saúde**, v. 3, n. 1, 2020.

Saiba quais são os primeiros sintomas da ômicron e quando eles surgem. **Instituto Butantan**, 2022. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/saiba-quais-sao-os-primeiros-sintomas-da-omicron-e-quando-eles-surgem>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiologia Brasileira**, v. 53, 2020 p. V-VI .

DA ROCHA NOGUEIRA, Joseli Maria. Diagnóstico laboratorial da Covid-19 no Brasil. **A Tempestade do Coronavírus**, v. 52, n. 2, 2020 p. 117-21.

SILVA, Laiana de Souza; ANDRADE, Kelly Cristina Lira de; SOARES, Maria Lúcia Lima. Exames de imagem como método complementar para o diagnóstico da COVID-19: revisão integrativa de literatura. 2021.

DE BORBA BATSCHAUER, Anna Paula; JOVITA, Heric Witney. Hemostasia e COVID-19: fisiopatologia, exames laboratoriais e terapia anticoagulante. **A Tempestade do Coronavírus**, v. 52, n. 2, 2020, p. 138-42.

XAVIER, Analucia R. et al. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 56, 2020.

PAINEL CORONAVIRUS. **Coronavírus Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



COVID-19. **Prefeitura Municipal de Tupã**, 2022. Disponível em: <<https://www.tupa.sp.gov.br/covid>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

DE SOUZA CARVALHO, Fábio Ramos et al. Fisiopatologia da COVID-19: repercussões sistêmicas. **Unesc em Revista**, v. 4, n. 2, 2020, p. 170-184.

SOUZA, Alex Sandro Rolland et al. Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, 2021, p. 29-45.

RODRÍGUEZ-MORALES, Alfonso J. et al. Preparación y control de la enfermedad por coronavirus 2019 (COVID-19) en América Latina. **Acta Médica Peruana**, v. 37, n. 1, 2020, p. 3-7.

PAVINATI, Gabriel et al. Perfil clínico dos pacientes acometidos pela Covid-19: revisão integrativa Clinical profile of patients affected by Covid-19: integrative review. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, 2021, p. 74945-74964.

RIBAS, João Luiz Coelho; ADAMI, Eliana Rezende. COVID-19: contextualização e análise de relato de caso. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 44, 2020, p. 99-110.

PERES, Ana Cláudia et al. Dias que nunca terminam: sintomas persistentes relacionados à Síndrome Pós-Covid surpreendem pacientes e pesquisadores. 2020.

DE BORBA BATSCHAUER, Anna Paula; JOVITA, Heric Witney. Hemostasia e COVID-19: fisiopatologia, exames laboratoriais e terapia anticoagulante. **A Tempestade do Coronavírus**, v. 52, n. 2, 2020, p. 138-42.

VIEIRA, Luisane Maria Falci et al. COVID-19-Diagnóstico Laboratorial para Clínicos. 2020.

XAVIER, Analucia R. et al. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 56, 2020.

GOULART, Letícia Silveira; SANTOS, Kassila Conceição Ferreira; DA SILVA, Débora Aparecida. CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS E LABORATORIAIS DA COVID-19: UMA ANÁLISE NA INTERNAÇÃO HOSPITALAR CLINICAL AND LABORATORY CHARACTERISTICS FOR COVID-19: ANALYSIS OF HOSPITAL INTERNMENT, 2021.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguaris, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



LEAL, Alícia Figueirêdo. **Alterações no hemograma em pacientes com COVID-19: uma revisão da literatura.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GRENDENE, Camila Senedese et al. Coronavírus (covid-19): história, conhecimento atual e sequelas de longo prazo. **Revista Corpus Hippocraticum** , v. 1, n. 1, 2021.

ROCHA, Gabriela Arthuso et al. ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS EM PACIENTES COM PNEUMONIA BACTERIANA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, v. 8, n. 3, 2022, p. 609-617.

## **ADESÃO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19**

BRUNA LUÍSA AGUILERA DA ROCHA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

PAOLA GODINHO DE SOUZA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>;

JULIANA EDWIGES MARTINEZ SPADA, orientadora e docente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**RESUMO:** Em 2019, na China, emergiu um vírus denominado Coronavírus, que se assemelha a uma gripe, tem uma alta taxa de transmissão e se disseminou, geograficamente, fazendo com que os governos adotassem medidas de isolamento e distanciamento social que afetaram profundamente estilo de vida dos indivíduos, que acabaram por adotar hábitos de vida não saudáveis. **OBJETIVO:** Verificar a incidência da prática de exercícios físicos, quais as motivações ou ausência da mesma, em meio à pandemia. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, segundo essa perspectiva, é possível conseguir um entendimento mais profundo do tema proposto por meio da descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Covid-19. Exercício Físico. Pandemia.

### **1. INTRODUÇÃO**

Em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, emergiu um vírus denominado SARS-CoV-2, o qual é responsável pela CoronaVirus Disease(COVID-19).O primeiro caso notificado no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020, segundo o Boletim Epidemiológico, divulgado pelo Ministério da Saúde, os casos confirmados



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



já somavam 10.517.232 e mais de 254 mil mortos, na data de 27 de fevereiro de 2021 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Tendo em vista a disseminação geográfica apresentada pelo novo coronavírus, a Organização Mundial de Saúde declarou, em março de 2020, que se tratava de uma pandemia global. Devido sua sintomatologia, a COVID-19 pode ser confundida com uma gripe, apresentando febre, tosse, dor de garganta, mal-estar, falta de ar, fadiga entre outros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

Ainda segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), grande parte das pessoas acometidas por essa doença, em média 80%, não necessita de tratamento hospitalar, sendo a doença de forma leve ou assintomáticas; já outras necessitam de tratamento hospitalar com suporte de oxigênio (em torno de 15% dos casos) e em uma porcentagem menor, cerca de 5% tem a doença de forma grave e precisam ser encaminhados a uma unidade de tratamento intensivo.

É evidente que todo indivíduo é capaz de contrair o vírus, porém o grupo dos idosos e adultos jovens é o mais afetado e com maiores chances de ter um quadro agravado da doença, sobretudo se apresentarem comorbidades, tais como: diabetes mellitus, obesidade, sedentarismo, hipertensão, doenças cardiovasculares, doença pulmonar e doenças imunodepressoras (BADAWI; RYOO;2016).

Devido sua alta capacidade de transmissão, algumas medidas preventivas têm sido adotadas pelos governos, como o distanciamento social que têm como objetivo reduzir o contato de pessoas saudáveis com infectadas, que muitas vezes se apresentam assintomáticas. Dessa forma a transmissão ocorre de maneira mais lenta e há mais viabilidade das unidades de saúde suprirem a demanda de doentes (OLIVEIRA et al., 2020).

Para achatar a curva de transmissão da COVID-19, vários países aderiram a medidas de isolamento social que impactaram, radicalmente, no estilo de vida dos indivíduos que acabaram por adotar hábitos de vida não saudáveis (GARCIA, DUARTE; 2020).

Segundo Kim; Su (2020), as práticas saudáveis de alimentação, atividade física e qualidade do sono são fortes aliadas para o fortalecimento do sistema imunológico, que é crucial para combater a ameaça de várias doenças.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



É considerada atividade física (AF), todas as ações nas quais há movimento musculoesquelético com gasto energético, englobando as atividades por lazer, como praticar esportes, caminhadas e musculação e também as atividades do cotidiano, como ir a algum destino caminhando, limpar a casa e trabalhar em movimento (HAGSTROMER et al., 2006)

De acordo com as diretrizes do Colégio Americano de Medicina do Esporte (ACSM), a prática de exercícios físicos, regulares e de intensidade moderada desempenham um papel importante na manutenção do equilíbrio físico e mental e no combate ao sedentarismo, por isso devem ser mantidas, no período de isolamento, respeitando a condição atual (ACSM, 2020). Em indivíduos saudáveis e assintomáticos, a OMS recomenda no mínimo 150 a 300 minutos de atividade física moderada por semana (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010).

Manter um estilo de vida sem cuidados, mais liberal pode propiciar maior risco a doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus tipo 2, hipertensão e doenças cardiovasculares, além de obesidade e alguns tipos de câncer (HALLAL et al., 2012).

Ainda segundo o autor acima, o sedentarismo e a inatividade física não são sinônimos e tem definições diferentes. A inatividade física significa não atingir níveis específicos de atividades físicas com intensidade moderada e alta. Já o comportamento sedentário é manter-se muito tempo, em posições que não demandam gasto energético, sendo elas deitada ou sentada (AINSWORTH et al., 2000; PATE et al., 2008).

No Brasil, em virtude da pandemia, a prática de AF decaiu para 12%, enquanto antes da COVID-19 esse percentual era de 30%. A predominância dos homens (33,0%) é superior à das mulheres (27,6%), mesmo com a diminuição da AF, durante a pandemia, por ambos os sexos, prevaleceu a maior proporção (14,0%) com os homens, comparados com as mulheres (10,3%). Na faixa etária de 18 a 29 anos, a prática de exercício físico, antes da pandemia era de 32,6%, no entanto com a pandemia, diminuiu para 10,9%, por conseguinte os adultos de 30 a 39 anos, durante o período pandêmico, tiveram um decréscimo de 10,6%. Os idosos praticantes com 60 anos ou mais foram de 30,4% para 14,2% (MALTA et al., 2020).



Nesse contexto, os autores acima ainda relatam que os hábitos sedentários aumentaram, em decorrência da pandemia, no sentido de aumento de 1 hora e 45 minutos, no tempo médio do uso da TV, tanto em homens como mulheres. Os adultos de 30 a 39 anos usufruíram o maior tempo, que passou de 1:72 para 03h38 horas. O uso de computador e tablet tiveram uma maior representatividade pelo grupo de adultos jovens (18 a 29 anos) que aumentaram em quase 3 horas o uso.

Ademais, o tempo prolongado de imobilização, como observado em assistir TV, é um fator de risco para tromboembolismo venoso (KUBOTA et al., 2018). Portanto, sugere-se, reduzir os comportamentos sedentários para o máximo de 2 a 4 horas, sentado em frente à tela e fazer o máximo de pausas, durante esse tempo, posicionando-se em pé (PITANGA et al., 2020).

Também, segundo os mesmos autores, mediante situações de restrição de cada estado e município sobre o funcionamento de academias, clubes, e espaços públicos para realização de exercício físico, é necessário pensar em alternativas para manter uma rotina de atividades. Sendo recomendado realizar exercícios, preferencialmente, de forma individual e ao ar livre, e também dentro de sua residência, fazendo uso das tecnologias, como vídeos com exercícios e orientação online com profissionais.

Diante do exposto, surgiu o questionamento: Qual é a adesão da prática de exercícios mediante as restrições do período de pandemia da Covid-19?

Sabe-se que o exercício é capaz de inúmeros benefícios aos praticantes, como melhora na qualidade de vida, maior desempenho e funcionalidade, no dia a dia. Por se tratar de um tema recente, ainda há poucas pesquisas e muitos pontos a serem explorados, sendo importante contribuir com a literatura.

## **1.2 OBJETIVO**

Verificar a incidência da prática de exercícios físicos em meio à pandemia.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

### **2.1 TIPO DE ESTUDO**



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguaris, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, segundo essa perspectiva, é possível conseguir um entendimento mais profundo do tema proposto por meio da descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

## 2.2 VOLUNTÁRIOS

Os voluntários serão selecionados a partir de critérios pré-estabelecidos, sendo eles: ter 20 e 30 anos entre homens e mulheres, estudantes do 3º (terceiro) e 4º (quarto) ano da graduação de Fisioterapia e professores da Faculdade da Alta Paulista, situada na cidade de Tupã, sem comorbidades relatadas e, que aceitem participar desse estudo e respondam ao questionário proposto.

## 2.3 ASPECTOS ÉTICOS

Os voluntários desse estudo receberão e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este estudo foi enviado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa e foi considerado aprovado sob parecer do CAAE n. 58370721.9.0000.5406.

## 2.4 LOCAL

A coleta de dados será realizada pelos pesquisadores desse estudo por meio de um questionário, aplicado através da plataforma online Google Forms, onde o link do mesmo será disponibilizado por aplicativo de mensagens (WhatsApp).

## 2.5 MATERIAIS

Será utilizado como material para a pesquisa, a plataforma online Google Forms e o seguinte questionário direcionado:

SEXO:

Feminino

Masculino

QUANTO À PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS:

1. Durante a pandemia, quantos dias por semana você praticou exercício físico ou esporte?





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



- Nenhum
  - 1-2 dias
  - 3-4 dias
  - 5-7 dias
2. Durante a pandemia, quanto tempo durou essa atividade?
- 15 minutos
  - 30 minutos
  - 45 minutos
  - 1 hora
3. Tinha/Tem orientação profissional?
- Sim
  - Não
4. Se sim, de que forma foi feita essa orientação?
- De forma remota mas direcionada de forma individual (vídeos, ligações)
  - De forma presencial
  - Por vídeos disponibilizados na internet
  - Não tive orientação
5. Qual o tipo de exercício praticado?
- Caminhada; corrida; dança; natação; ciclismo.
  - Musculação; funcional
  - Ambos
  - Outros

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adesão da prática de exercício físico em meio à pandemia da COVID-19 está sendo investigada neste estudo. Para isso, está sendo feita a revisão da literatura levantada, necessária para fundamentar a intervenção proposta. A expectativa é que o estudo atinja o



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



objetivo proposto e evidencie se os indivíduos que estarão envolvidos nesta pesquisa realizaram a prática de exercício físico em meio à pandemia da COVID-19.

## ADHERENCE TO THE PRACTICE OF PHYSICAL EXERCISE IN THE MIDDLE OF THE COVID-19 PANDEMIC

**ABSTRACT:** In 2019, in China, a virus called Coronavirus emerged, which resembles a flu, has a high transmission rate and spread geographically, causing governments to adopt measures of isolation and social distancing that profoundly affected people's lifestyles. individuals who ended up adopting unhealthy lifestyle habits. **OBJECTIVE:** To verify the incidence of physical exercise, what are the motivations or absence of it, in the midst of the pandemic. **METHOD:** This is a qualitative research and, according to this perspective, it is possible to achieve a deeper understanding of the proposed theme through a detailed description of the phenomena and the elements that involve it.

**KEY WORDS:** Covid-19; Physical exercise; Pandemic.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSWORTH, B. E. et al. Compendium of physical activities: an update of activity codes and MET intensities. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, 32(9 Suppl), S498–504. 2000. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10993420/>>. Acesso em: 03 março 2021.

BADAWI, A.; RYOO, S.G. Prevalence of comorbidities in the Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV): a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Infectious Diseases*, 49, 2016, P. 129-133.

BOLETIM epidemiológico coronavírus N52, 2021 Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/boletins-epidemiologicos>. Acesso em: 25 de março de 2021.

MALTA, D. C. et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 29(4):e2020407, 2020.

DOENÇA por coronavírus (COVID-19). World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19>. Acesso em: 24 de março 2021.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



GARCIA, LP; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiol Serv Saúde* [Internet]. 2020 abr [citado 2020 ago 11];29(2):e2020222. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679;49742020000200009>.

HAGSTROMER, M. et al. The International Physical Activity Questionnaire (IPAQ): a study of concurrent and construct validity. *Public Health Nutr.* 2006.

HALLAL, P. C. et al. (2012). Physical activity: more of the same is not enough. *Lancet*, 380(9838), 190–191. [http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)61027-7](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)61027-7)

KIM, S. W.; SU, K. P. Using psychoneuroimmunity against COVID-19. *Brain, Behavior, and Immunity*, (pré-publicação), 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889159120303913>

KUBOTA, Y. et al (2018) .Assistir TV e tromboembolismo venoso incidente: o estudo de risco aterosclerótico em comunidades. *J. Thromb. Trombólise* 45, 353-359. doi: 10.1007 / s11239-018-1620-7.

MEDICINE AAC of S. Staying Physically Active During the COVID-19 Pandemic [Internet]. 2020 [cited 2020 May 8]. p. 2. Available from: <https://www.acsm.org/readresearch/newsroom/news-releases/news-detail/2020/03/16/staying-physically-activeduring-covid-19-pandemic>.

PATE, R. R. (2008). The evolving definition of «sedentary». *Exercise and Sport Sciences Reviews*, 36(4), 173–178. <http://doi.org/10.1097/JES.0b013e3181877d1a>

Pitanga, FJG, Beck, CC, Pitanga CPS. Atividade física e redução do comportamento sedentário durante a pandemia do Coronavírus. *Arq Bras Cardiol*, 2020.

WORLD Health Organization. (WHO). Global recommendations on physical activity for health. Geneva; 2010.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



## INFLUÊNCIA DA EQUOTERAPIA NA VIDA DA CRIANÇA AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO

JÉSSICA EMANUELLY CAETANO DA SILVA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

LAIS CAMILO DE PADUA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP;<sup>1</sup>

JULIANA EDWIGES MARTINEZ SPADA, orientadora e docente do curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>.

**RESUMO:** O transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma desordem neurobiológica que afeta as capacidades e habilidades da criança. A etiologia ainda é desconhecida, mas acreditam que tenha uma relação multifatorial, podendo envolver a interação de genes e fatores ambientais. Por isso, é de grande importância uma detecção precoce e o quanto antes dar início ao tratamento, e um deles é a técnica da equoterapia, que utiliza o cavalo como instrumento cinesioterapêutico para o estímulo psicomotor do praticante, visando o desenvolvimento motor e psicossocial do mesmo. **OBJETIVO:** Descrever o comportamento da criança com o transtorno do espectro autista, baseado nos efeitos referentes às sessões de fisioterapia. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de padrão exploratório descritivo, utilizando o método da entrevista com a mãe. **RESULTADOS:** O estudo foi realizado com um voluntário do sexo masculino, com diagnóstico de TEA, “Nível 2”, 6 anos de idade cronológica e que já havia realizado sessões de Equoterapia, anteriormente. Sua mãe relatou melhoras durante essas sessões, no sistema sensorial, na concentração e também na diminuição da hiperatividade da criança. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, que as sessões de equoterapia com a criança autista “nível 2” foram capazes de diminuir a hiperatividade, melhorar o sistema sensorial e a concentração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autismo; Criança; Equoterapia; Fisioterapia.

### 1 INTRODUÇÃO

O transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma desordem neurobiológica, na qual pode ser identificado na criança até os três anos de idade, pois é quando os sinais começam aparecer. Esse transtorno afeta as capacidades e habilidades da criança, podendo ser caracterizado, entre outras, pela dificuldade de se comunicar, manter vínculos de amizade, e responder a ambientes fora da sua zona de convívio. Tem como principais características as alterações no desenvolvimento neurológico, presença de comportamentos repetitivos (estereotipados) (LÁZARO *et al.*, 2016).



Segundo a classificação do DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o TEA possui 3 níveis diferentes. No nível 1: “exigindo apoio”, onde estão presentes a dificuldade da criança ao iniciar uma interação social com seu interesse também reduzido, levando a um comportamento inflexível, com dificuldades na troca de atividades e principalmente na mudança de rotina. O nível 2: “exigindo apoio substancial”, na qual a criança apresenta prejuízos graves na comunicação social verbal e não verbal, ainda perceptíveis mesmo na presença de apoio, onde se tem limitação na interação social com respostas anormal para aberturas partindo do outro, apresentando também sofrimentos na mudança de foco. E o nível 3: “exigindo apoio muito substancial”, a criança apresenta todas as características no nível 1 e 2, porém, com mais dificuldades nos aspectos, como por exemplo raramente interage socialmente, fala inteligível, tem uma extrema dificuldade a lidar com mudanças e tem um grande sofrimento para mudar foco ou ações. (SOUZA, 2021).

A etiologia do TEA é multifatorial e pode envolver a interação de genes e fatores ambientais, evidenciado em estudos moleculares, onde a epigenética teve um processo potencialmente causador desse transtorno no desenvolvimento cerebral (TORDJMAN *et al.*, 2014).

O TEA afeta 1% da população brasileira, sendo quatro vezes mais comum em pessoas do sexo masculino (BECK, 2017) e ainda, 70% destas pessoas com pelo menos uma comorbidade e 48% dos mesmos com duas ou mais, sendo considerada a epilepsia como principal comorbidade, ocorrendo de 7 a 46% dos casos desse transtorno (LO-CASTRO; CURATOLO, 2014).

A detecção precoce é um fator indispensável para pessoas com TEA, onde deve ser iniciado o tratamento quando se tem suspeitas do quadro clínico e, também, logo após a comprovação do diagnóstico. Assim, a detecção precoce pode auxiliar tanto aos pacientes como seus familiares, contribuindo no processo de superação das dificuldades, para melhor ajudá-los nas estratégias de compensação de suas dificuldades, e evitar possíveis problemas secundários provindos do desenvolvimento motor (VIEIRA, 2019; MISSIUNA, 2011).

O diagnóstico do TEA é dado através das alterações na criança, que podem ser observadas em atividades diárias como: comer, dormir, viajar, assim como a participação em eventos fora de casa, ou seja, momentos que possam acarretar



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



problemas sensoriais, que pode ser prejudicado pelo déficit de estímulos do sistema nervoso central (SNC) (SCHAAF, 2011).

Em vista do contexto acima, existe muitas técnicas e recursos que podem estimular o SNC destes pacientes. E a presente pesquisa irá tratar sobre a equoterapia, que é uma técnica que utiliza o cavalo como instrumento cinesioterapêutico, para o estímulo psicomotor do paciente possibilitando efeitos terapêuticos. (KOLLING; PEZZI, 2020).

A expressão equoterapia vem da junção de dois termos o latino equus e o grego therapeia tendo sido criada em 1989, pela Associação Nacional de Equoterapia (ANDE Brasil, 1998) e definida como método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar aplicada nas áreas da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com necessidades especiais (DUARTE; LEAL et al., 2019, p.4).

Os exercícios realizados na equoterapia têm como finalidade estimular a propriocepção e o tato por meio do toque na pelagem do animal; audição mais afiada pela detectação do ritmo dos passos, e o comando verbal do terapeuta; o olfato estimulado pelo cheiro do animal; o sistema visual instigado por meio do olhar do praticante de cima do cavalo; além das atividades recreativas que podem promover o melhor desempenho da criança frente a técnica (JUSTI; GRUBITS, 2014).

Ainda, através dos exercícios da equoterapia pode-se obter respostas satisfatórias nas funções motoras do praticante, ganhando flexibilidade, equilíbrio, tônus muscular e consciência corporal. (TEIXEIRA et al., 2016).

Quanto aos benefícios da equoterapia, este estão além do contato do equino com o praticante, pois além do desenvolvimento da parte motora, se adquire também o avanço psicossocial, onde a criança se sente encorajada a usar linguagens e entender a importância de regras e disciplina, que reflete no aumento da capacidade de decisões e independência em diversas situações (JUSTI; GRUBITS, 2014).





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Sabendo dos benefícios da equoterapia e conhecendo também o quadro clínico de crianças com autismo, as sessões dessa técnica poderá influenciar positivamente no tratamento do TEA.

Baseado nos estudos literários vemos que a equoterapia possui muitos benefícios, entre eles melhorar a socialização, melhorar o equilíbrio, e através do toque com o animal ajudar as pessoas com autismo a se desenvolver tanto nas esferas social, como física, contribuindo assim em seu tratamento.

Esta pesquisa está sendo realizada no intuito de explorar a técnica de equoterapia, trazendo ao conhecimento dos responsáveis da criança diagnosticada com o TEA, a importância desse tratamento, e o quanto poderá ajudar na qualidade de vida dos portadores e também dos seus familiares.

## **2 OBJETIVO**

Descrever o comportamento da criança com o transtorno do espectro autista, baseado nos efeitos referente as sessões de fisioterapia.

## **3 MATERIAS E MÉTODO**

### **3.1 TIPO DE ESTUDO**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de padrão exploratório descritivo, utilizando como método a entrevista com a mãe.

### **3.2 VOLUNTÁRIO**

O critério de seleção estabelecido do voluntário da pesquisa, foi que, o mesmo tenha diagnóstico médico do transtorno do espectro autista (TEA), com 6 anos de idade, que já tenha feito sessões de Equoterapia anteriormente por mais de 1 ano, e que seu responsável (mãe da criança) aceite participar respondendo ao questionário dirigido deste estudo.

### **3.3 ASPECTOS ÉTICOS**



O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pela mãe do voluntário, por ser a responsável pelo menor. E esse estudo foi enviado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e considerado aprovado: CAAE: 52748721.9.0000.5406.

### 3.4 LOCAL

A coleta de dados da entrevista foi realizada pelas pesquisadoras deste estudo, no domicílio do voluntário.

### 3.5 MATERIAIS

Os materiais utilizados foram: folha de papel almaço; prancheta; caneta bic de cor azul; e celular Redmi Not 8 (para gravação da entrevista autorizado pela entrevistada).

### 3.6 PROCEDIMENTO

O procedimento da coleta de dados foi realizado com o deslocamento das pesquisadoras até o domicílio do voluntário, no qual reside na cidade de Tupã-SP, juntamente com todos os materiais utilizados como a folha de papel almaço; prancheta; caneta bic de cor azul; o celular Redmi Not 8 para gravação da entrevista direcionada com perguntas a mãe da criança (descritas na Tabela 1 que encontra-se o capítulo de “Resultados” desta pesquisa), e que interpretem os fenômenos que acontecem no dia-a-dia da criança com o TEA.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado com um voluntário do sexo masculino, com diagnóstico de TEA, “Nível 2”, 6 anos de idade cronológica e que já havia realizado sessões de Equoterapia anteriormente.

TABELA 1: Questionário dirigido à mãe da criança. Todas as respostas foram transcritas Segundo Informações Colhidas (SIC). Dados referentes à sinalização “[...]” estão em APÊNDICE 1.

1. Como foi a gestação e o parto?	<i>“Minha gestação foi tranquila, não tive nenhuma intercorrência, porém com 36 semanas e 5 dias rompeu a bolsa e eu precisei fazer cesárea.”</i>
2. Quais foram os primeiros sinais que você percebeu de diferente nele?	<i>“[...] então a parte da coordenação foi bem no tempo esperado, somente a comunicação verbal, e outras como, dar tchau.”</i>
3. Com qual idade ele estava quando os primeiros sinais apareceram?	<i>“Os primeiros sinais ficaram mais nítidos com 1 ano e 8 meses, pois ele ainda não falava e nem dava tchau.”</i>
4. Como foi o processo de rastreio até chegar ao diagnóstico do TEA?	<i>“Com 18 meses foi feito o teste de rastreio [...] por volta dos 2 anos e 4 meses, quando fechou diagnóstico.”</i>
5. Quando o seu filho foi diagnosticado com o autismo, teve algum bloqueio/barreira a ser vencida por você e sua família?	<i>“No início, por mais que você já tenha uma suspeita, você leva um choque, porque não tem como a gente fingir que está tudo bem, mas depois de tudo isso a gente vai superando, vai vendo que existe outras possibilidades [...]. Quando veio o diagnóstico mudou os caminhos [...].”</i>
6. Como foi a decisão de buscar apoio? Com qual idade ele estava?	<i>“A partir do momento que fomos orientados a buscar apoio, ele estava com 1 ano e 8 meses, a gente não teve nenhuma negação no sentido de não correr atrás do tratamento [...], a gente sempre está disposto a fazer tudo o que precisa para melhorar o desenvolvimento dele.”</i>
7. Quais as terapias ele já realizou? Quais ou qual delas você percebeu que ele melhor se desenvolveu?	<i>“Realizou e realiza [...] e a equoterapia. [...] é um conjunto, uma completa a outra, mas a equoterapia ajudou principalmente no sensorial, antes ele nem pisava na terra, na grama, e hoje em dia eu não posso abrir a porta que ele já corre para a terra.”</i>
8. Com as sessões de equoterapia, quais foram as melhoras que o seu filho teve na marcha, no equilíbrio, e na postura de tronco?	<i>“Meu filho sempre teve bastante facilidade nisso, [...], é bem hiperativo, mas eu acho que trouxe mais tranquilidade para ele.”</i>
9. O que mais atrai o seu filho a participar das sessões de equoterapia?	<i>“É um contexto tanto do animal como o terapeuta, mas eu acredito que o animal seja mais ainda.”</i>
10. Quais eram as maiores limitações do seu filho antes de iniciar a equoterapia?	<i>“A parte sensorial e a concentração.”</i>
11. Quais foram os avanços que o seu filho desenvolveu após o início do tratamento com a equoterapia?	<i>“A concentração, tranquilidade e a questão sensorial.”</i>
12. A equoterapia te ajudou em relação aos cuidados com o seu filho?	<i>“Na época, eu lembro que ajudou em tudo, mas agora que ele está começando o processo se ser chamado pelo nome e atender, agora que melhorou o contato visual.”</i>

Segundo Bilder (2009), a prematuridade é um fator de risco para problemas nas capacidades cognitivas, afetivas, sociais, motoras e comportamentais dos bebês, na qual alguns estudos populacionais apontam para a prematuridade, associada ao baixo peso, como importante fator de risco perinatal para o TEA, o que



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



corroborar com a resposta da mãe da criança que com 36 semanas e 5 dias teve a sua bolsa rompida onde precisou fazer a cesariana.

Klin (2006) expõe que as características a respeito do TEA por definição são: Prejuízo qualitativo nas interações sociais, podendo incluir déficit de formas de comunicações não verbais, e dificuldade na habilidades de atenção conjunta/compartilhada mostrando algo de interesse para outras pessoas, assim também com os sinais apresentados pela criança, onde a mãe relata que percebeu a não comunicação verbal e também a dificuldade de demonstração como exemplo o dar tchau, em que ambos ficaram nítidos com 1 ano e 8 meses de idade da criança onde se deu o início a busca do diagnóstico completo, o que condiz com Souza (2021), que para o fechamento clínico do déficit a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento, também de acordo com o relato da mãe que com 18 meses de vida da criança foi feito o teste de rastreio.

Diante do reconhecido impacto do TEA nas famílias das crianças acometidas pelo transtorno, destaca-se que muitas dessas famílias são capazes de se reorganizar frente às mudanças, buscando estratégias que auxiliem em suas necessidades Machado et al. (2018), que de tal forma, com o que aconteceu na família da criança entrevistada, que apesar do choque com o diagnóstico e consequentemente da mudança de caminhos que os pais tiveram que percorrer, os mesmos não desanimaram e foram buscar o melhor para o desenvolvimento do seu filho.

A intervenção interdisciplinar se torna indispensável, pois ajuda a desenvolver a comunicação verbal, integração social, alfabetização e outras habilidades dependendo do seu grau de comprometimento e da intensidade e adequação do tratamento, onde se destaca a equoterapia (terapia com cavalo) que melhoram a coordenação motora, a capacidade cognitiva, e a melhora do humor SOUZA et al. (2017). Assim também, com as intervenções interdisciplinar feitas com a criança relatada pela mãe, que com a prática da equoterapia se obteve principalmente a ajuda na parte sensorial, e também na cognitiva, pois, a criança passou a gostar de pisar na terra, na grama, que antes não gostava, e também teve a melhora do humor, onde através das sessões o deixou mais calmo e concentrado.



Portanto, Coriolano (2021), diz que durante o tempo na equoterapia em crianças com TEA obteve o aumento do contato visual; maior percepção do outro; melhora da postura corporal; aumento da consciência corporal e baixa aversão ao contato físico. Onde o mesmo corrobora com o relato da mãe entrevistada, que com as sessões da equoterapia ajudou a criança a melhorar o contato visual; na questão de ser chamado pelo nome e atender. E também o que atraia a criança a ir realizar as sessões era o contato com terapeuta, mas mais ainda pelo contato com o animal.

## 5. CONCLUSÃO

Com base em nossos achados, sessões de equoterapia com a criança autista “nível 2”, foi capaz de diminuir a hiperatividade, melhorar o sistema sensorial e a concentração.

## INFLUENCE OF THERAPEUTIC RIDING IN THE LIFE OF AUTISTIC CHILDREN: A CASE STUDY

**ABSTRACT:** Autistic Spectrum Disorder (ASD) is defined as a neurobiological disorder that affects a child's abilities and abilities. The etiology is still unknown, but it is believed to have a multifactorial relationship, which may involve the interaction of genes and environmental factors. Therefore, early detection and as soon as possible to start treatment is of great importance, and one of them is the technique of hippotherapy, which uses the horse as a kinesiotherapeutic instrument for the psychomotor stimulation of the practitioner, aiming at the motor and psychosocial development of the same. **OBJECTIVE:** To describe the behavior of children with autism spectrum disorder based on effects related to physical therapy sessions. **METHOD:** This is a qualitative research of descriptive exploratory pattern, using as a method the interview with the mother. **RESULTS:** The study was carried out with a male volunteer, diagnosed with ASD, “Level 2”, 6 years of chronological age and who had previously performed Hippotherapy sessions. His mother reported improvements during these sessions, in the sensory system, in concentration and also in the decrease in the child's hyperactivity. **CONCLUSION:** It is concluded then, that the hippotherapy sessions with the autistic child “level 2”, was able to reduce hyperactivity, improve the sensory system and concentration.

**KEYWORDS:** Autism; Kid; Hippotherapy; Physiotherapy.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



BECK, R. G. **Estimativa do número de casos de transtorno do espectro autista no sul do Brasil**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017.

BIDER, D. E. A. **fatores perinatais e neonatais associados a transtornos do espectro do autismo**. PediatrIcs, v. 123, n. 5, 2009, p. 1293-1300.

**Com paralisia cerebral diplégica**. Rev. Conexão Eletrônica. – Três Lagoas, MS. – v. 13. n.1, 2016.

CORIOLOANO A. M. M. **A equoterapia como método terapêutico para crianças com transtorno do espectro autista (tea): um estudo de caso**. I congresso de psicologia, v. 1., 2021, P. 4.

DUARTE. et al. **Revisão bibliográfica dos benefícios que Equoterapia proporciona a pacientes com Transtorno do Espectro Autista**. Revista Brasileira de Revisão de Saúde. Curitiba. v. 2, n. 4, 2019, p. 2466-2477.

JUSTI, J.; GRUBITS, H. B. **Equoterapia e reabilitação em saúde**. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde. Campo Grande. V. 3, N. 1, 2014, P. 42-54.

KOLLING, A.; PEZZI, F. A. S. A equoterapia no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista (tea). **Revista Psicologia & Saberes**. v. 9, n. 14, 2020.

LÁZARO, C. P. et al. **Peptídeos opióides e sintomas gastrointestinais em transtornos do espectro do autismo**. Revista Brasileira de Psiquiatria. v. 38, n. 3, 2016, p. 243-6 .

LO-CASTRO, A.; CURATOLO, P. **Epilepsia associada ao autismo e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: existe uma ligação genética**. Elsevier. v. 36, n. 3, 2014, p. 185- 193.

MACHADO M. S. et al. **Tornar-se família de uma criança com Transtorno do Espectro Autista**. Contextos Clínicos, vol. 11, n. 3, 2018.

MISSIUNA, C. et al. **Centro canchild para pesquisa sobre deficiência infantil, universidade mcmaster**. Canadá: Hamilton, 2011.

SCHAAF, R. C. et al. **As rotinas cotidianas das famílias de crianças com autismo: Examinando o impacto das dificuldades de processamento sensorial na família**. Jornal Sage. Ciência autista nacional, 1 maio. 2011. p. 15.

SOUZA, L. P. N. **Diagnóstico diferencial entre transtorno do espectro autista (tea) e distúrbio específico de linguagem (del)**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 7, n. 7, 2021.

SOUZA V. M. et al. **O uso de terapias complementares no cuidado à criança autista**. Rev Saúde Física e Mental, v. 6, n. 2, 2018.



TEIXEIRA, E. V; SASSÁ, P; SILVA, D. M. **Equoterapia como recurso terapêutico na espasticidade de membros inferiores em criança com paralisia cerebral diplégica.** Rev. Conexão Eletrônica. – Três Lagoas, MS. – v. 13. n.1, 2016.

TORDJMAN, S. et al. **Interações gene x ambiente em desordens do espectro do autismo: papel dos mecanismos epigenéticos.** Psiquiatria de Frente, 2014.

VIEIRA, A. C. **Autismo: as características e a importância do diagnóstico precoce.** Minas Gerais: Manhuaçu, 2019.

## APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO À MÃE DA CRIANÇA. TODAS AS RESPOSTAS FORAM TRANSCRITAS, SEGUNDO INFORMAÇÕES COLHIDAS (SIC).

1. Como foi a gestação e o parto?	“Minha gestação foi tranquila, não tive nenhuma intercorrência, porém com 36 semanas e 5 dias rompeu a bolsa e eu precisei fazer cesárea.”
2. Quais foram os primeiros sinais que você percebeu de diferente nele?	“Até 1 ano de idade, em relação à coordenação motora, ele sentou em um tempo legal, engatinhou com 7 meses, com 12 meses, uma semana antes de 1 ano ele já estava andando no aniversário dele, então a parte da coordenação foi bem no tempo esperado, somente a comunicação verbal, e outras como, dar tchau.”
3. Com qual idade ele estava quando os primeiros sinais apareceram?	“Os primeiros sinais ficaram mais nítidos com 1 ano e 8 meses, pois ele ainda não falava e nem dava tchau.”
4. Como foi o processo de rastreio até chegar ao diagnóstico do TEA?	“Com 18 meses foi feito o teste de rastreio, a partir disso nós já corremos atrás de fonoaudióloga, psicóloga, tudo por conta. Depois que elas o atenderam, foi necessária uma avaliação com uma neuropediatra, aí nós agendamos em Marília e iniciamos as avaliações, aos testes de estimulações, teste ocupacional, equoterapia, natação, por volta dos 2 anos e 4 meses, quando fechou diagnóstico.”
5. Quando o seu filho foi diagnosticado com o autismo, teve algum bloqueio/barreira a ser vencida por você e sua família?	“No início, por mais que você já tenha uma suspeita, você leva um choque, porque não tem como a gente fingir que está tudo bem, mas depois de tudo isso a gente vai superando, vai vendo que existe outras possibilidades, eu acredito que a maioria das mães é um pouco ansiosas em relação aos filhos, e quando você tem um filho, a gente é ser humana, e acaba pensando lá na frente. Quando veio o diagnóstico mudou os caminhos, não era aquele redondinho que você imaginava, e a partir daí eu comecei a fazer terapia, e isso me ajudou bastante até pra entender muita coisa, e sempre estar superando os desafios, porque qualquer pessoa tem dificuldades, e a gente que é mãe de criança autista, temos um pouco mais de dificuldade, e eu aprendi a sempre fazer o exercício de não comparar ele com outras crianças, mas sempre com ele mesmo, como ele era antes do diagnóstico, depois do diagnóstico, antes da estimulação, depois da estimulação. A gente tem que fazer exercícios assim diariamente, porque senão a gente desanima.”
6. Como foi a decisão de buscar apoio? Com qual idade ele estava?	“A partir do momento que fomos orientados a buscar apoio, ele estava com 1 ano e 8 meses, a gente não teve nenhuma negação no sentido de não correr atrás do tratamento e fingir que estava

	<i>tudo bem, as vezes alguns pais negam o diagnóstico e acabam se fechando, mas a gente sempre está disposto a fazer tudo o que precisa para melhorar o desenvolvimento dele.”</i>
7. Quais as terapias ele já realizou? Quais ou qual delas você percebeu que ele melhor se desenvolveu?	<i>“Realizou e realiza a terapia ocupacional, fonoaudióloga, psicóloga, terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) e a equoterapia. Eu não sei te falar qual foi a que ele melhor se desenvolveu, porque é um conjunto, uma completa a outra, mas a equoterapia ajudou principalmente no sensorial, antes ele nem pisava na terra, na grama, e hoje em dia eu não posso abrir a porta que ele já corre para a terra.”</i>
8. Com as sessões de equoterapia, quais foram as melhoras que o seu filho teve na marcha, no equilíbrio, e na postura de tronco?	<i>“Meu filho sempre teve bastante facilidade nisso, mas eu acredito que melhorou sim, é que ele não para muito sentado, é bem hiperativo, mas eu acho que trouxe mais tranquilidade para ele.”</i>
9. O que mais atrai o seu filho a participar das sessões de equoterapia?	<i>“É um contexto tanto do animal como o terapeuta, mas eu acredito que o animal seja mais ainda.”</i>
10. Quais eram as maiores limitações do seu filho antes de iniciar a equoterapia?	<i>“A parte sensorial e a concentração.”</i>
11. Quais foram os avanços que o seu filho desenvolveu após o início do tratamento com a equoterapia?	<i>“A concentração, tranquilidade e a questão sensorial.”</i>
12. A equoterapia te ajudou em relação aos cuidados com o seu filho?	<i>“Na época, eu lembro que ajudou em tudo, mas agora que ele está começando o processo se ser chamado pelo nome e atender, agora que melhorou o contato visual.”</i>

## MÉTODO ABA COMO FACILITADOR NO ATENDIMENTO FISIOPEDIÁTRICO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

KAREN DE ALMEIDA BATISTA SOUZA, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP;<sup>1</sup>

AMANDA STECCA TORRES, discente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP;<sup>1</sup>

JULIANA EDWIGES MARTINEZ SPADA; orientadora e docente do Curso de Fisioterapia da FAP, Tupã, SP;<sup>2</sup>

ESTELA MARIS MONTEIRO BORTOLETTI, coorientadora e aluna do Programa de Pós-Graduação da FAMEMA, Marília, SP.<sup>2</sup>

**RESUMO:** O transtorno do espectro autista (TEA) pode ser definido por distúrbios na interação e comunicação social que é identificado na infância e não possui cura, porém existem tratamentos como o ABA, no qual se faz uma pesquisa minuciosa, para começar uma intervenção para ajudar no desenvolvimento da criança,



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



melhorando sua qualidade de vida. **OBJETIVO:** Analisar como ABA pode auxiliar o tratamento fisioterapêutico de crianças com autismo. **MÉTODO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de padrão exploratório descritivo, utilizando como método a intervenção com a criança diagnosticada com autismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** ABA. Autismo. Criança. Desenvolvimento. Fisioterapia.

## 1. INTRODUÇÃO

A análise aplicada do comportamento foi criada por Ivar Louvaas , em 1968 e é aplicada ao autismo. A Análise Aplicada do Comportamento (ABA) como é conhecida no Brasil, é uma das abordagens utilizadas como método de intervenção comportamental no tratamento com autistas (CAMARGO; RISPOLI, 2013; RIBEIRO, 2010). Essa intervenção abrange o reconhecimento das atitudes e capacidades que devem ser aperfeiçoados, se baseia em executar as tarefas e observar o desempenho que irá ser oferecido como resposta (RODRIGUES; SANTOS, 2012).

A terapia ABA requer uma pesquisa minuciosa dos aspectos ambientais e do modo como isso afeta o desempenho de uma criança com Transtorno do Espectro autista (TEA), procurando reconhecer os determinantes e os motivos que se originarão com sua recorrência, esses são detalhes cruciais para definir o monitoramento dos processos de intervenção, na grande maioria dos casos os programas contam com habilidades verbais e de comunicação (FERNANDES; AMATO; 2013).

O ABA vem sendo um método eficaz para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA, tem o propósito de modificar as condutas disfuncionais. No decorrer das sessões, o profissional deve conduzir as atitudes primordiais para o progresso da criança, tendo como exemplo as habilidades básicas imitar, interagir e brincar. O profissional precisa ensinar com instruções claras, diretas e de diferentes maneiras, como brincar com brinquedos e estar sempre fazendo um reforço positivo para incentivar a criança (SOUSA et al., 2020).

Este método é definido por uma coleta de informações antes, durante e depois da intervenção, essas informações são usadas para acompanhar o desenvolvimento de cada criança e ajudar nas decisões a serem tomadas, para as possíveis estratégias que irão melhorar e promoverão a aquisição das capacidades



fundamentais para cada pessoa (CAMARGO; RISPOLI; 2013).

## 1.2 O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

O TEA tende a se manifestar muito cedo, já em crianças por volta dos 3 anos de idade, dependendo do grau de autismo (BAPTISTELLA; BITENCOURT; FLEIG; 2021).

Uma das características intrínsecas no autista é a dificuldade de socialização, o que dificulta as intervenções e tratamentos de comorbidades subsequentes, pois alguns apresentam ligação afetiva em excesso com os pais, não aceitam a aproximação de pessoas desconhecidas, em outros casos eles criam um vínculo significativo com apenas um terapeuta, e ainda há situações onde o autista tem aversão ao toque; gerando uma queda na qualidade de vida, tanto do paciente, como de seus familiares (BAPTISTELLA; BITENCOURT; FLEIG; 2021).

É importante que o terapeuta seja cauteloso e paciente ao observar e aprender sobre o paciente e o TEA para executar o tratamento, uma vez que também é característico do autista ter dificuldades motoras, um desregrado padrão de marcha e dificuldade no equilíbrio postural, porém esses atrasos relacionados à motricidade podem ser percebidos mais cedo, em relação ao desordenamento social e linguístico (BAPTISTELLA; BITENCOURT; FLEIG; 2021).

Este déficit no desenvolvimento motor pode ter grande melhora, se a criança também for exposta a atividades físicas, algumas pesquisas têm mostrado que a interação com atividades como natação, equoterapia, dança e ioga, tem colaborado não apenas na motricidade, como na atenção, melhora da coordenação, no fortalecimento e desenvolvimento de tônus muscular, nos comportamentos estereotipados que também são características da criança com TEA, e principalmente, na interação social, segundo (MENEHINI et al., 2021).

A ABA que se baseia na análise do comportamento, e é um método que tem auxiliado a controlar e até extinguir alguns desses comportamentos estereotipados, e facilitado o tratamento e a relação terapeuta paciente, e também no ambiente familiar, pois ajuda tanto no desenvolvimento motor, como no linguístico, proporcionando autonomia para o autista conviver em sociedade (CAMARGO; RISPOLI, 2013; FISHER; PIAZZA; 2015; NASCIMENTO; SOUZA, 2018; ROANE et al., 2016).



### 1.3 A INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO TEA

A fisioterapia mostra-se muito eficaz no tratamento dos pacientes, quando iniciado precocemente, e pode contribuir reestabelecendo a funcionalidade motora, na concentração, na comunicação, e na socialização, reconstituindo a autonomia, deixando-os motivados, reduzindo o risco de agravamento dos casos (SEGURA; NASCIMENTO; KLEIN; 2011). A fisioterapia utiliza diversos recursos para melhorar o desenvolvimento de novas habilidades com brincadeiras, danças, exercícios, de maneiras dinâmicas e que concentrem a atenção das crianças (TOMÉ, 2007). E ao associar o tratamento na fisioterapia ao ABA, facilitaria o aprendizado dessas habilidades; afinal essa metodologia trabalha com ajustes do comportamento, partindo da ideia de que o autista começará a entender o que é esperado dele através do reforço positivo (LEMES, 2019). Portanto é muito importante que toda essa intervenção ocorra de forma precoce, pois as conexões neurais são feitas ativamente na criança, e são essas ligações que formarão a base para as futuras sinapses que ocorrerão ao longo da vida (BRANCO, 2018).

### 1.4 OBJETIVO

Analisar as contribuições do tratamento fisioterapêutico com o ABA para o desenvolvimento de autistas.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa clínica de originalidade primária, de interferência intervencional, de metodologia qualitativa, com componentes de pesquisa prospectivos, com período longitudinal, não aleatorizado e multicêntrica.

### 2.2 PARTICIPANTES

Os pacientes selecionados para esta pesquisa devem ter diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, ter de 4 a 14 anos de idade, e autorização prévia dos pais ou maior responsável.

### 2.3 ASPECTOS ÉTICOS

Após o aceite e assinatura dos responsáveis no Termo de Assentimento Livre e



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Esclarecido (TALE), os pacientes dessa pesquisa foram selecionados, de acordo com os critérios de inclusão: a) diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista; b) estar entre 4 e 14 anos de idade, e autorização prévia dos pais ou maior responsável.

## 2.4 LOCAL

Clínica de Fisioterapia e Pilates CorpusFisio, situada na rua Santiago Martins Corral, n. 440, Centro, Pompéia-SP, local onde foi efetuada a pesquisa.

## 2.5 MATERIAIS

Será utilizado papel, caneta, celular, jogos de encaixe, lápis, giz, canetinha, quadros sensórios motor, tapete sensorial, bolas, livros sonoros.

## 2.6 PROCEDIMENTOS

Serão feitos dois atendimentos por semana, durante um mês por paciente, que serão divididos, os dois primeiros como avaliação do comportamento, dois atendimentos de intervenção e dois atendimentos onde será feito a observação dos resultados.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Análise Aplicada do Comportamento (ABA) associada ao tratamento fisioterápico pode resultar em aprendizagem das habilidades necessárias à socialização e ao desenvolvimento do autista.

### **ABA METHOD AS FACILITADOR IN PHYSIOPEDIATRIC CARE**

**ABSTRACT:** Autistic spectrum disorder (ASD) can be defined by disturbances in social interaction and communication that is identified in childhood and has no cure, but there are treatments such as ABA in which a thorough research is carried out to start an intervention to help in the development of autism. child improving their quality of life. **OBJECTIVE:** To analyze how ABA can help physical therapy treatment in children with autism. **METHOD:** This is a qualitative research with a descriptive exploratory pattern, using as a method the intervention with the child diagnosed with autism.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



**KEYWORDS:** ABA. Autism. Child. Development. Physical Therapy.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Amato. Transtorno de espectro autista: Principais formas de tratamento. *Anima Educação* 5(15). 2013.

FISHER, Piazza. Análise do comportamento aplicada: A percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista. *Contextos Clínicos*, 5(20). 2015.

NASCIMENTO et al. Estratégias para o transtorno do espectro autista: interação social e intervenções terapêuticas. 2(70), 2021, 179-187.

NASCIMENTO, Joilson Antônio Cardoso et al. Atividade física e seus benefícios na vida de pessoas com transtorno do espectro autista. *Ciência Atual-Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José*, v. 17, n. 1, 2021.

NASCIMENTO, Souza. Análise do comportamento aplicada: A percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista. *Contextos Clínicos*, 3(20). 2018.

PAULA, Luciana Barreto de. O lúdico no processo de aprendizagem da criança com autismo. 2019.

RIBEIRO. Análise do comportamento aplicada: A percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista. *Contextos clínicos* 3(20). 2010.

ROANE et al. Análise do comportamento aplicada: A percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista. *Contextos Clínicos*, 3(20). 2016.

RODRIGUES, Santos. Autismo: Métodos e técnicas utilizados no processo de ensino e aprendizagem. *Monografia de especialização*, 27(40). 2012.

SEGURA, Dora de Castro Agulhon; NASCIMENTO, Fabiano Carlos do; KLEIN, Daniele. Estudo do conhecimento clínico dos profissionais da fisioterapia no tratamento de crianças autistas. *Arq. ciências saúde UNIPAR*, 2011, p. 159-165.

SOUSA et al. Transtorno de espectro autista: Principais formas de tratamento. *Anima Educação* 10(15). 2020.

SOUZA, Deborah Luiza Dias et al. Análise do comportamento aplicada: a percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista. **Contextos Clínicos**, v. 13, n. 1, 2020, p. 105-124 .



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC – Portaria 1377 – DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC – CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 – centro – (14) 3404-3862 – Tupã/SP – 17600-050



TOMÉ, Maycon et al. Educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas. Movimento e Percepção, v. 8, n. 11, 2007.

## TÍTULO ANÁLISE DO ABORTO NO BRASIL

Michele Neves da Silva, discente do Curso de Direito da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>;

Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, orientador e docente do Curso de Direito da FAP,  
Tupã, SP<sup>2</sup>.

**RESUMO.** O presente estudo irá abordar o tema do aborto no Brasil, seus desdobramentos jurídicos e implicações práticas. O objetivo principal da pesquisa é relatar tal problema social e jurídico, levando em consideração o entendimento normativo e judicial sobre o encerramento da vida intrauterina. Sabemos que os problemas sociais devem ser resolvidos abstendo-se dos costumes e senso crítico da população, contudo a legalização do aborto é tema de muito debate democrata, utilizando-se os cidadãos de argumentos religiosos. No decorrer da explanação, faz-se devido a análise de casos concretos, em que o Judiciário se posicionou em diferentes soluções, pois tal conduta revela-se mais fática e cada caso concreto traz uma diferente questão pontual a ser resolvida. Portanto, a análise é devida, pois o aborto é conduta constante, revelada diariamente em inúmeras famílias brasileiras, independentemente da classe social, sendo uma verdade coberta sob o manto da falsa moralidade, devendo ser abordadas atitudes mais eficazes para o combate da desídia legislativa.

**Palavras-chave:** Aborto. Aspectos jurídicos, sociais e culturais do instituto. Poder Judiciário e Poder Legislativo. Legalização.

### 1. INTRODUÇÃO.

O objetivo geral desse trabalho é analisar o aborto no Brasil, seus desdobramentos jurídicos e implicações práticas. O objetivo específico e principal da pesquisa é relatar tal problema social e jurídico, levando em consideração o entendimento normativo e judicial sobre o encerramento da vida intrauterina. Há divergência jurisprudencial, quanto à adequação do início do direito à vida, a problematização está na interferência popular sobre a proibição de legalização do aborto, bem como a utilização de argumentos religiosos sobre o tema. O aborto existe e mata milhares de mulheres que optam pelo procedimento irregular, portanto trata-se de um problema social e de saúde pública.

Sabemos que os problemas sociais devem ser resolvidos, abstendo-se dos costumes e senso crítico da população, contudo a legalização do aborto é tema de muito debate democrata, utilizando-se os cidadãos de argumentos religiosos.



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Portanto, a análise é devida, pois o aborto é conduta constante, revelada diariamente em inúmeras famílias brasileiras, independentemente da classe social, sendo uma verdade coberta sob o manto da falsa moralidade, devendo ser abordadas atitudes mais eficazes para o combate da desídia legislativa.

Deste modo, provocando o leitor a uma reflexão acerca do aborto, entendido como a interrupção da vida que está sendo gerada no ventre materno, observa-se que a decisão é por demais complexa, uma vez que não envolve apenas a decisão individual da mulher.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS.**

Esta pesquisa adota a metodologia de revisão de literatura de natureza qualitativa, uma vez que se fundamenta em documentos diversos, tais como livros, artigos, periódicos e análise de jurisprudência.

Para confecção deste artigo, fora realizada pesquisa básica, com o intuito de ampliar conhecimentos a respeito do aborto, tanto para o autor, como para o leitor, propondo soluções para o combate à taxa de mortalidade de mulheres que abortam à margem da lei, bem como propostas para mudança da mentalidade social.

Quanto ao objetivo, será atingido mediante a forma exploratória, ampliando as informações acerca do tema e um estudo com maior profundidade.

As bases de dados correspondem a vários tipos de pesquisa, em especial coleta de dados técnicos e experimentais, bem como doutrinárias correspondentes a autores renomados, bem como análise de casos concretos. Clèmerson Cleve fora utilizado como base da presente pesquisa, em sua obra *Proteção da Vida Intrauterina e a Autonomia Reprodutiva das Mulheres: Paradoxos do Debate Sobre a Constitucionalidade do Aborto*, e para compreensão dos conceitos gerais, fora utilizada a doutrina de Luciano Souza, aliando o estudo aos ditames normativos, previstos no Código Penal e demais legislações extravagantes.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.**



A importância do estudo é aliada ao fato de que a banalização; falta de normativa e de conhecimento técnico por parte dos operadores do direito fazem com que alguns casos não sejam resolvidos com a devida ideia de justiça.

O aborto envolve o clamor público, “a campanha política que precedeu o segundo turno das eleições presidenciais de 2010, no Brasil, teve o aborto como um dos temas centrais” (CARVALHO, 2011, p.121).

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Brasil é um país laico, sem religião oficial, embora respeite e reconheça todas as religiões. No entanto o plano de fato é contraditório, e a religião era crucial para a intervenção do Estado brasileiro.

A ideologia das gestantes varia, com algumas favorecendo o aborto, porque entendem que o feto não tem vida no momento em que é retirado. No ventre da mãe, o feto é um ramo de seu corpo e, portanto livre para se desfazer. Sabe-se que o aborto é um grave problema de saúde pública no Brasil. Mesmo que isso não seja permitido, é feito à margem da sociedade. Alguns são cobrados por médicos em clínicas especializadas e as taxas são altas. Outras são realizadas secretamente por não profissionais e sem nenhuma prática de higiene, muitas vezes fatais para as gestantes que optam por interromper tais gestações, havendo alto índice de mortalidade (DATASUS, 2021).

Portanto, o aborto é uma realidade triste, não sendo a proibição normativa um impedimento para a conduta, ela apenas ocasiona a morte do feto e da gestante, em razão das técnicas insalubres de retirada da vida intrauterina (MORAES, 2008).

#### **4. CONCLUSÃO**

Em conclusão, o aborto envolve questões morais, éticas, religiosas e outras, tornando o assunto muito complexo e controverso. É importante compreender os riscos que representa para a saúde da mulher e as consequências que podem ter para o resto da vida. Cabe ao Poder Judiciário utilizar-se da técnica da ponderação, enquanto a situação não é positivada em lei.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOPEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Diogo; ANDRIGHI, Nancy. **Pessoa, Direitos e Direito - Ed. 2021**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2021. Disponível em: <https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1279986168/pessoa-direitos-e-direito-ed-2021>. Acesso em: 15 de Agosto de 2022.

CLÈVE, Clèmerson. **Direito Constitucional Brasileiro - Vol. 1 - Ed. 2022**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em: <https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1440746757/direito-constitucional-brasileiro-vol-1-ed-2022>. Acesso em: 15 de Agosto de 2022.

CLÈVE, Clèmerson. **24. Proteção da Vida Intrauterina e a Autonomia Reprodutiva das Mulheres: Paradoxos do Debate Sobre a Constitucionalidade do Aborto** In: CLÈVE, Clèmerson. **Direito Constitucional Brasileiro: Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em:

<https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1440746757/direito-constitucional-brasileiro-teoria-da-constituicao-e-direitos-fundamentais>. Acesso em: 14 de Setembro de 2022.

DATASUS. (2021). **Sistema de Informação sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS)**.

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

MORAIS, Lorena Ribeiro. **A LEGISLAÇÃO sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher**. [S. l.], 2008. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131831/legisla%C3%A7%C3%A3o\\_aborto\\_impacto.pdf?sequence=6](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131831/legisla%C3%A7%C3%A3o_aborto_impacto.pdf?sequence=6). Acesso em: 14 set. 2022.

SOUZA, Luciano. **Capítulo 5. Aborto (Arts. 124 a 128)** In: SOUZA, Luciano. **Direito Penal: Parte Especial: Arts. 121 a 154-B**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2021. Disponível em: <https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/1198080860/direito-penal-parte-especial-arts-121-a-154-b>. Acesso em: 14 de Setembro de 2022.

**O PRIMEIRO ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA CLÍNICA DO DISCENTE DE PSICOLOGIA: ANSIEDADES E A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO.**



Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOBEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



Sara Souza Soares Dos Santos, discente do curso de Psicologia da FAP, Tupã, SP<sup>1</sup>. Email: 229946@fadap.br;

Lúri Yrving Müller da Silva, Dr. em Psicologia pela Unesp /Assis/SP, orientador e docente do curso de Psicologia da FAP, Tupã, SP<sup>2</sup>, Email: psicologia.coordenadoria@fadap.br.

**Resumo:** No início do estágio de formação em processos clínicos, devem-se considerar as ansiedades que a situação de atendimento e de orientação de estágio despertam no discente de psicologia. Este resumo procura refletir sobre as ansiedades que surgem na primeira experiência de atendimento clínico do estagiário de psicologia clínica e a importância da orientação de estágio, como suporte para formação. Trata-se de um estudo teórico, enriquecido com experiências do estágio de formação em processos clínicos na abordagem psicanalítica. Foram realizadas leituras de artigos e livros especializados na área e reflexões sobre os primeiros atendimentos da aluna. De acordo com Aguirre (2000), ansiedades e fantasias são comuns no primeiro atendimento, e costumam aparecer na orientação de estágio. Ribeiro, Tachibana e Vaisberg (2008) também discutem sobre a realização de psicodiagnóstico, e os sentimentos e medos dos alunos, principalmente, como as ansiedades e fantasias do estagiário influenciam em seus atendimentos e na orientação de estágio. Quando se trabalha num enfoque psicanalítico, a percepção das ansiedades do cliente é um fator importante para a compreensão clínica, para entender o que está acontecendo com essa pessoa (ZIMERMAN, 2004). Identificar quais momentos da entrevista com o cliente provocaram maior ansiedade para o aluno, traz luz sobre os aspectos com os quais o cliente tem mais dificuldade de lidar. Isto porque, no decorrer da entrevista, a elevação da ansiedade do cliente provoca, geralmente, uma maior ansiedade no estagiário (MEIRA, NUNES, 2005). Concluímos que neste cenário, a orientação de estágio é destacada como fator fundamental na preparação e no suporte aos atendimentos. Os dados levantados são importantes para pensar a formação em Psicologia, especialmente, no que se refere à preparação do aluno para uma futura atuação profissional, no contexto da clínica.

**Palavras-Chave:** Ansiedade. Orientação de Estágio. Psicologia Clínica.

#### **Referências Bibliográficas:**

AGUIRRE, A. M. B. A primeira experiência clínica do aluno: ansiedades e fantasias presentes no atendimento e na supervisão. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2000, p. 3-31.

MEIRA, C. H. M. G.; NUNES, M. L. T. Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 15(32), 2005339-343.





Faculdade da Alta Paulista  
Credenciada no MEC - Portaria 1377 - DOU de 13 de maio de 2002  
IDBOEC - CNPJ 72.557.721/0001-08  
Rua Mandaguari, 1010 - centro - (14) 3404-3862 - Tupã/SP - 17600-050



PANCINI, D. DE S. A. R.; TACHIBANAI, M., AIELLO-VAISBERGI, T. M. J. A experiência emocional do estudante de psicologia frente à primeira entrevista clínica. **Aletheia**, Canoas, nº 28, jul/dez. 2008, p.135-145.

ZIMERMAN, D. E. Psicanálise com Crianças. ZIMERMAN, D. E. **Manual de Técnica psicanalítica**. Porto Alegre: Artmed, 2004. P. 347-356.